

ANO INTERNACIONAL DA ENERGIA SUSTENTÁVEL PARA TODOS • A SUSTENTABILIDADE AO
LONGO DE TODA A CADEIA DE VALOR • SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA
13 ARTIGOS DE OPINIÃO • 23 ESTUDOS DE CASO DE EMPRESAS DE REFERÊNCIA

P.V.P. €10

ISBN 978-972-99688-3-9



9 789729 968839

MUDAR O RUMO

POR UM FUTURO MELHOR





HÁ ONZE ANOS O CAFÉ DE CONFIANÇA DOS PORTUGUESES

Há onze anos que os portugueses confiam no café que os deixa mais contentes pela manhã, mais despertos para as alegrias de todos os dias e mais satisfeitos no final de cada jantar. Há onze anos que os portugueses confiam no Café Delta. Obrigado, Portugal.



FICHA TÉCNICA

Anuário de Sustentabilidade 2012

Propriedade

bio rumo

CONSULTORIA EM AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, LDA.

Rua do Carvalhido, 155 - 4250-102 Porto

Tel.: 228 349 580 - Fax: 228 349 589

E-mail: geral@biorumo.com

www.biorumo.com

...

Em parceria com:



BCSO PORTUGAL

CONSELHO EMPRESARIAL PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

...

Direção executiva Luís Sousa

Direção criativa Carla Moraes

Coordenação, edição e redação Cláudia Valente

Fotografia Dreamstime e Arquivo fotográfico BioRumo

*(As fotos dos Estudos de Caso são da inteira
responsabilidade das respectivas Empresas)*

Colaboram nesta edição:

BioRumo Mariana Cruz

BCSO Portugal Eurico Sousa, Maria do Rosário Palha

Prefácio Assunção Cristas

Conselho Editorial Charles Buchanan, Fernanda Pargana,

José Carlos Baldino, José Honório,

Maria do Rosário Partidário, Mário Ruivo,

Rui Nabeiro e Viriato Soromenho-Marques

Opinião Ângelo Ramalho, Carlos Santos,

Daniel Serrão, Fernando Leite, Gabriel Leite Mota,

Hélder Careto, João Pedro Azevedo,

Joaquim Borges Gouveia, Luís Castanheira,

Luís Mira Amaral, Luís Rochartre Álvares,

Maria Florinda Alves e Maria Teresa Lemos

Produção António Fontes

Impressão Rainho & Neves Lda.

Distribuição Jornal Público e Livrarias

Tiragem 10.000 exemplares

ISBN 978-972-99688-3-9

Depósito legal 229173/05

...

Agradecemos a participação de todos os especialistas que contribuíram com artigos de opinião e de todas as empresas que nos enviaram as informações necessárias ao desenvolvimento dos estudos de caso.

Tempo de mudança

“Uma mudança ou transformação pressupõe uma alteração de um estado, modelo ou situação anterior, para um estado, modelo ou situação futuros, por razões inesperadas e incontroláveis, ou por razões planeadas e premeditadas.”

Mudança ou mudança de paradigma assume-se hoje como um marco ou meta a atingir por todos os setores empresariais, nomeadamente através das sinergias e reconhecimento massivo por parte da gestão de topo das empresas, do valor coletivo e individual contributivo que os seus colaboradores representam para o maior ou menor sucesso das suas práticas e consequente construção de uma cultura empresarial dotada de uma gestão ambientalmente equilibrada.

Numa perspetiva conceptual e integradora, o ser humano assume-se, no âmbito das organizações, um catalisador de cultura e energia que promove e dissemina diferentes realidades, valores e pressupostos, enquanto se relaciona, interage e desenvolve sinergeticamente as atividades da organização que representa.

A tradução de uma realidade atual no que concerne a práticas empresariais, procura e investe em possíveis soluções e respostas fidedignas para as pressões que o Planeta e as sociedades enfrentam, assenta na meta e rumo de acesso a fontes de energia sustentadas, à utilização de energia potencialmente renovável e a recursos conscientes dos princípios eficazmente energéticos.

A qualidade de vida garantida pelas vias sustentáveis, ao encontro da perspetiva assumida pelas Nações Unidas, será sem dúvida, o fator chave de e para a mudança de paradigma, em que pressupostos básicos do campo do conhecimento, tecnologia e inovação, traduzirão o rumo à escala global, de novas políticas e serviços energéticos em parceria com o reconhecimento e valorização dos recursos naturais presentes.

Deste modo, lançamos o desafio para um rumo com mudanças ambientalmente responsáveis e sustentáveis, a reconhecer, descobrir e destacar através da leitura do Anuário 2012.

Luís Sousa
Diretor Geral BioRumo

4 PREFÁCIO

Sustentabilidade, desafio permanente Assunção Cristas

6 NOTAS DE ABERTURA

- 8 **Motivação humana e sustentabilidade** Charles Buchanan
- 9 **As empresas são um agente essencial para construir o futuro sustentável** Fernanda Pargana
- 10 **Como as tecnologias de informação e comunicação podem ajudar num envelhecimento ativo** José Carlos Baldino
- 11 **O BCSD Portugal enquanto agente de mudança, de mentalidades, de atitudes e de práticas** José Honório
- 12 **Portugal sustentável** Maria do Rosário Partidário
- 13 **Rio+20: O Futuro que Desejamos?** Mário Ruivo
- 14 **“Não deixar para amanhã o que se pode fazer hoje”** Rui Nabeiro
- 15 **A agricultura em tempo de crise** Viriato Soromenho-Marques

17 MUDAR DE RUMO

- 18 **Ano internacional da energia sustentável para todos** › Sustentar a fonte da atividade humana
- 20 **Fortalecer a Energia Sustentável para todos** › Ban Ki Moon
- 21 *Opinião* › **O Mundo de amanhã** Ângelo Ramalho
- 22 **Portugal renovável, um país energético**
- 24 *Opinião* › **A Energia e o Desenvolvimento Sustentável** Joaquim Borges Gouveia
- 25 *Opinião* › **A Energia em Portugal** Luís Mira Amaral
- 26 **Quando menos é mais**
- 27 *Opinião* › **Eficiência energética nas PME** Maria Florinda Alves
- 28 *Opinião* › **O papel das Agências de Energia em Portugal** Carlos Santos
- 30 **A Sustentabilidade ao longo de toda a cadeia de valor** › Quando todas as peças se unem para formar a combinação perfeita
- 32 *Opinião* › **A galinha e o porco** Luís Rochartre Álvares
- 33 **Eventos Sustentáveis**
- 34 **Guia para Eventos Sustentáveis**
- 35 *Opinião* › **Eventos sustentáveis em Portugal – estado da arte** Maria Teresa Lemos
- 36 **Consumo Sustentável**
- 37 *Opinião* › **Consumo Sustentável, o primado do Cidadão** Fernando Leite
- 38 **Sustentabilidade e Qualidade de Vida** › Mundo Urbano
- 39 **Megatendência global Terra 2050: Viver num mundo urbano**
- 40 *Opinião* › **Sustentabilidade e qualidade de vida – o papel das empresas** João Pedro Azevedo

- 41 *Opinião* › **Participação e Cidadania com O Meu**

Eco-Sistema® Hélder Careto

- 42 *Happynomics* – A busca pela felicidade
- 43 *Opinião* › **CRISE: oportunidade para ser feliz?** Luís Castanheira
- 44 *Opinião* › **Porque a vida é além do PIB** Gabriel Leite Mota
- 46 **Ano Internacional do Envelhecimento Ativo – O futuro é já hoje**
- 47 *Opinião* › **O envelhecimento ativo e o mercado de trabalho** Daniel Serrão

48 ESTUDOS DE CASO

- 50 **ABB** › A primeira ilha de energia renovável do mundo
- 52 **AdP** › Aqui batem 5 mil corações!
- 54 **ALTRI** › Um novo desafio
- 56 **Banco Santander Totta** › Dê uma pausa ao Planeta
- 58 **Barclays Bank** › Contas Vida
- 60 **Belas Clube de Campo** › Belas Clube de Campo Senior Open Portugal
- 62 **CGD** › Contribuindo para uma sociedade melhor
- 64 **Capgemini** › Caso de Sucesso
- 66 **Carris** › Liderança em Movimento
- 68 **Consulair** › Hortas Solidárias
- 70 **Corticeira Amorim** › Corticeira Amorim avalia serviços de ecossistema
- 72 **ISG – Instituto Superior de Gestão** › ISG – The Sustainability Business & Economics School
- 74 **Jerónimo Martins** › Equipas para Gestão dos Consumos de Água e Energia
- 78 **Lipor** › 30 anos de boas memórias com pessoas
- 80 **Portucel Soporcel** › Ecolabel do papel
- 82 **Portugal Telecom** › Meo Energy
- 84 **Siemens** › Movimento “Aldeia Global”
- 86 **Soares da Costa** › Sou capaz
- 88 **Sonae** › Sonae e Junior Achievement Portugal
- 90 **Sonae Sierra** › Inovação, baixas emissões e eficiência energética
- 92 **Sugalidal** › Going green
- 94 **TerraSystemics** › Programa Mós Bele
- 96 **Xerox** › Um passo a mais na sustentabilidade

98 UTILITÁRIOS

- 100 **Projetos**
- 102 **Sites**
- 103 **Livros**
- 104 **Agenda**

GO Green uma opção de sucesso.

O programa Xerox GO Green responde aos desafios das organizações nos 3 pilares da Sustentabilidade Corporativa.

Os serviços de impressão Xerox (Managed Print Services), disponibilizam as ferramentas adequadas para o design e dimensionamento do ambiente de impressão.

Suportamos a **gestão da mudança** para os utilizadores, utilizando tecnologia mais sustentável. Contribuímos para a redução do impacto nas alterações climáticas, protegendo as florestas, através da diminuição dos consumos de energia e do volume de resíduos enviados para aterros.

A Xerox, líder mundial na área de Managed Print Services, realiza o outsourcing da gestão de impressão, para que seja possível libertar recursos para tarefas críticas ao crescimento do seu negócio.

Ajudamos a satisfazer as necessidades do presente de modo a assegurar o futuro das novas gerações.



Fale connosco:

☎ 800 20 11 20

✉ realbusiness@xerox.com

Ready For Real Business



Sustentabilidade, desafio permanente

A sustentabilidade é um desafio permanente que se vai conquistando passo a passo. Esta oitava edição do Anuário da Sustentabilidade é mais um estímulo para essa jornada que precisa de ser partilhada por todos nós. O Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território junta-se a esta iniciativa porque está empenhado nesse desafio de fazer com que o desenvolvimento sustentável vá acontecendo, dia após dia.

A visão deste Governo assenta num compromisso com uma mudança de paradigma que permita ter uma visão integrada do território e dos recursos naturais, vivos e não vivos, e com a promoção de um desenvolvimento sustentável que aumente o potencial produtivo agrícola, dinamize o mundo rural e permita realizar o valor potencial do mar português.

tabilidade económica e financeira dos diferentes setores, e de reduzir o peso do estado na economia, apostou-se no desenvolvimento de um quadro institucional indutor de economias de escala e de eficiência operacional.

O outro tema que nos tem ocupado estes primeiros meses de governação, é a revisão de legislação fundamental para prosseguirmos com bases sólidas. Nesse sentido, a revisão da Lei de Bases do Ambiente afigura-se como mais uma peça fundamental para uns alicerces sólidos da política ambiental. Neste processo contamos atualizar o seu quadro conceptual, com uma série de princípios da política de ambiente que se têm desenvolvido desde a sua publicação inicial em 1987. A nossa ambição é que a nova Lei de Bases do Ambiente assegure a coerência de conjunto do ordenamento jurídico am-

« A vantagem competitiva será daqueles que mais depressa se adaptarem a esta nova realidade de uma verdadeira sustentabilidade. »

A proteção e valorização do ambiente é a pauta que não nos deixa desafinar num mundo de crise económica, social, e ambiental ou seja, a atravessar uma verdadeira crise de sustentabilidade.

É um desafio grande que desde junho de 2011, quando este Governo tomou posse, temos vindo a cumprir diariamente com a grande e motivada equipa que constitui o Ministério.

Começámos por um projeto de reestruturação institucional que nos permitirá ter um passo mais lesto na mudança de paradigma a que nos propusemos. Essa reestruturação orgânica dos serviços e organismos do Ministério está praticamente finalizada e publicada em Diário da República. Acreditamos que esta primeira fase contribuiu decisivamente para tornar a estrutura do Ministério mais eficiente e acima de tudo mais operacional. A par e passo começamos também a aprofundar pensamento estratégico relativamente ao setor empresarial do Estado. Atendendo à necessidade de assegurar a susten-

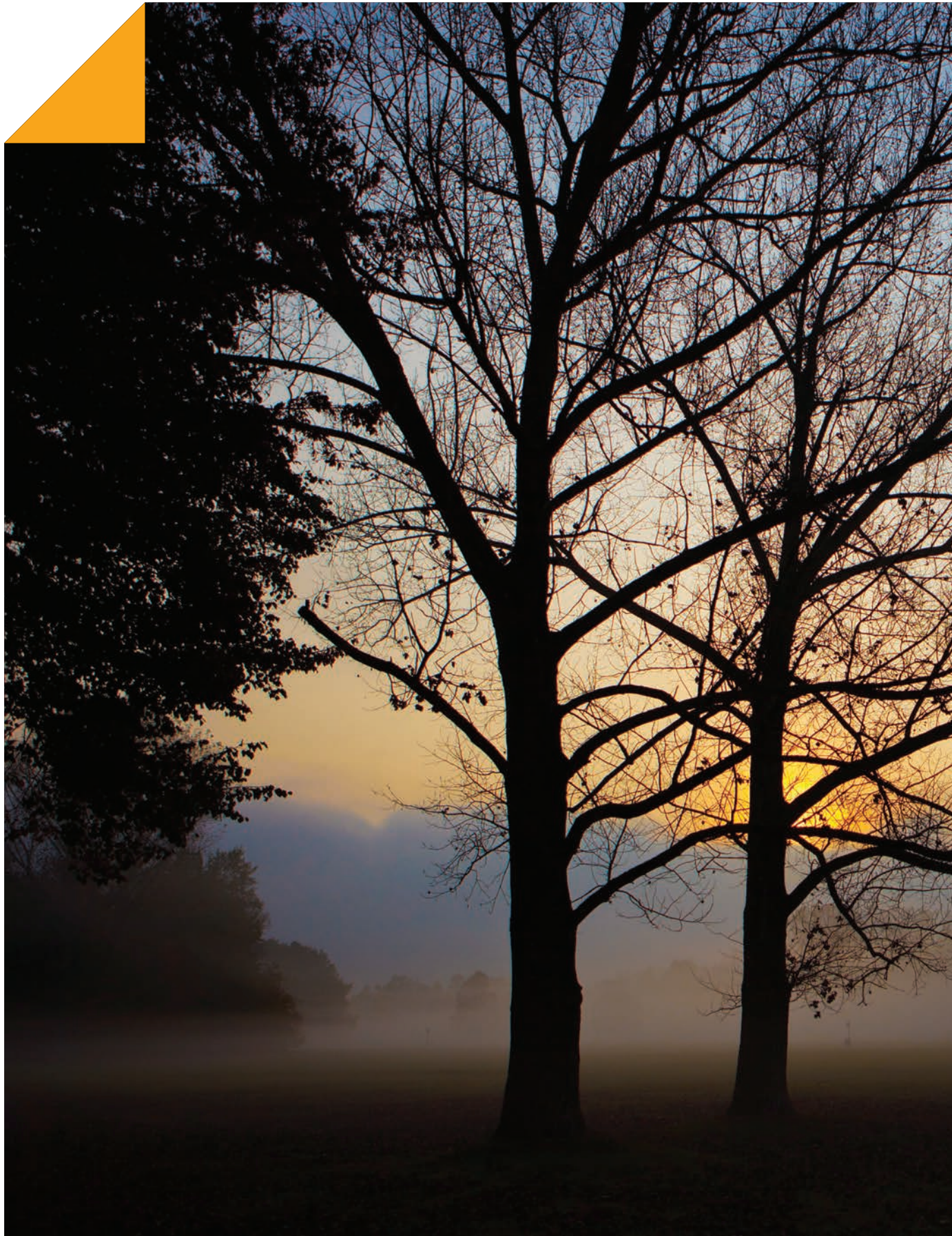
tabilidade portuguesa, estabelecendo articulações efetivas entre o direito ambiental e os planos estruturantes, e desenhando um roteiro de futuro para a política ambiental em Portugal.

Uma outra área a que vamos dar um grande relevo será a de um esforço de integração das políticas públicas para o desenvolvimento de uma economia verde. O desenvolvimento sustentável tem que se cimentar em torno de uma economia verde, desafio aliás, também presente como um dos temas principais da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), na qual também estamos muito empenhados em contribuir de forma construtiva em conjunto com os nossos parceiros da CPLP. No âmbito desta economia verde, a produção e consumo sustentáveis, considerados pela Agência Europeia do Ambiente como um dos assuntos primordiais de toda a política de ambiente, serão de grande interesse para todas as empresas presentes neste Anuário da Sustentabilidade. A União Europeia vai exigir que a internalização das externalidades negativas ambientais decor-



rentes dos processos de produção seja integrada na economia, quer através de legislação, quer através de instrumentos económicos. A vantagem competitiva será daqueles que mais depressa se adaptarem a esta nova realidade de uma verdadeira sustentabilidade. É por isso que o desenvolvimento de uma economia verde, descarbonizando a energia, catalisando as tecnologias limpas, promovendo mercados inovadores

e assumindo a eficiência de recursos como uma prioridade inter-setorial assume-se como o repto da política de ambiente deste Governo. A inovação tecnológica, económica e social arroga-se como a base da sustentabilidade que é cada vez mais o único caminho possível neste planeta com recursos finitos e uma população crescente. O desafio é nosso, é vosso, é de todos nós.





notas de abertura

O Anuário de Sustentabilidade 2012 conta com a participação de oito personalidades de destaque nas questões do desenvolvimento sustentável. Charles Buchanan, Fernanda Pargana, José Carlos Baldino, José Honório, Maria do Rosário Partidário, Mário Ruivo, Rui Nabeiro e Viriato Soromenho-Marques, analisam as questões do momento e lançam pontos de vista sobre a sustentabilidade.



Motivação humana e sustentabilidade

Para discutir sustentabilidade, talvez devêssemos começar com uma ressalva: “a sustentabilidade é um estado de espírito e um alvo móvel para os seres humanos, mas os seres humanos não entendem de facto este conceito”. Podemos dizer, no entanto, que os seres humanos não o entendem suficientemente bem ou não existem seres humanos suficientes que tentam compreendê-lo. Como sempre é o comportamento humano que mostra uma grave falta de motivação para lidar com a sustentabilidade. E, acrescento eu, lidam com o tema a sério o suficiente para, na nossa geração, alcançar um progresso mensurável. Então, quer discutamos a produção de energias renováveis ou a eficiência energética, (ambos absolutamente essenciais para uma evolução real no capítulo da energia) e nos debatamos com a forma de obter ganhos de forma célere, colidimos rapidamente com a motivação humana, e com a falta dela. A minha mensagem é que os países não estão focados nem comprometidos o suficiente para enfrentar os desafios a tempo, antes que ocorram danos permanentes. Assim, uma vez que as complexidades técnicas do desafio energético estão totalmente documentadas, vou discutir o problema central, motivação humana.

Eu entendo... Você acha este tema desinteressante, mas eu acho que o que motiva o comportamento humano é o ponto de partida para a maioria dos desafios, como a sustentabilidade, ou a energia, ou a biodiversidade, ou o consumismo, todos os quais são grandes condutores de comportamento humano sustentável, ou deveriam ser... mas acionar as “ligações motivação” ou os “botões quentes” nos seres humanos para reagirem ao anúncio de mudanças no comportamento com vista à “salvação do planeta” cai muitas vezes em “ouvidos surdos”. Claro, há uma grande atenção para a sustentabilidade mas não a suficiente e o tempo está a passar. Assim, a questão é tanto a motivação como a urgência.

Agora, de volta para a dimensão da eficiência energética, sabemos que cerca de 60% de toda a energia gerada a nível nacional é consumida pelos edifícios de escritórios ou de apartamentos. E sabemos que os programas da eficiência energética e a construção que visa a poupança de energia podem trazer economia no consumo nacional de energia e custos de possivelmente 25% em 3 a 5 anos, com a consequente queda nas emissões de gases com efeito de estufa. Mas poucos países aceitaram plenamente o desafio, ou foram suficientemente motivados para realizar

poderosas e agressivas campanhas de comunicação para medir ineficiências energéticas, e menos ainda conseguiram reduções significativas nas contas de energia. Curiosamente, Portugal recebeu boas notas neste esforço, com a sua agência de eficiência dos serviços públicos de energia bem sucedida, a ADENE, as suas redes inteligentes, e as numerosas empresas responsáveis pelas inspeções de energia em casa, certificações, e instalação de dispositivos domésticos de geração de energias renováveis, solar ou eólica. Claro que Portugal tem sido um líder na UE com as suas energias renováveis: a hídrica, a eólica e a geração de energia solar, e até mesmo as tentativas com a energia das ondas e os experimentos com a biomassa. A recente análise elaborada pela UE sobre o custo-benefício de soluções de energia no contexto do aquecimento global classifica a energia eólica combinada com baterias de veículos elétricos como a mais eficiente, seguida pela energia solar concentrada, a energia geotérmica, a energia das marés, a energia fotovoltaica, a energia das ondas, a captura de carvão e o armazenamento de energia nuclear e, finalmente, os biocombustíveis.

Claramente, Portugal e seu setor de negócios obtêm boas notas em consequência dos esforços realizados, mas esse desempenho será fortemente afetado pela crise financeira, e é aí que a motivação do setor empresarial e a liderança vão fazer a diferença. Motivação para o sucesso será exigida por todas as forças possíveis, a nível político, por ONG, pelos *media*, pelos municípios, para reforçar campanhas de sensibilização, e fornecer incentivos para o público em geral, particularmente as empresas, para manter o ritmo, e não enfraquecerem na redução de ineficiências no uso de energia. Hoje, é um grande desafio convencer os líderes de negócios e proprietários de habitações a aumentarem a eficiência energética dos edifícios. Pesquisas recentes do MIT sobre as atitudes das empresas sustentáveis mostram que enquanto a consciência nos negócios está a aumentar, e as práticas sustentáveis são consideradas importantes para o ponto de partida, relativamente poucas empresas relatam que podem constituir um “*business case*” para a sustentabilidade. Acredito que a liderança empresarial é crucial, com a especial habilidade de planeamento, decisão e competências que possui, para fazer a viragem radical na motivação humana a adotar um comportamento sustentável. Isto é essencial para evitar desfechos trágicos.



As empresas são um agente essencial para construir o futuro sustentável

“Em 2050, nove mil milhões de pessoas vivem bem e em respeito pelos limites do planeta”. Esta é uma visão na qual vale a pena nos determos, não só porque é a pedra angular do trabalho do BCSD Portugal e do *World Business Council*, como a sua simplicidade encerra um caminho longo e complexo, cuja construção está apenas a começar.

Diz quem sabe que devemos manter sempre os olhos na bola. É o maior desafio de todos, é não perdermos o foco sobre o que realmente importa, esta visão para 2050.

O BCSD Portugal tem uma grande responsabilidade neste desafio, que passa obrigatoriamente por promover o Desenvolvimento Sustentável nas suas mais variadas dimensões. Somos uma organização que agrega as maiores e melhores empresas presentes em Portugal, podemos dizê-lo com todo o respeito pela verdade.

E, por isso mesmo, temos o privilégio de ter os meios para ser um parceiro essencial na construção deste caminho até 2050. E se assim é, como vamos fazê-lo?

As empresas, provavelmente como nenhum outro agente da sociedade, estão bem posicionadas para propor soluções tangíveis; com a sua tecnologia, a inovação, a gestão de competências e acesso a investimentos, reúnem os recursos para por em prática soluções que de facto funcionem.

Mas as empresas não poderão ter sucesso se trabalharem em silos; estão integradas numa sociedade, interagem com vários *stakeholders*, cada um no seu contexto.

Trabalhar em colaboração é, assim, uma condição *sine qua non* para que, sempre sem tirar os olhos da bola, se construa este caminho. Organizações não governamentais, decisores de políticas, entidades governamentais, cidadãos, empresas, todos devem participar, de forma conjunta, na construção deste caminho.

Até porque, hoje, temos que nos preparar para algo muito diferente. Porque a economia, e por consequência a sociedade, estão a chegar a uma encruzilhada. E as empresas são chamadas a dar o seu contributo e a ser parte da solução.

Mas a pergunta mantém-se: como vamos fazê-lo?

O BCSD Portugal arroga-se a pretensão de ter algumas respostas.

O BCSD Portugal, enquanto organização de empresas que têm um compromisso com o Desenvolvimento Sustentável, está estruturado para dar uma resposta eficaz a estes desafios. Temos áreas de focalização que correspondem aos principais desafios do atual contexto económico e social – energia e clima, desenvolvimento, ecossistemas e o papel das empresas; temos grupos de trabalho sectoriais que agregam as melhores práticas e procuram soluções para problemas comuns; desenvolvemos projetos inter-empresas que respondem a desafios da sociedade atual; apostamos na formação das pessoas e dos futuros líderes, assim como na comunicação dos temas do Desenvolvimento Sustentável, convictos de que passar a palavra pelos bons exemplos é um meio eficaz de chegar aos cidadãos.

O BCSD Portugal tem uma grande legitimidade para ser parte das soluções para o País. Constitui-se portanto como um parceiro relevante, com voz ativa nas principais medidas que têm impacto sobre o Desenvolvimento Sustentável.

E as empresas têm razões muito pragmáticas para estar ativamente neste terreno. Conhecemos hoje exemplos paradigmáticos de como o Desenvolvimento Sustentável é, para quem consegue antecipá-lo, uma importante vantagem competitiva e uma forma eficaz de diferenciação em relação à concorrência.

A adoção de práticas sustentáveis contém ainda uma motivação adicional: chegar mais perto dos mercados de maior dimensão. Sabemos hoje que os mercados mais desenvolvidos são cada vez mais exigentes quanto às práticas sustentáveis dos seus fornecedores, quando fazem encomendas, concursos, etc. Quem fez o seu trabalho de casa terá certamente melhores condições para competir nestes mercados.

Tendo chegado há pouco tempo ao BCSD Portugal, trago uma motivação para o trabalho a desenvolver nesta casa: quero dar um contributo, pequeno que seja, para salvar o mundo. E quero deixar o mesmo desafio a quem está a ler estas linhas, na certeza de que conta comigo para esse propósito.



José Carlos Baldino
Administrador Delegado da Fundação PT

Como as tecnologias de informação e comunicação podem ajudar num envelhecimento ativo

10

Com o aumento da esperança de vida, a população sénior é, nas sociedades ocidentais, um grupo etário crescente. Vivemos mais tempo, mas queremos viver melhor, com mais qualidade de vida, com autonomia, dignidade e saúde. Queremos, igualmente, continuar a partilhar as nossas competências e experiências, desempenhando um papel ativo na comunidade.

Neste contexto, o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, que se assinala em 2012, é uma oportunidade para reflexão e atuação perante este desafio. Como podem os seniores viver de forma saudável e independente e contribuindo ativamente para a sociedade?

As tecnologias de informação e comunicação são fatores determinantes para a resposta a este desafio.

O nosso contributo nessa área estende-se a três domínios: aprendizagem e participação ativa, autonomia e independência e combate ao isolamento.

Aprendizagem e participação na sociedade do conhecimento

Para uma verdadeira inclusão digital, temos de garantir que todos possuem as competências digitais, as noções básicas relacionadas com as novas tecnologias e formas de navegação segura na internet.

Além destes conhecimentos, é necessário compreender e saber usar os novos serviços de relacionamento social e comunicação, o comércio *online* (*e-commerce*), o *homebanking*, ou os processos com o governo (*e-governance*) e instituições.

Com esses objetivos, através da Fundação PT, estabelecemos um protocolo de formação em tecnologias de informação e comunicação com Associação de Rede de Universidades da Terceira Idade, RUTIS.

Desta forma, contribuímos para construção e desenvolvimento de uma verdadeira sociedade incluída do conhecimento.

Autonomia e independência

As tecnologias permitem hoje a monitorização remota de doenças crónicas, como a hipertensão arterial ou a diabetes, e outros parâmetros médicos. A partir de pequenos sensores ligados a um telemóvel, por exemplo, é possível ao doente enviar

estas informações para um registo central e ser controlado remotamente para que tenha um acompanhamento permanente e intervenção atempada.

Através de uma aplicação num telemóvel, também é possível enviar alertas para tomada de medicação ou para alterações aos padrões dos parâmetros vigiados.

Neste âmbito a PT oferece igualmente diversas soluções de comunicação específicas, para clientes com necessidades especiais ao nível da visão, da audição, da fala, da cognição ou motora.

A TMN oferece telemóveis para seniores com tecla de assistência e teclas e dígitos de maiores dimensões.

Todas estas ofertas permitem uma melhor comunicação, autonomia e independência.

Através da Fundação PT, subsidiamos estas soluções que permitem a integração social e profissional.

Combate ao isolamento

As soluções de teleassistência permitem a assistência médica de urgência e são um combate ao isolamento. Através de um telefone de fácil utilização, tem-se acesso a um acompanhamento telefónico médico permanente e imediato. Em caso de necessidade, o beneficiário pressiona o botão do pendente ou o botão de SOS do telefone e entra em contacto com o serviço de assistência especializado que prestará rápida e eficazmente o apoio necessário.

Integrada nesta política de responsabilidade social, a PT acabou de oferecer 1000 equipamentos de teleassistência à União das Misericórdias, para situações de isolamento e incapacidade. Diversas autarquias beneficiaram também da oferta destas soluções.

Além das ofertas e iniciativas descritas, continuamos a investigar e desenvolver novas soluções nas áreas de *e-health* e *assisted living*, em conjunto com diversas universidades e instituições.

Acreditamos que as nossas soluções e tecnologias podem fazer a diferença na qualidade de vida dos seniores, permitindo que comuniquem mais e melhor, possibilitando que vivam de forma saudável e autónoma e contribuindo para a comunidade.

Em resumo, acreditamos no nosso contributo para que todos possamos viver mais felizes durante mais tempo.

José Honório*

CEO do grupo Portucel Soporcel

Presidente da Direcção do BCSD Portugal – Conselho
Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável



O BCSD Portugal enquanto agente de mudança, de mentalidades, de atitudes e de práticas

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que decorreu em Junho de 2012 no Rio de Janeiro, foi, para todos os interessados nestas matérias, mais um passo na direcção certa. Nunca antes uma Conferência das Nações Unidas reuniu tantos representantes do sector privado, de Organizações Não-Governamentais (ONG) e da Sociedade Civil. A vontade dos Estados em ouvir directamente as entidades com maior experiência e envolvimento nestes temas, assim como a demonstração de vontade para uma maior cooperação, são prova da importância do trabalho que todos estes grupos vêm desempenhando.

Em 2050 seremos mais de 9 mil milhões de pessoas a habitar o planeta, pelo que é determinante a forma como racionalizamos esse desafio e colocamos o interesse global no centro da discussão. Em particular no que diz respeito às empresas, existem fundadas expectativas sobre a sua capacidade para contribuir para o bem-estar e o desenvolvimento da comunidade onde se inserem. Os recursos de que dispõem e que conseguem mobilizar conferem às empresas um enorme potencial de diferenciação e são um factor de influência decisivo. A sociedade quer, com fundamento, ver reforçado esse poder num sentido que beneficie o todo. Às empresas vem sendo progressivamente exigido que façam coincidir a sua oferta com as necessidades de todas as partes interessadas, sendo igualmente reconhecida a capacidade de execução de que dispõem para encontrar as soluções que a humanidade precisa para ultrapassar com sucesso os desafios que tem pela frente e é exactamente isso que as empresas se vêm esforçando por fazer.

Assim, o enquadramento de um processo de Desenvolvimento Sustentável requer um conjunto complexo e exigente de novas parcerias entre entidades privadas e públicas, com e sem fins lucrativos, nacionais e internacionais com as empresas a liderarem o respectivo processo de mudança e ajustamento permanente, com o objectivo de desenvolver modelos de negócio sustentáveis, definindo de forma responsável e voluntária critérios progressivamente mais exigentes.

Enquanto Presidente da Direcção do Conselho Empre-

sarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD Portugal) posso testemunhar que a experiência nesta plataforma de colaboração, evidencia com clareza as mais-valias resultantes do fluir e da partilha de conhecimento e da troca de ideias entre organizações. Quem também acumula esta experiência saberá que são muito consideráveis as ineficiências e os desperdícios que resultam do relativo isolamento que grande parte dos agentes socioeconómicos praticam, sem se darem conta das oportunidades que existem e se perdem por não serem detectadas, perseguidas e concretizadas.

Organizações como o BCSD Portugal são agentes de mudança, de mentalidades, de atitudes e de práticas.

O presente Anuário permite, com uma análise retrospectiva do ano que passou, pensar o futuro com uma abordagem mais aberta e inclusiva, mais preparada para enfrentar com esperança e seriedade os desafios que se nos deparam, desenvolvendo o trabalho necessário para garantir, com as acções de hoje, o futuro que ambicionamos para amanhã.

As empresas que são hoje empresas de sucesso e que ambicionam atrair recursos humanos qualificados e construir um futuro ainda mais próspero, desenvolveram, desenvolvem e continuarão a desenvolver modelos de negócio focados na sustentabilidade. São empresas com elevados padrões reputacionais, com um capital humano irrequieto, inconformado, persistente e ocupado em perspectivar uma visão do futuro e construir um plano de desenvolvimento em função das oportunidades e das necessidades das partes interessadas. São organizações onde a colaboração e a partilha traduzem o processo de trabalho de inovação, em que todos se envolvem, conducente à identificação de soluções e estratégias de sucesso.

O todo deve superar a soma das partes, o desenvolvimento sustentável é um desígnio que nos deve unir no processo de pensamento estruturado e nas práticas, já que o ser humano é o elemento crucial de todo o processo.

O BCSD Portugal, continuará, como até aqui, a trabalhar para que mais empresas se juntem a nós e se envolvam no projecto de transformação da sociedade que ambicionamos.

*O autor do artigo não escreve segundo o novo Acordo Ortográfico



Maria do Rosário Partidário*
Professora no Instituto Superior Técnico

Portugal sustentável

Em anos anteriores tenho procurado passar mensagens positivas sobre sustentabilidade nestas notas de abertura. E sublinhar que sustentabilidade não é só ambiente, nem é só energia. Receio contudo que as mensagens até agora tenham sido demasiado estratégicas... e pouco explícitas a curto prazo. A persistência da crise que atravessamos, e a excessiva incoerência nas abordagens de resolução, sugere-me que atendamos a números.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) em Portugal, através do INE, coloca à disposição de todos, 80 indicadores de desenvolvimento sustentável, infelizmente pouco usados (e nem sempre indicando as metas da ENDS, que também nem sempre existem). Uma seleção destes indicadores ajuda a ilustrar caminhos de sustentabilidade em Portugal.

Indicadores selecionados da ENDS		PT	UE27
População que completou o ensino secundário no grupo etário 20-24 anos (%) (Meta da ENDS: 65.0%)	2010	58,7	79,0
Risco de pobreza (em percentagem do grupo de maior risco - estrato etário superior a 65 anos)	2005	27,6	18,9
	2010	21,0	15,9
Agregados domésticos com acesso à internet por banda larga (%)	2004	12,0	15,0
	2011	57,0	68,0
	Metas 2020	31,0	20,0
Percentagem da energia renovável no consumo bruto da energia final	2006	20,8	9,0
	2009	24,5	11,7
Intensidade energética da economia (avalia o consumo de energia por unidade de produção, mede-se em kg de petróleo equivalente por 1000 euros)	1995	199,9	210,5
	2010	179,7	168,0
Intensidade carbónica da economia (avalia a emissão de gases de estufa por unidade de produção, mede-se em 1000 ton equivalente de CO ₂ /milhões de euros)	1995	0,58	0,60
	2009	0,48	0,41

Embora não incluído na ENDS achei curioso incluir, como indicador de sustentabilidade, o posicionamento de Portugal nos *rankings* olímpicos nos últimos anos. Em termos comparativos usei Cuba, internacionalmente comprovado como o país que melhor se situa no quadrante do desenvolvimento sustentável (no *ranking* bem-estar humano versus pegada ecológica, Nações Unidas, *Human Development Report*, 2008).

Que nos diz esta amostra de indicadores? Que na maioria dos indicadores Portugal evolui, mas menos do que a média europeia. Se em 1995 a economia portuguesa apresentava me-

Medalhas nos jogos olímpicos				
	posição de Portugal no ranking		posição de Cuba no ranking	
	Total	Per capita	Total	Per capita
2012	69º	67º	16º	17º
2008	46º	59º	28º	6º
2004	60º	40º	11º	3º
2012	68º	55º	9º	6º
2008	47º	50º	8º	4º

Nota: Portugal está muito além de Cuba na sua prestação em termos de desporto, o que é o resultado do investimento feito ao nível de modalidades competitivas olímpicas

lhora intensidade carbónica que a média europeia, atualmente a posição inverteu-se. Os subsídios governamentais estão por detrás do único indicador em que Portugal se destacou, até agora: % da energia renovável no consumo bruto da energia final! Reconhecido internacionalmente como estando na liderança da produção de energia renovável, um artigo da Visão (16 a 22 de Agosto 2012) revela perda de competitividade de PT no contexto europeu, com o corte dos subsídios governamentais. Eis como uma crise económica imediatamente põe em causa o melhor indicador (questionando portanto a sustentabilidade das medidas económicas face às metas). Os indicadores revelam também que, apesar dos subsídios governamentais às energias renováveis, nem por isso Portugal se destaca como um país com elevada eficiência energética.

Os indicadores revelam também que Portugal investe pouco ao nível do acesso ao conhecimento e do bem-estar humano, da formação de capital humano que seja capaz de criar uma sociedade sustentável, factores fundamentais para a criação de riqueza de uma nação (e não apenas de algumas empresas). Nos países mais ricos os níveis de conhecimento, formação da sociedade e oportunidades individuais são factores críticos do seu desempenho.

A nossa capacidade enquanto indivíduos é muito elevada – capacidade de trabalho e capacidade de resolver problemas – como demonstram as prestações de muitos portugueses em contextos internacionais. No entanto os indicadores revelam uma sociedade carente de oportunidades (formação secundária, pobreza, acesso à internet, competição olímpica). Poderemos então questionar: o que falta a Portugal? Produção energética? Ou saber tirar o devido proveito da sua capacidade humana individual que tão bem se demonstra quando as condições se reúnem para estimular o bom desempenho? Serão porventura essas condições que irão permitir caminhos de sustentabilidade em Portugal.

*A autora do artigo não escreve segundo o novo Acordo Ortográfico



Rio+20: O Futuro que Desejamos?

A decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas de convocar a Conferência Rio + 20 para Junho de 2012 gerou a expectativa de um relançamento do diálogo global com vista à realização de um desenvolvimento sustentável que, a par de objectivos nacionais, permitisse responder aos prementes desafios do relacionamento entre o Homem e a Natureza; noutros termos, da imprescindível compatibilização entre a Humanidade e a capacidade de carga da Terra. A iniciativa encontrou vasto apoio na sociedade civil, a par de declarações de adesão por parte dos Governos, embora temperadas pela habitual prudência face a estratégias mais comprometidas e ao receio de possíveis implicações para o sistema socioeconómico dominante.

O documento final adoptado, designado “*O Futuro que Desejamos*”, ficou aquém das expectativas, uma vez que não foram assumidos compromissos concretos, fruto da conjuntura internacional e, também, da oposição de alguns países, designadamente dos EUA e do Canadá, de criar novos instrumentos jurídicos internacionais, bem como da posição assumida pelo G77 que fez depender a aceitação de compromissos do aumento dos níveis de assistência financeira internacional, o que não se verificou.

O Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável procurou contribuir para este processo, adoptando, em Dezembro de 2010, a Declaração sobre Economia Verde e Sustentabilidade, onde se sublinha que “*a economia deve ser encarada, antes de tudo, como um sistema social equilibrado de criação de bem-estar, assente na provisão e no uso adequado dos recursos, (...) bem como a necessidade de recriar formas de economia em que os objectivos de sustentabilidade – económica, social e ambiental – estejam presentes na lógica global de organização da economia real (...)*”.

Esta posição foi reiterada na *Declaração de 2012, Rumo a uma Economia Verde ao Serviço das Pessoas e do Bem Comum*, na qual se realça a sua importância para a realização de um desenvolvimento sustentável e o sucesso do Rio+20. Nesta perspectiva, o CNADS chamou, também, a atenção para a necessidade de interiorizar esta orientação na realidade portuguesa, nomeadamente fomentando parcerias entre Universidades, Fundações, Empresas e Organizações da Sociedade Civil.

A evolução dos documentos preparatórios da Conferência Rio+20 pôs em evidência a diluição das ideias mestras originais orientadas para um desenvolvimento sustentável articulado com uma economia mais verde, tornando patente a insuficiente resposta às crises ambientais que se têm vindo a acentuar, para além da agudização dos problemas associados à não satisfação de necessidades básicas e à erradicação da pobreza. De realçar que os chefes executivos das Agências especializadas

do sistema das Nações Unidas, acentuaram que “*não há tempo a perder*” e apelaram, em Abril de 2012, a um novo modelo de desenvolvimento, centrado sobre o Planeta e os Povos, respeitando os princípios de equidade, os direitos humanos e liberdades fundamentais, o reforço da solidariedade e cooperação no espírito da Agenda 21. Neste contexto, a ausência na Conferência de alguns dos Chefes de Estado e de Governo de países com notória influência nos assuntos globais, é preocupante; sobretudo quando a comunidade científica mundial tem vindo a alertar para os limites da capacidade de carga do Planeta e a premente necessidade de reorientação e reestruturação das instituições nacionais e internacionais, visando um sistema mais efectivo de governação da Terra (vg. *Science and Governance*, vol 335, *Science*, Março 2012).

O empenho inicial do Governo Brasileiro e o activo envolvimento nas negociações durante a Conferência contribuíram para a busca de consensos com vista a viabilizar o documento final. De entre as propostas em debate, favoravelmente encaradas pela União Europeia, embora contestadas por algumas grandes potências, sobressaía a conversão do UNEP numa Agência especializada das Nações Unidas, para uma melhor articulação entre os temas de Ambiente e de Desenvolvimento, potenciadora de uma resposta mais eficiente à crise ambiental e ao bem-estar e futuro da Humanidade e das sociedades que a integram. Embora esta proposta não tenha sido aceite foi criado um *Universal Intergovernmental High Level Political Forum* para a coordenação, implementação e acompanhamento do desenvolvimento sustentável nos Estados-membros e nas instituições das Nações Unidas. O formato do Fórum será definido através de um processo intergovernamental no quadro da Assembleia Geral, devendo a sua primeira reunião ter lugar por ocasião da 68.ª sessão da Assembleia Geral, em 2013. As recordações dos magros resultados da Cimeira de Joanesburgo (Rio+10) vieram pôr em evidência a premência em promover um genuíno “triálogo” (governo/administração pública; sector privado/empresas; sociedade civil/ONG), talvez o resultado mais tangível obtido em 2002. Face a este panorama, em que avultam indecisões e discórdâncias, cabe indubitavelmente um papel determinante à sociedade civil, na diversidade dos seus grupos de interesse, para levar à prática os objectivos iniciais e os resultados da Conferência Rio+20, potenciando a salvaguarda do Planeta e o bem-estar das actuais e futuras gerações.

Será, pois, indispensável que Estado, Sector Empresarial e Cidadãos trabalhem em conjunto na construção de uma economia mais verde que respeite a capacidade de carga da Terra, corrigindo a actual trajetória de insustentabilidade.



Rui Nabeiro*
Presidente da Delta-Cafés

“Não deixar para amanhã o que se pode fazer hoje”

14

A globalização da comunicação permite uma maior proximidade entre as pessoas, o que facilita e favorece, indubitavelmente, a concretização das estratégias delineadas pelos organismos aos mais variados níveis. A aposta deve passar pela mudança do conceito de desenvolvimento.

A estratégia empresarial requer uma visão de futuro, empreendedora, sustentável e também ela, global. Assumir hoje parcerias é fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa. Por isso, é importante despertar e estimular os organismos e agentes diversificados para o progresso e desenvolvimento sustentável da sociedade.

O sucesso das empresas depende, na maioria das vezes, da gestão, do investimento no capital humano.

É necessário ter equipa. Inovar diariamente, estar atento, criar estratégias e mecânicas diferenciadoras.

A cultura do trabalho deve estar associada a critérios rigorosíssimos de ética profissional. Maximizar, valorizar a produção, a criação de ideias nacionais pode ser uma vantagem para a melhoria e desenvolvimento efectivo e sustentável do nosso país.

Vivemos tempos de mudança. A crise existe de facto, é complexa e sistémica.

A experiência diz-me que nestes momentos devemos unir-nos, trabalhar com empenho e profissionalismo.

Todos e cada um de nós pode e deve fazer a diferença.

Creio que os cidadãos estão mais atentos e preocupados com várias questões, nomeadamente com aspectos relacionados com o desenvolvimento sustentável do país, como o interesse por temas sobre a coesão social, o impacte ambiental, o valor histórico e a riqueza do património colectivo. Todos estes aspectos são fundamentais para manter e proteger a nossa identidade cultural, as nossas origens.

Um futuro sustentável só é possível se, efectivamente, o progresso respeitar o meio ambiente que nos rodeia.

Em matéria de desenvolvimento sustentado devemos ter consciência de que as acções de hoje poderão ter um enorme peso no futuro.

Acrescentar valor, é esta a ideia chave.

« Creio que os cidadãos estão mais atentos e preocupados com várias questões, nomeadamente com aspectos relacionados com o desenvolvimento sustentável do país, como o interesse por temas sobre a coesão social, o impacte ambiental, o valor histórico e a riqueza do património colectivo. »



Foto: Veríssimo Dias

A Agricultura em tempo de crise

NUMA PERSPECTIVA estratégica e de interesse público, a agricultura nunca poderá ser encarada como uma mera actividade económica, mas sim como um tema de segurança nacional. É por isso que o Japão continua a produzir arroz, apesar de o poder comprar no mercado mundial a um terço do preço do arroz doméstico. Uma das questões fundamentais que nos conduziram à actual indigência nacional foi a ignorância e a leviandade com que as nossas pouco esclarecidas elites lidaram com o problema essencial da relação do mundo rural com as áreas urbanas. O Estado Novo tentou que o campo alimentasse a cidade, não hesitando em lançar uma “épica” campanha do trigo, que conseguiu uma efémera auto-suficiência de cereais, com um preço que ainda todos pagamos: a desertificação de milhares de hectares, esgotados por culturas inadequadas, sem respeito dos limites impostos pela ecologia dos solos. Mas Salazar poderia alegar em sua defesa o facto de Portugal não ter nessa altura (1929 e anos seguintes) acesso a recursos financeiros no mercado internacional (ficámos afastados deles durante seis décadas pela bancarrota de 1892). A isso acresce também a queda a pique das trocas comerciais provocada pela Grande Depressão.

Em 27 de Abril de 1971, José Correia da Cunha, então deputado na Ala Liberal da Assembleia Nacional, surpreendeu a Câmara com um Aviso Prévio em que traçava uma premonitória projecção das tendências do (des) ordenamento do território entre 1971 e o ano 2000. O discípulo e colega de Orlando Ribeiro, antecipava a migração interna de mais de 2 milhões de portugueses das zonas rurais para as metrópoles do litoral. Esse maremoto demográfico obrigaria – advertia o orador – a rigoroso planeamento e execução de políticas públicas, que garantissem o alimento, a qualidade de vida, e a preservação do ambiente, sob pena de se cair numa situação de caos urbanístico e entropia de recursos.

MAS A TERCEIRA República não deu ouvidos nem a Correia da Cunha nem a Ribeiro Telles. Pelo contrário, tomou boa nota da lei de 1965 que garantia a privatização das mais-valias urbanísticas, abrindo o caminho para uma miríade de danos públicos à custa de sórdidos lucros particu-

lares. O que aconteceu nas cidades portuguesas a partir de 1960, intensificando-se após 1974, foi como que o regresso a um “estado de natureza”, em sentido hobbesiano. Bairros inteiros semeados sem uma ideia de harmonia, sem espaços verdes, sem a simulação, sequer, de uma aparência de beleza, construídos em função dos interesses mais mesquinhos e da cupidez de promotores imobiliários e seus cúmplices nas administrações municipais, sem qualquer preocupação com o direito ao conforto e à segurança por parte dos futuros moradores, Milhares de hectares de ricos solos agrícolas foram pavimentados e impermeabilizados, muitos recursos hídricos subterrâneos foram contaminados e degradados, já sem contar com as enormes perdas de água nas deficientes redes de abastecimento para consumo humano. A enorme distância entre os dormitórios e os locais de trabalho provocam congestionamentos rodoviários, poluição, e gastos energéticos totalmente irracionais.

Os votos piedosos de regresso aos campos por parte do Presidente da República não nos fazem esquecer que durante a década em que ele foi responsável pelo executivo, Portugal viveu como se a agricultura fosse uma actividade económica dispensável. Quem conheça os solos portugueses sabe que dificilmente poderíamos ser autónomos do ponto de vista alimentar. Mas temos todas as condições para produzir mais para o mercado interno, e para proteger zelosamente, em especial nas zonas periurbanas, os solos da Reserva Agrícola Nacional. Trata-se de um imperativo ecológico e estratégico. Vivemos não só o tempo da crise do projecto europeu, mas também a era do regresso da fome, mesmo em regiões, onde ela ou era rara ou parecia haver sido totalmente vencida, em virtude das sucessivas vagas de carestia dos alimentos, como ocorreu em 2008 e 2011. Agora, se o sonho europeu se desmoronar num pesadelo, paralisando o mercado interno, devido ao inevitável caos monetário que acompanharia o colapso da Zona Euro, Portugal não tem plano de emergência para substituir as importações agrícolas. O país terá de se agarrar a Espanha, não pelos ideais de um iberismo federalista, mas, simplesmente, para não morrer à fome.

*O autor do artigo não escreve segundo o novo Acordo Ortográfico



A person is seen from behind, looking out at a bright sunset. The sun is low on the horizon, creating a strong lens flare effect across the image. The person's silhouette is dark against the bright sky. In the background, there are dark silhouettes of trees. The overall mood is contemplative and hopeful.

mudar o rumo

A acessibilidade a fontes de energia sustentáveis, a eficiência energética e as energias renováveis encontram-se nos dias de hoje sob o olhar atento da sociedade, ávida por soluções fidedignas para os problemas que o Planeta e as sociedades enfrentam. Muitas destas soluções darão resposta a necessidades básicas mas também estarão na gênese de tecnologia e inovação em locais remotos onde a falta de energia condiciona desde simples tarefas do dia a dia até ao desenvolvimento das comunidades e regiões. A qualidade de vida garantida por esta via será, sem dúvida, um fator de mudança que acarretará outro rumo para todo o Globo.



ANO INTERNACIONAL DA ENERGIA SUSTENTÁVEL PARA TODOS

Sustentar a fonte da atividade humana

2012 foi o ano escolhido pelas Nações Unidas para sensibilizar as instituições e a população para a política energética e a sua sustentabilidade, assim como para o papel dos recursos naturais e da energia no desenvolvimento sustentável e na melhoria da qualidade de vida. Com esta celebração, as Nações Unidas pretendem atingir até 2030 três metas fulcrais: assegurar que todos tenham acesso a serviços modernos e mais sustentáveis de energia; reduzir em 40% a intensidade energética global e aumentar em 30% o uso de energias renováveis em todo o mundo.

Ver televisão, tomar banho de água quente, carregar um telemóvel, aceder à *internet* ou simplesmente premir o interruptor para acender a luz, são meras atividades diárias que fazem parte do que consideramos “o todo”. Tão interiorizadas são estas acções que nos fazem esquecer que para quase metade da população humana não passam de atos de uma realidade distante. De facto, mais de 1400 milhões de pessoas em todo o mundo não têm acesso à eletricidade e outros 1000 milhões só a reconhecem de forma intermitente. Daí, a pertinência de assumir este ano como o “Ano Internacional da Energia Sustentável para Todos”, criando uma oportunidade para se debater a distribuição de energia que temos no mundo e a que precisamos, a nível planetário.

Assegurar o acesso universal a serviços energéticos modernos, duplicar a taxa de crescimento da eficiência energética e a participação de fontes renováveis na energia consumida a nível mundial são, pois, as metas a que a ONU se propõe até 2030. O alcançar destas metas só poderá ocorrer mediante a cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, no apoio à adoção de tecnologias de baixo carbono e, na esfera nacional, por meio da colaboração entre agentes públicos e privados, que promova o desenvolvimento de um quadro institucional favorável.

Mais do que um fator de qualidade de vida das populações, a energia é facilitadora de desenvolvimento, garantindo um melhor acesso à educação e ao emprego. A universalidade de aces-

so à energia possibilita a construção de sociedades mais justas e mais solidárias, mas também mais eficientes na utilização dos recursos disponíveis, mitigando as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e, sobretudo, preparando as populações para as alterações climáticas.

O acesso universal à energia é, à semelhança do que ocorre com outros serviços essenciais, uma condição importante para a expansão das oportunidades sociais e económicas, e para o fortalecimento das comunidades, especialmente em países em desenvolvimento, face a ocorrências climáticas de extremo.

A discussão sobre novas formas de energia mais sustentáveis e acessíveis a todos urge. As energias renováveis assumem aqui um papel de destaque. Em quase todas as regiões do Mundo, mesmo as mais remotas, é possível aproveitar uma ou mais formas de energias renováveis: vento, água, marés, ondas, biomassa, geotermia, entre outras estão preparadas para atenuar as desigualdades que se têm vindo a agravar entre os países mais desenvolvidos e os restantes.

Mas a solução para dotar todos os cidadãos do Mundo de energia sustentável não passa apenas pela utilização de fontes

ENERGIA SUSTENTÁVEL – O CONCEITO

A energia sustentável é a energia passível de ser obtida de uma forma equilibrada, sem destruição dos recursos naturais terrestres. Para que a energia seja sustentável é fulcral que todos tenham acesso a fontes de energia e decidam quais as energias mais adequadas para o futuro da sua região.

Paralelamente, a utilização da energia deverá ser eficiente, ou seja, sem desperdícios. A utilização de energia limpa (energias renováveis) faz também parte deste conceito.

renováveis. A eficiência energética, ou seja, a utilização racional de energia, é outro fator fulcral para o atingir desse objetivo. Aqui, cada um de nós tem um papel a desempenhar uma vez que, só com o envolvimento de todos, será possível alterar hábitos de utilização de energia que estão profundamente enraizados numa sociedade que ao longo das últimas décadas adotou um estilo de vida fortemente dependente de energia barata e facilmente acessível.

“O fornecimento de serviços energéticos modernos para os biliões que agora carecem de eletricidade e combustíveis limpos não é apenas um imperativo moral, mas uma oportunidade de negócio única – um enorme mercado, por si só que irá criar novos níveis de prosperidade e demanda por bens e serviços de todos os tipos.”

Chad Holliday (Chairman do World Business Council for Sustainable Development) e Kandeh Yumkella, Copresidentes do Grupo de Alto Nível sobre Energia Sustentável para Todos

NOVAS ENERGIAS RENOVÁVEIS – A MELHOR ESCOLHA

Ao combaterem a mudança climática e ao promoverem a erradicação da pobreza, as novas energias renováveis criam uma opção descentralizada que gera empregos e renda, fortalece as comunidades e reforça a autoconfiança.

Como instrumentos de incentivo ao desenvolvimento sustentável para os dois biliões de pobres nas áreas rurais e urbanas do mundo em desenvolvimento, opções de energias renováveis podem desempenhar papéis positivos, não somente para a geração de eletricidade, e não integradas à rede (como fogões aperfeiçoados, microhidroelétricas para energia mecânica, aquecedores e secadores movidos a energia solar, bombas movidas a energia eólica e purificadores solares), assim como:

- Na promoção da igualdade dos sexos – as fontes tradicionais de energia, principalmente a biomassa tradicional, sobrecarregam as mulheres de maneira desproporcional. Em virtude do papel tradicional das mulheres na recolha e utilização de combustível, há um enorme custo de oportunidade em termos de tempo que poderia ser utilizado de maneira mais produtiva, assim como um imenso desperdício de energia humana;
- No combate à poluição do ar dentro das casas – a poluição do ar está associada à utilização tradicional da biomassa em fogões e aquecimento ineficientes, o que é uma das principais causas de doenças e mortalidade em países em desenvolvimento, principalmente entre mulheres e crianças;
- Na autoconfiança económica – a população pobre geralmente gasta de maneira desproporcional grande parte de sua renda em querosene, baterias e velas para atender às suas necessidades de energia; as fontes de energia renovável, principalmente as opções não elétricas, podem reduzir muito o custo de fontes importadas;
- No fortalecimento – o controlo e administração, por parte da comunidade, dos recursos locais de energia podem conferir poder às comunidades, em vez de criar novas dependências por materiais/equipamentos e “combustível” fornecidos a partir do exterior;
- Na segurança e benefícios para o ambiente local – as novas energias renováveis, como parte importante de um sistema de energia administrado e controlado localmente, podem também oferecer importantes benefícios em termos de proteção e gestão do ambiente local.

Fonte: <http://www.peaunesco-sp.com.br>

Fortalecer a Energia Sustentável para todos



Tendo crescido durante a Guerra da Coreia, estudei à luz de velas. Conveniências elétricas como frigoríficos e ventiladores eram em grande parte desconhecidas. Ainda assim, no período da minha vida, essa realidade mudou completamente. O fácil acesso à energia abriu abundantes novas oportunidades para a minha família e para a minha nação.

A energia transforma vidas, negócios e economias. E transforma o nosso planeta – clima, recursos naturais e ecossistemas. Não há como haver desenvolvimento sem energia. Hoje, temos a oportunidade para ligar o aquecimento e as luzes em todos os lares do mundo, não importa quão pobres, ao mesmo tempo em que baixamos a temperatura do termômetro global. O importante é fornecer energia sustentável para todos.

Para ter sucesso nisso, precisamos que todos na mesa de negociações – governos, o setor privado e a sociedade civil – trabalhem juntos para conseguir o que ninguém pode conseguir sozinho. As Nações Unidas estão numa excelente posição para reunir essa ampla gama de atores e forjar uma causa comum entre eles. Por isso estabeleci a nossa mais nova iniciativa, a Energia Sustentável para Todos. Missão: galvanizar uma ação imediata que possa oferecer resultados reais para as pessoas e para o planeta.

(...)

O primeiro é que uma em cada cinco pessoas no planeta não possuem acesso a eletricidade. E o dobro disso, quase 3 bilhões, usam lenha, carvão, carvão vegetal ou dejetos animais para cozinhar as suas refeições e aquecer as suas casas, expondo-se a si mesmos e às suas famílias a fumo e vapores nocivos. A pobreza energética é devastadora do desenvolvimento humano.

O segundo desafio é a mudança climática. Os gases de efeito estufa emitidos pela queima de combustíveis fósseis contribuem diretamente para o aquecimento da atmosfera da Terra, com todas as consequências: um aumento na incidência de climas extremos e desastres naturais que ameaçam vidas, meios de subsistência e o futuro dos nossos filhos.

A Energia Sustentável para Todos até 2030 é um desafio tremendo, mas alcançável. A minha visão é a de um mundo com acesso universal à energia e um aumento significativo na eficiência energética e a duplicação da energia renovável na nossa matriz de fontes de combustível. Os obstáculos não são tanto técnicos quanto são humanos. É preciso levarmos a energia sustentável ao topo da agenda global e focarmos a nossa atenção, criatividade, recursos e investimento para tornar isso uma realidade.



O Mundo de amanhã

O mundo de amanhã será a casa de 9.000 milhões de pessoas, dois terços delas vivendo em cidades (AIE 2030). Este crescimento demográfico provocará um crescimento exponencial de necessidades de energia e de mobilidade. As actividades de uma população desta dimensão terão impactes demolidores no meio envolvente se nada for feito que mitigue os riscos do uso excessivo e ineficiente de recursos, da emissão de poluentes e de gases de efeito de estufa.

Segundo a Agência Internacional de Energia, em 2009 cerca de 1.500 milhões de pessoas não tinham acesso a energia, 25% da população mundial! Até 2030, 60% das infra-estruturas que fornecerão as necessidades de energia têm ainda que ser construídas. Voltando a 2009, segundo a AIE 41% das emissões de CO₂ são devidas à geração de energia e calor, 23% são devidas aos transportes, ambas com origem no uso de combustíveis fósseis. Esta realidade representa um grande desafio na definição de grandes opções estratégicas e de consequentes desenvolvimentos tecnológicos que permitam compatibilizar progresso social e protecção ambiental.

O primeiro desafio é o da energia limpa. Maximizar o potencial de aproveitamento de fontes energéticas limpas como a energia dos rios, a energia das ondas, a energia do vento *on shore* e *off shore*, a energia geotérmica, e energia solar e a biomassa, considerando esta neutra em termos de emissões de CO₂. Também a energia nuclear é limpa do ponto de vista de emissões de CO₂, menos consensual do ponto de vista de outros atributos que me escuso agora a explorar.

O segundo desafio é o da eficiência energética na geração de energia, no transporte e distribuição de energia e na utilização de energia final. Por não estar profissionalmente envolvido neste último aspecto não o abordarei. A eficiência na geração está maioritariamente enfocada no desenvolvimento de tecnologias que melhorem os processos de combustão, reduzindo assim a quantidade de fonte primária para uma dada quantidade de energia final produzida, mais recentemente também com aposta forte na redução de emissões. Relativamente às emissões de CO₂, estão hoje já em fase pré-comercial tecnologias de oxi-combustão e de pós-combustão que permitem a sua redução e posterior captura para armazenagem. No transporte e distribuição de energia, os desafios de hoje são o fornecimento seguro e fiável adaptado

à procura crescente, capaz de reagir às flutuações de consumo, capaz de integrar electricidade com origem em fontes renováveis, normalmente intermitentes, e de produção descentralizada, fazendo-o de forma eficiente, flexível e mais inteligente.

Nenhum recurso energético primário consegue vencer sozinho o desafio da produção de energia a um preço justo e em quantidades sempre ajustadas a uma crescente procura. Inerente aos desafios anteriores está o da diversificação de fontes energéticas. Caso a caso, em cada contexto geográfico e político, é importante aferir do mais adequado portfólio energético tendo em conta a disponibilidade de recursos primários endógenos, o custo de produção de energia associado ao investimento em tecnologia e na exploração de sistemas, o impacto resultante da emissão de poluentes e de CO₂. O que se pretende uma vez mais é energia sempre disponível, a custos que sejam comportáveis pela sociedade, mitigando riscos de aprovisionamento.

O terceiro desafio é o da mobilidade, responsável pela emissão de 23% do total de CO₂ emitido em 2009. O futuro passará necessariamente por mais, e mais eficientes, meios de transporte público para passageiros e para mercadorias, em que o modo ferroviário nas suas várias vertentes deverá ser a base estruturante dos sistemas de transportes nas cidades, nas regiões, nos países e mesmo entre países. O transporte ferroviário movido a energia eléctrica, esta por sua vez produzida de forma limpa é, assim, o mais ambientalmente amigável modo de transporte motorizado. Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos propiciando-lhes transporte público conveniente, confortável, reduzindo-lhes o tempo gasto em viagem é também um desígnio de desenvolvimento sustentável. Claro que estes sistemas pressupõem opções estratégicas de longo prazo, planeamento do desenvolvimento urbano consequente, o que não tem sido vulgar em Portugal, reconhecidamente. Do ponto de vista das políticas públicas nesta área comprometemos o presente com inexistentes políticas públicas no passado ou, se existiram, mais do que enviesadas do ponto de vista da sustentabilidade, foram puramente oportunistas. Será também possível no nosso País compatibilizar a resposta a problemas conjunturais com opções estratégicas transparentes, alinhadas na procura de maiores níveis de sustentabilidade global? Como medir, para além do valor financeiro, o valor social criado numa lógica de sustentabilidade global?

*O autor do artigo não escreve segundo o novo Acordo Ortográfico

Portugal renovável, um país energético

Dados da OCDE colocam Portugal nos três primeiros lugares no que diz respeito ao peso da produção de eletricidade de origem renovável. Já em termos da UE, o nosso país encontra-se entre os cinco países com os objetivos mais ambiciosos (cerca de 45%). As energias hídrica e eólica são as grandes responsáveis por estes números mas vamos conhecer melhor o estado da arte das energias renováveis em Portugal.

Em Portugal, a produção de energia a partir de fontes renováveis iniciou-se nos anos 50, a partir da água através de grandes centrais hídricas. Desde então, muito se tem feito no longo caminho do desenvolvimento das energias renováveis.

Desde o ano de 1995, a produção de energia primária no nosso país é na sua totalidade obtida através das fontes de energia renováveis, uma vez que a atividade de extração de carvão teve o seu término nesse ano.

A partir dessa data, Portugal estabeleceu políticas, medidas e incentivos para a promoção das energias renováveis, cujo potencial é de assinalar: a energia solar, a eólica, a hídrica e a da biomassa. 10 anos passados, a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis foi de 8939 GWh. Este ano, espera-se que o investimento total nas energias renováveis, em Portugal, atinja os 8,1 mil milhões de euros.

rio, a jusante da central, que faz rodar as turbinas e os respetivos geradores, gerando eletricidade. Outros tipos de aplicação são as pequenas centrais hídricas (PCHs), que consistem em pequenos açudes ou barragens que desviam uma parte do caudal do rio, para lho devolver num local desnivelado (onde são instaladas as turbinas), produzindo assim eletricidade, posteriormente distribuída pela rede.

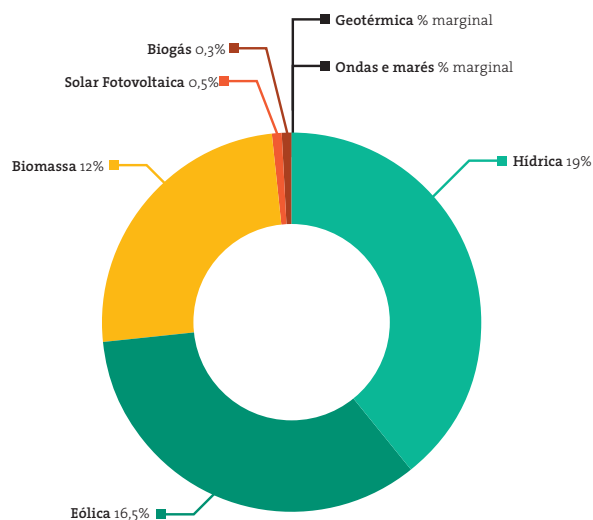
Em Portugal, mais de 30% da eletricidade consumida tem origem na água.

Com 60 barragens e 155 PCHs, Portugal tem cerca de 5000 MW de potência atribuída, a que correspondem 50% do potencial hídrico. No entanto, esta forma de aproveitamento de fontes renováveis tem gerado à sua volta movimentos de contestação, em virtude das alterações que provoca na paisagem, à qual se atribui a perda de *habitats* e de biodiversidade.

O peso das renováveis em Portugal:

- **Hídrica** *Utiliza água dos rios.*
Produção bruta: 19%
- **Eólica** *Utiliza o movimento das massas de ar.*
Produção bruta: 16,5%
- **Biomassa** (com e sem cogeração) *Utiliza resíduos naturais.*
Produção bruta: cerca de 12%
- **Solar Fotovoltaica** *Utiliza a energia solar.*
Produção bruta: cerca de 0,5%
- **Biogás** *Utiliza gás como combustível.*
Produção bruta: 0,3%
- **Geotérmica** *Utiliza o calor da terra.*
Produção bruta: marginal
- **Ondas e marés** *Utiliza a força das marés.*
Produção bruta: marginal

Fonte: APREN. (Dados de Janeiro de 2012)



Hídrica

A produção de eletricidade através da água é efetuada através de centrais hidroelétricas, associadas a barragens de grande ou média capacidade, que detêm a água dos rios, reservando-a e interrompendo, pontualmente, o seu curso. Estas infraestruturas beneficiam da energia da diferença de nível entre a albufeira e o

Eólica

Desde sempre o vento tem sido utilizado como forma de energia: deslocar os barcos à vela, rodar as mós dos moinhos para moer cereais ou elevar água dos poços. Atualmente, em zonas em que a velocidade média anual do vento é superior a 6 m/s (22 km/h), pode ser possível instalar um parque eólico. Estes

parques são constituídos por um ou mais aerogeradores, que ao girarem por meio da força do vento, produzem eletricidade que é conduzida para a rede de distribuição.

Com uma potência atribuída de 4300 MW, 218 parques eólicos que totalizam 2250 aerogeradores, Portugal obtém 17% da energia produzida a partir desta fonte.

A Direção Geral de Energia e Geologia estima que por cada MWh produzido por esta via, se evita a emissão de cerca de 0,8 ton de Gases com Efeito de Estufa (GEE) que resultariam da utilização de combustíveis fósseis para a produção de eletricidade.

Biomassa

A biomassa é constituída pelos resíduos naturais e pelos resíduos resultantes da atividade humana. Deste modo, são biomassa os subprodutos da pecuária, da agricultura, da floresta, ou da exploração da indústria da madeira, e também a parte biodegradável dos resíduos sólidos urbanos (lixo doméstico).

A biomassa pode ser usada de diversas formas, sempre com produção de calor que, pode ser usado diretamente em aquecimento, ou na produção de vapor, responsável por acionar turbinas, para a produção de eletricidade.

No nosso país, a potência atribuída é de 250 MW e 5% de contribuição para a produção bruta de eletricidade.

Solar

Um país com uma média de mais de 2000 horas de sol por ano não pode descurar o aproveitamento deste recurso. A transformação dos raios de sol em energia pode ser feita através de tecnologia fotovoltaica ou térmica. No primeiro caso, as células fotovoltaicas, constituídas por sílica, fósforo e boro, ao receberem os raios solares, originam a produção de eletricidade, armazenada numa bateria, e posteriormente utilizada no funcionamento de qualquer aparelho elétrico ou injetada diretamente na rede elétrica de distribuição. No caso do aquecimento solar de água, utilizam-se espelhos concentradores que vão aquecer a água, originando vapor que posteriormente vai fazer rodar turbinas, produzindo eletricidade.

A utilização desta fonte renovável apenas contribui com cerca de 0,5% para a produção bruta de eletricidade em Portugal, sendo a capacidade instalada de 150 MW. Em 2020, espera-se que este número chegue aos 1500 MW, cerca de 10 vezes superior ao atual.

A APREN sugere que se tivéssemos instalado em Portugal um milhão de metros quadrados de painéis solares, poder-se-ia poupar entre 2 a 3% das importações em combustíveis fósseis.

Biogás

A degradação dos resíduos orgânicos na ausência de oxigénio dá origem a um gás combustível, constituído por 60% de metano e 40% de CO₂. A sua queima controlada e monitorizada dá origem à produção de energia elétrica, facilmente colocada na rede de

distribuição. A produção de biogás tem a vantagem de conciliar duas políticas da União Europeia: Diretiva Energias Renováveis e os objetivos europeus de gestão de resíduos orgânicos que obrigam os Estados-Membros a reduzir a quantidade de resíduos. Essas políticas contribuíram para que uma série de Estados-Membros partissem para a produção de biogás.

Para além da redução da energia consumida no tratamento dos resíduos, a queima do metano, faz com que não ocorra o seu lançamento na atmosfera, onde é fortemente nocivo em termos de efeito de estufa.

As áreas potenciais principais de produção deste gás são a agropecuária, a indústria agroalimentar, as ETAR e os aterros de resíduos sólidos urbanos.

Geotermia

A energia geotérmica permite o aproveitamento à superfície do calor terrestre. É um recurso que pode ser utilizado em locais com atividade vulcânica, onde existam águas ou rochas a temperatura elevada e em zonas onde seja possível alcançar estratos magmáticos.

A produção de eletricidade é feita através de uma turbina movida a vapor de água, que é produzido pelo aquecimento do interior da Terra. Este potencial é usado para produção de energia elétrica, utilizando centrais de turbinas a vapor, e como fonte de calor em estufas ou em bombas de calor, para aquecimento ou arrefecimento de edifícios.

A produção de energia elétrica a partir desta fonte não produz GEE.

Nos Açores, face à atividade vulcânica, cerca de 30 MW correspondiam à potência instalada em 2010. Os Estados Unidos é o país onde a energia geotérmica é mais utilizada.

Em Portugal, existem várias unidades de produção de eletricidade instaladas nos Açores, e conhecem-se utilizações diretas em Lisboa e S. Pedro do Sul.

Ondas

Com uma costa com mais de 1800km de extensão, o potencial de aproveitamento de energia do mar português, através da energia das ondas, observa avanços tecnológicos, que permitem uma maior utilização.

Portugal figura entre o grupo de países interessados no avanço da exploração das ondas do mar para a produção de eletricidade, tais como a Grã-Bretanha e alguns países escandinavos.

Segundo a APREN, o futuro deste tipo de produção de eletricidade reside em centrais *offshore* em que se prevê para Portugal um potencial elevado que pode levar a que em 2025 cerca de 20% da eletricidade consumida tenha esta origem. Contudo, esta perspetiva pressupõe que o aperfeiçoamento das diferentes tecnologias, que ainda estão a dar os primeiros passos, se venha a confirmar.

« Este ano, espera-se que o investimento total nas energias renováveis, em Portugal, atinja os 8,1 mil milhões de euros. »



A Energia e o Desenvolvimento Sustentável

24

Anuário de Sustentabilidade 2012 MUDAR O RUMO

O sector de Energia tem passado nos últimos anos por um processo de reestruturação a nível mundial sem par e, provavelmente, sem ainda se ter uma visão completa do que o sector irá ser dentro das próximas décadas. As questões energéticas estão intimamente relacionadas com as questões ambientais e, desde logo, obrigam a uma concertação ao nível político entre os responsáveis destas duas áreas temáticas. A primeira preocupação tem contudo de ser colocada na garantia de abastecimento da energia aos consumidores, sem que possa haver hipótese de ruptura e para que isto não aconteça há um conjunto de medidas que têm de ser tomadas, das quais se destaca a questão do aprovisionamento de energia.

Como o mercado único da Energia está a ser construído desde a década anterior, uma outra linha de orientação da política energética deverá ser a consolidação da presença no mercado Europeu da Energia, de acordo com as medidas de mercado único que passam pela liberalização e privatização das empresas do sector eléctrico e do sector de gás, implementar uma política e prática de preços de mercado sem impostos que impossibilitem uma concorrência entre os diversos vectores energéticos, entre um outro mais vasto conjunto de medidas com menor impacto, mas importantes nos seus efeitos, dos quais se deve destacar um reforço da capacidade do planeamento da produção e da rede de transporte (*Bulk Power System*).

Uma outra questão tem a ver com uma clara política de preços dos diferentes vectores energéticos e respectivas infra-estruturas de abastecimento, bem como a sua implementação no todo do território nacional. A competitividade das regiões, das cidades e das empresas é muito afectada pela sua capacidade de definir quais os produtos energéticos mais adequados para as suas necessidades, de acordo com as diferentes características dos consumidores.

A penalização ambiental por efeito do CO₂ poderá vir a ser bem menor num futuro, onde haja taxas ambientais a pagar pela quantidade de CO₂ indevidamente produzida. Por outro lado, numa cidade onde não haja distribuição de gás natural, o custo de aquecimento por metro quadrado é bem maior, penalizando os consumidores desta mesma cidade.

Uma outra linha de orientação estratégica deverá ser a de garantir idênticas condições de acesso às mais diversas formas de energia em todo o país, permitindo mais rapidamente um descongestionamento do litoral que, do ponto de vista energético, é um caos.

Entre os vários tipos de consumidores, destacam-se os edifícios pelo que o não cumprimento dos regulamentos energéticos dos edifícios, incluindo os públicos, introduz nefastos problemas nos consu-

mos energéticos que, contabilizados durante o período de vida útil do edifício, conduzem a desperdícios inacreditáveis, de elevado custo energético e por isso também ambiental. Assim, uma outra linha de orientação estratégica será a promoção da utilização racional de energia onde o muito que tem vindo a ser realizado, implica que muito mais terá de ser feito, pois os indicadores energéticos, como a elasticidade ou a intensidade energética dizem-nos que, para andar um quilómetro em Portugal, consome-se entre nós três a quatro vezes mais energia do que consome um holandês ou um dinamarquês. Este indicador é-nos desfavorável duas vezes, pois não só o nosso produto ou serviço é mais caro em energia mas também poluímos bem mais do que os outros, comparativamente, o que trará um outro custo com as emissões de CO₂. Uma estratégia clara na introdução de uma política de utilização racional de energia passa pela sensibilização dos consumidores, especialmente os mais pequenos e os alunos do ensino básico e secundário.

Outra linha prioritária, deve ser a das energias renováveis, devendo neste aspecto o governo promover legislação mais ambiciosa do que atingir as metas que a Comissão Europeia nos impõe e estabelecer desde logo uma vontade de lançar um programa nacional de promoção do *cluster* das tecnologias energéticas e ambientais definindo um objectivo de reduzir e racionalizar o consumo de energia eléctrica, de reduzir os desperdícios sólidos, líquidos e gasosos, assumindo claramente uma política de eco-eficiência de acordo com o paradigma do desenvolvimento sustentável.

Portugal fica sempre pelos mínimos e nunca se assume, num sector tão decisivo como este, uma posição de liderança na prossecução de uma política de eficiência energética e das energias renováveis. Numa primeira fase é preciso uma grande vontade e, depois, numa segunda fase, atrair para o nosso país investigadores e empresas de serviços capazes de desenvolver conhecimentos e competências que nos coloquem numa posição equivalente à que Israel assume hoje em dia na energia solar ou a Áustria na concretização da utilização racional de energia ou seja na produção de “*negawatts*”.

Uma nota final sobre a questão da política energética. Só uma visão integrada sobre todas as formas de intervenção e das medidas a implementar, pode conduzir a resultados visíveis a curto prazo que são de uma necessidade imperiosa para este país rever a sua situação da falta de competitividade energética, que se traduz numa menor produtividade das empresas e dos organismos e, por consequência, num factor negativo de competitividade das empresas e das organizações, das cidades, das regiões e do país.

*O autor do artigo não escreve segundo o novo Acordo Ortográfico



A Energia em Portugal

I – Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis

No século XXI, tem de se ter em conta a dimensão ambiental, no contexto de recursos físicos que podem ser finitos. É o conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Por outro lado, as necessidades crescentes de energia das novas potências emergentes, a previsível escassez a prazo de combustíveis fósseis que são finitos, as preocupações ambientais designadamente com a emissão de CO₂ e a nossa dependência geoestratégica de fornecedores de petróleo e gás natural levam-nos a ter que fazer uma difícil e penosa transição para um sistema energético mais diversificado e menos dependente de combustíveis fósseis em que as renováveis e o nuclear irão dar o seu contributo do lado da oferta ao passo que na gestão da procura teremos que fazer um esforço acrescido na eficiência energética e na passagem para o veículo eléctrico e para os modos ferroviário e marítimo no transporte de mercadorias, única forma de reduzir o petróleo nos transportes.

II – A Sustentabilidade do Sistema Eléctrico

Este conceito não é apenas ambiental, tem uma tripla dimensão – ambiental, económica e social.

Portugal é um dos campeões do rácio energia renovável / consumo médio e da relação eólica / consumo de vazio de verão. O que levanta o problema do que fazer a tanta energia quando há vento. Criou-se um monstro eléctrico.

Quando há vento e chuva (correlação que acontece muitas vezes) as albufeiras estão cheias e nem sequer se pode aproveitar a energia excedentária para acumular nas albufeiras. Às vezes vende-se para Espanha a preço nulo. Quando não há vento, nem chuva, como está a acontecer agora, temos elevada potência renovável instalada que não produz energia, mas cujos custos fixos de investimento têm de ser pagos.

No plano ambiental, estamos numa excelente situação, no que toca às renováveis, contando com a energia hidroeléctrica, as biomassas e a eólica. Nesta, a nossa rede de electricidade acomodava, sem sobrecustos derivados do facto do vento ser intermitente e incontrolável, cerca de 2000MW de potência instalada e nós já vamos com 4600MW, tendo o governo anterior querido ir aos 8000MW! Tal excesso leva à necessidade de investimentos adicionais em duas muletas, bombagem hidroeléctrica de noite (quando há vento e não há consumo) e centrais térmicas de dia (quando há consumo e não há vento) como está a acontecer agora. As centrais térmicas passam a

trabalhar de forma inefficiente, só para apoio às eólicas mas os consumidores têm de pagar nas Garantias de Potência e nos Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC), os custos fixos de tais centrais. Não são subsídios aos combustíveis fósseis, são compensações às térmicas pelo facto de serem subutilizadas e o consumidor ter que lhes pagar os custos fixos de investimento!

Temos já capacidade ociosa quer nas eólicas quer nas térmicas.

O nosso problema não é pois num contexto de recessão económica e de decréscimo de consumo de energia, investir mais em eólicas, à custa de preços políticos, mas termos o sistema sustentável do ponto de vista económico e social, pondo a energia ao serviço da economia e não como no governo anterior pondo a economia ao serviço da energia, o que não era sustentável.

III – A Energia Nuclear

No estado actual da tecnologia, o mundo não pode dispensar a energia nuclear. Dispensá-la significaria uma tremenda pressão sobre o carvão e o gás natural com os consequentes impactes nos preços e na emissão de CO₂. Nas centrais eléctricas, praticamente já não se utiliza o petróleo e a alternativa ao nuclear é o carvão, o gás natural e as energias renováveis – hídrica, biomassa, eólica e solar. Infelizmente, estas não permitirão sozinhas resolver o problema.

Além do CO₂ evitado, o custo do nuclear é praticamente fixo (custo de capital) e não depende do preço dos combustíveis fósseis. Em Portugal, tendo excesso de capacidade instalada o problema não se põe de momento num contexto em que o consumo de energia, devido à crise, está a cair. Mas no médio-longo prazo será preciso substituir centrais térmicas e como o sistema tem de ter sempre uma componente térmica (em complemento da hídrica e da eólica) poderá perspectivar-se a hipótese de grupos nucleares. Assim, o nuclear nunca seria para substituir as renováveis, mas sim para fazer parte da componente térmica.

Como não temos no nosso país dimensão para vários grupos nucleares, construir um caro aparelho de segurança de raiz em Portugal teria custos fixos não diluídos por vários grupos.

Então, uma solução possível seria um projecto conjunto luso-espanhol, aproveitando um local espanhol (por exemplo Almaraz) e transformando o sistema de segurança espanhol num sistema luso-espanhol. De recordar que a EDP tem capacidade nuclear em Espanha. Nesse horizonte de decisão, já haverá também centrais de 3.^a e 4.^a geração mais seguras que as actuais de 2.^a geração.

Quando menos é mais

A pressão demográfica, a ameaça do esgotamento de reservas de combustíveis fósseis, as preocupações com o ambiente e os aspetos económicos da utilização de energia, conduzem a sociedade a assumir a eficiência energética como parte da solução para a problemática da energia. A educação para a sustentabilidade energética passa pela ampliação da informação sobre a utilização racional da energia e pela evolução e implementação das tecnologias associadas.

A eficiência energética visa proporcionar o mesmo nível de produção de bens, serviços e de conforto através de tecnologias que atenuam os consumos face às soluções tradicionais, podendo conduzir a reduções substanciais do consumo de energia e das emissões de poluentes para a atmosfera terrestre. Muitas vezes, a eficiência energética pode também conduzir a uma elevada economia nos custos do ciclo de vida dos equipamentos utilizadores de energia (custo inicial mais custo de funcionamento ao longo da vida útil). Embora geralmente sejam mais dispendiosos, em termos de custo inicial, os equipamentos mais eficientes consomem menos energia, conduzindo a custos de funcionamento mais reduzidos e apresentando outras vantagens adicionais.

Simple medidas de utilização racional de energia, tal como apagar a luz quando saímos de uma divisão ou não deixar os equipamentos em *stand-by*, devem ser difundidas pela comunidade, assim como devem ser implementadas tecnologias que traduzam uma redução de consumos na transformação da energia, após a qual se transforma em calor, frio, luz, entre outras. Durante a transformação uma parte dessa energia é desaproveitada e a que chega ao consumidor nem sempre é devidamente utilizada. A eficiência energética pressupõe a implementação de medidas para



combater o desperdício de energia ao longo de todo o processo de transformação e utilização.

REGRAS DE OURO PARA UTILIZAR A ENERGIA DE MODO EFICIENTE

1. Nunca deixe os aparelhos elétricos em modo *stand-by*, pois continuam a gastar energia.
2. Sempre que sair de uma divisão, desligue as luzes.
3. Isolar portas e janelas, paredes, tetos e pavimentos, economiza energia, uma vez que reduz o investimento e a utilização de sistemas de climatização.
4. Opte por eletrodomésticos eficientes. Antes de comprar, verifique a etiqueta energética. Não se esqueça que, apesar do investimento inicial poder ser um pouco maior, os custos de utilização serão com certeza mais baixos.
5. Substitua as lâmpadas incandescentes por lâmpadas economizadoras, que poupam cerca de 80% da energia elétrica utilizada e duram quase 8 vezes mais.
6. Prefira os transportes públicos para realizar as suas deslocações diárias.
7. Ande a pé sempre que possível e pondere utilizar a bicicleta para se transportar.
8. Reduza, reutilize e recicle os resíduos produzidos.
9. As máquinas de lavar louça e roupa devem ser utilizadas com a carga máxima e em programas de baixa temperatura.
10. Evite abrir a porta do frigorífico desnecessariamente. Procure pensar primeiro em tudo o que precisa de lá ir buscar para que não tenha de repetir o processo.
11. No inverno, as janelas são grandes aliadas para deixar entrar o sol e aquecer a casa. No verão, sobretudo nas horas de maior calor, procure que o sol não penetre nas divisões.
12. Nunca deixe os aparelhos de climatização ligados quando janelas ou portas estão abertas.



Eficiência energética nas PME

A eficiência energética é cada vez mais uma preocupação de competitividade e de sustentabilidade das PME, considerando que, contíguo ao crescimento do consumo mundial de energia, está um crescente aumento das necessidades, fruto da própria evolução das sociedades e dos novos desafios que esse desiderato impõe.

Os objectivos da UE em matéria de energia foram incorporados na “Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”. A Estratégia Europa 2020 constitui uma visão para a economia social de mercado da Europa para a próxima década. Baseia-se em três áreas prioritárias interdependentes e que se reforçam mutuamente: um crescimento inteligente, desenvolvendo uma economia baseada no conhecimento e na inovação; um crescimento sustentável, promovendo uma economia hipocarbónica, eficiente em termos de recursos e competitiva, e um crescimento inclusivo, promovendo uma economia com altas taxas de emprego que assegure a coesão social e territorial.

A UE visa, nomeadamente, objectivos ambiciosos nos domínios da energia e das alterações climáticas para 2020: reduzir em 20% as emissões de gases com efeito de estufa, aumentar para 20% a proporção das energias renováveis e conseguir um melhoramento de 20% na eficiência energética.

Para cumprimento da Directiva 2006/32 foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2008, de 20/5, relativa ao Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE). No âmbito deste plano foram definidos 12 Programas abrangentes para actuar nas várias vertentes da eficiência energética, nomeadamente ao nível das empresas, em especial da indústria.

O objectivo dos programas, definidos pelo PNAEE, consiste em aumentar até 2015 a eficiência energética global em 10%, relativa ao conjunto de todos os sectores da sociedade, prevendo-se um impacto no consumo de energia em 2015 por sector (% de poupança vs. média 2001 a 2005). A contribuição da indústria para este objectivo de 10% é a segunda mais relevante (2,9%). O objectivo do PNAEE é ambicioso, sendo 20% superior ao definido pela Directiva 2006/32.

Neste contexto, e observando que o tecido empresarial

português, constituído sobretudo por PME, apresenta uma baixa sensibilização para a temática, a AEP tem em curso o projeto EFINERG, que visa a definição de estratégias com vista à melhoria da eficiência energética nas PME. Esta iniciativa procura não só a promoção da aplicação de boas práticas, mas também estabelecer um conjunto de orientações para apoio na implementação de acções de melhoria de eficiência energética.

Até Março de 2012, registaram-se 904 instalações consumidoras intensivas de energia (consumos superiores a 500 Tep/ano). Os registos no SGCIE – Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia equivalem a 1.382 ktep e representam 24% do consumo de energia final dos sectores da Agricultura e Pescas, Indústria Extractiva, Indústria Transformadora e Obras Públicas e Construção (sem petróleo não energético) – Balanço Energético 2010 (provisório).

Desta forma, no que respeita ao consumo para os sectores acima indicados, existe ainda um valor de consumo de energia significativo que está distribuído por cerca de 188 mil empresas (dados INE, 2009), o que representa um esforço significativo para que este universo implemente medidas de eficiência energética. É para esta dimensão empresarial que o projeto EFINERG orientou a sua actuação, uma vez que na sua maioria, estas empresas não possuem práticas de melhoria da eficiência energética.

Sob o lema “Dar luz verde à poupança de energia”, o projecto EFINERG é dirigido às Pequenas e Médias Empresas com consumos anuais de energia situados entre as 250 e as 500 TEP (não considera os consumidores intensivos de energia), dos cinco sectores considerados prioritários: metalomecânica, agro-alimentar, têxtil e vestuário, cerâmica e vidro, madeira, mobiliário e cortiça. No âmbito do projecto foram realizados diagnósticos a 125 empresas de cinco sectores procurando como resultado a caracterização sectorial e a identificação de boas práticas de eficiência energética. Como resultado pretende-se também caracterizar as necessidades de financiamento a medidas na área da energia, procurando uma maior abrangência de implementação das melhorias preconizadas durante a realização do projecto.

*A autora do artigo não escreve segundo o novo Acordo Ortográfico



O papel das Agências de Energia em Portugal

28

A ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior representa os municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Meda, Penamacor, Pinhel, Trancoso e Sabugal através da Associação de Municípios da Cova da Beira que foi responsável pela sua criação no ano 2001, que tem ao longo dos anos tido como parceiros os seus associados, por forma a desenvolver e enriquecer a sua atividade, num território de intervenção de mais de 5.500 Km² de cerca de 160.000 habitantes.

A ENERAREA tem desenvolvido trabalhos na área da Iluminação Pública, Edifícios Municipais e de apoio às empresas da região. É de extrema importância para os municípios terem a caracterização pormenorizada das suas infraestruturas, só assim se conseguem desenhar estratégias de atuação e definição de prioridades no que diz respeito aos investimentos a realizar para promoção da eficiência energética, quer na redução de consumos através da utilização de tecnologia mais eficiente, quer na utilização de energias renováveis e tem dado especial atenção à formação de Gestores Energéticos, é nesse sentido que a ENERAREA tem desenvolvido as suas atividades quer a nível municipal quer a nível regional. Assim, este trabalho permite: o aumento da eficiência energética, a monitorização dos consumos e das despesas energéticas, a redução dos consumos e da fatura energética, o aumento da competitividade do território, um conhecimento aprofundado das instalações e equipamentos consumidores de energia, o controlo e manutenção dos sistemas e a identificação de oportunidades de poupança energética.

Entendemos que a Gestão Energética tem que ser vista cada vez mais como a forma de reduzir consumos e diminuir a emissão de CO₂. As Agências de Energia têm uma visão estratégica intermunicipal que lhes permite elaborar Planos de Ação Regionais que promovam a utilização sustentada da energia, assim como, a definição de boas práticas do ponto de vista do investimento, caminhando-se desta forma a passos largos para a produção de um Plano Diretor Energético que defina uma estratégia concertada entre os diversos municípios, padronizando o tipo de iniciativas a implementar em função da tipologia de processo. Existe a necessidade de realização de um compromisso de criação de políticas energéticas, de melhoria contínua do desempenho energético, a redução de desperdícios energéticos e a realização de investimentos que visem a eficiência energética.

As Agências de Energia têm também o papel de estimular a economia no que diz respeito à criação de soluções energéticas que colmatem as necessidades detetadas, soluções estas que serão a base da renovação na forma de gerir a energia nas instituições públicas, empresariais e individuais. As Agências deverão ser os detonadores das explosões tecnológicas necessárias para a Investigação e Desenvolvimento de tecnologia cada vez mais eficiente para o uso e gestão da energia.

Cabe também às Agências de Energia o papel de agente de sensibilização e divulgação de boas práticas energéticas em todo o espectro escolar e industrial, tornando-se cada vez mais importante conhecer as soluções que o mercado nos oferece para identificar com maior facilidade quais os possíveis utilizadores das diversas tecnologias existentes com o objetivo comum de melhoria da utilização das fontes energéticas que temos ao dispor.

Para a generalidade dos municípios os custos com Iluminação Pública representam um valor superior a 50% de custos com energia elétrica, o que levou a ENERAREA em parceria com os seus municípios a elaborar um plano de atuação por forma a melhorar a eficiência dos equipamentos e a racionalização da sua utilização, que partiu inicialmente pelo inventário e caracterização da rede existente. A ENERAREA tem também desenvolvidos planos de atuação para os edifícios públicos que apresentam elevados consumos, como é o caso das piscinas municipais, fez também o diagnóstico de todos os contratos existentes com os fornecedores de energia elétrica adequando os contratos às necessidades existentes, reduzindo desta forma o custo mensal com a fatura de energia elétrica.

Para se delinear uma nova estratégia de desenvolvimento é necessário ocorrer uma mudança na forma de pensar, perceber e definir valores, ou seja, é preciso “repensar a reforma, reformar o pensamento”. E, de facto, vive-se um processo de mudança de visão do mundo na ciência e na sociedade, uma mudança de paradigma radical. É nesse novo paradigma que deverá ser analisada a energia para o desenvolvimento sustentável. O uso e consumo da energia, bem como a gestão energética, deverão ser reavaliados de forma a incorporar soluções sustentáveis. De outra maneira, para que a mudança possa atender à reconciliação entre economia e meio ambiente é necessária uma mudança civilizacional e, como alguém dizia, a solução requer uma passagem de uma “civilização do ter” para uma “civilização do ser”.



Desde 1982, a Lipor cuida e protege o ambiente. Moderna, sensível e próxima de todos, a sua vontade de abraçar o futuro é renovada todos os dias. E é em nome do ambiente, que a Lipor agradece a todos cada gesto que contribui para um ambiente melhor.



A SUSTENTABILIDADE AO LONGO DE TODA A CADEIA DE VALOR

Quando todas as peças se unem para formar a combinação perfeita

Segundo Jodie Thorpe, da *SustainAbility*, a maioria das empresas já percebeu que “80% do seu impacto económico vem da sua cadeia de fornecedores”. Daí, as abordagens criativas serem tão essenciais para a gestão dessa cadeia. A motivação e as estratégias diferenciadas devem ser, pois, utilizadas para comprometer todos os elos num processo de melhoria contínua que garanta a efetiva conquista do desenvolvimento sustentável pela empresa, refletindo-se na comunidade onde está integrada.

O desempenho de uma empresa deve ser medido baseando-se nas suas contribuições para a prosperidade económica, ambiental e social ao longo da cadeia de valor.

A integração dos mercados e a não existência de barreiras comerciais têm produzido inúmeras mudanças na forma de operar das empresas ao nível nacional e internacional. A expansão dos mercados ditou o aparecimento de novos concorrentes e até mesmo as relações com os colaboradores, clientes e fornecedores está a mudar.

No seio desta transformação, as três dimensões da sustentabilidade – económica, social e ambiental – têm vindo a ganhar destaque.

Cada vez mais, as empresas veiculam as suas atividades às respetivas consequências que as mesmas terão junto das comunidades locais, do meio ambiente e dos próprios clientes dos produtos e serviços.

A necessidade de definir e garantir uma posição no mercado associa-se, assim, às preocupações da Responsabilidade Social

Empresarial, que ocupa cada vez mais um lugar de destaque nas empresas visionárias.

A gestão da cadeia de fornecimentos é fulcral para este propósito. No entanto, para que a sua gestão seja efetiva, é preciso que seja implementado um processo de avaliação de desempenho dos esforços realizados, de modo a que se monitorize o alcance das metas definidas ao longo de toda a cadeia. No caso dos fornecedores, é necessário que estes estejam em linha com os valores da empresa e atendam aos critérios mínimos estabelecidos pela mesma. Além disso é importante desenvolver planos de ação que conduzam ao cumprimento dos critérios necessários, promovendo parcerias – formação, capacitação, desenvolvimento conjunto, entre outros – sem que isto afete a concorrência, que naturalmente existe e faz parte dos mercados. O desafio da sustentabilidade na cadeia de valor e a complexidade na gestão de uma empresa, exige que os líderes sejam capazes de visualizar e analisar o desempenho a partir de elementos como a Responsabilidade Social Empresarial. E esta ultrapassa as fronteiras físicas da empresa, uma vez que o produto só será validado como socialmente responsável quando o consumidor final assim o reconheça.

Neste processo, o papel do gestor de topo é decisivo uma vez que deverá assumir a postura de empreendedor social.

OPÇÕES CRUCIAIS PARA A SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DE VALOR:

Investigação e Desenvolvimento

A inovação, a pesquisa e o desenvolvimento são fundamentais para a expansão eficaz das empresas, permitindo aplicar o conhecimento obtido, proveniente de variadas fontes, no aperfeiçoamento de produtos e serviços.

Integrar as áreas de conhecimento na perspectiva de desenvolvimento de produtos e serviços mais sustentáveis é o grande objetivo.

Segurança dos Produtos

A compatibilidade, em termos de segurança, dos produtos e serviços com a saúde dos consumidores/clientes e com o ambiente é fundamental para a sustentabilidade global do negócio. A avaliação de risco é determinante para cada produto e serviço lançado no mercado. O uso de determinadas substâncias nocivas, quer para a saúde de colaboradores e utilizadores, quer os seus efeitos no ambiente, devem ser corretamente analisados, prevendo os riscos associados e as suas consequências.

Matérias-Primas

A origem das matérias-primas deve ser uma das prioridades de uma gestão sustentável. Dever-se-á ter em conta a correta exploração dos recursos naturais.

« O desempenho de uma empresa deve ser medido baseando-se nas suas contribuições para a prosperidade económica, ambiental e social ao longo da cadeia de valor. »

O transporte das matérias-primas deverá ser otimizado, diminuindo custos com deslocações (combustíveis, portagens, *transfers*, taxas de alêndega, emolumentos, entre outros). Esta gestão trará, consequentemente, benefícios ambientais, tais como a diminuição das emissões de CO₂ e do consumo de energia.

Produção

O aperfeiçoamento contínuo dos processos de produção com vista à otimização dos consumos de energia, matérias-primas e água permite alcan-

çar metas no âmbito dos ganhos ambientais. A correta gestão de resíduos e as parcerias com as entidades responsáveis pela sua valorização na área de atuação da empresa também são fatores de promoção da sustentabilidade ao longo desta fase da cadeia de valor. A monitorização da pegada ecológica da empresa é mais um dos aspetos a ter em conta, em conjunto com a respetiva compensação, através de medidas mais ou menos complexas.

Logística

O processo de planeamento, implementação e controlo de fluxos, *stocks* e necessidades, de um ponto de origem até um determinado destino, implica um conjunto de opções relacionadas com o recurso a meios de transporte, embalagens, processos de reciclagem e reutilização de recursos, determinantes para assegurar a sustentabilidade da cadeia de valor.

Colaboradores

A gestão de recursos humanos, atendendo à Responsabilidade Social junto dos colaboradores é mais um dos fatores determinantes para a sustentabilidade da cadeia de valor. O comprometimento dos colaboradores com os valores de sustentabilidade da empresa asseguram o sucesso da mesma. Deverão ser vistos como “sócios” do negócio, passíveis de partilhar resultados e responsabilidades e, só assim, adicionar valor ao negócio nas três componentes do desenvolvimento sustentável.

Fornecedores

Preferir fornecedores de excelência aumenta o valor acrescentado de longo prazo para a empresa. A atuação dos fornecedores, em termos económicos, ecológicos e sociais, deverá ser analisada detalhadamente, de modo a escolher os melhores. A cooperação estreita com os fornecedores permite integrar no seu *modus operandi* os princípios de sustentabilidade defendidos pela empresa e levar mais longe o conceito. Para garantir a efetiva implementação dos requisitos de sustentabilidade da empresa na relação com os fornecedores, o desempenho dos mesmos deverá se avaliado regularmente, paralelamente com uma análise de risco que pondere um conjunto de critérios de sustentabilidade, nomeadamente o cumprimento das disposições legais, a responsabilidade social, o ambiente, a higiene, saúde e segurança no trabalho, entre outros.



A galinha e o porco

32

Anuário de Sustentabilidade 2012 MUDAR O RUMO

Embora as declarações de adesão e de imprescindibilidade, em relação às práticas de sustentabilidade, sejam cada vez mais frequentes, o que na realidade assistimos é a graus muito desiguais de adopção destas práticas pela sociedade, em geral, e pelas empresas, em particular.

Assim, os temas da sustentabilidade são cada vez mais assumidos pelo senso comum como incontornáveis, embora infelizmente esta unanimidade não ocorra também nas práticas de todos os dias. Quando estes fenómenos de temas “politicamente correctos” acontecem, acabamos quase sempre em situações de algum cinismo na forma de serem encarados. Ou seja, temos quase a totalidade da sociedade, e das suas representações, a participar no discurso da sustentabilidade, mas muito poucos a concretizarem acções de alcance significativo. Participamos, mas estamos muito pouco envolvidos.

Penso que esta situação advém de duas causas principais: a primeira, uma manifesta falta de conhecimento sobre o tema, aliada sobretudo à identificação das vantagens reais para a criação de riqueza; a segunda, a tendência para se olhar para o detalhe, perdendo-se, sem uma visão de conjunto, a oportunidade de agirmos sobre o que é fundamental. E assim, em cima de dois erros, constrói-se a grande parte das respostas a estes desafios. Primeiro, que se trata de um acessório de moda, e segundo, que pode ser encarado de uma forma ligeira.

A falta de conhecimento conduz, por exemplo, a que respostas apressadas sejam apresentadas e inúmeras campanhas de comunicação e marketing, a maior parte sendo mais facilmente identificadas com o *green* e *socialwashing* do que com temas de sustentabilidade, ocupem espaço nobre de comunicação. No limite iremos obter a exaustão dos alvos da comunicação, como acontece com as piedosas campanhas de Natal, onde já nada se distingue no meio da manipulação sem limites do falado “espírito da época”.

Outro exemplo, da falta de conhecimento que temos na actualidade, são as declarações, agora frequentes, de que devido à cri-

se não há condições para olhar para os temas da sustentabilidade, pois no tempo presente há que viabilizar a economia. Sem dúvida há que dar novo rumo ao nosso tecido produtivo, mas como também é do senso comum, tentar resolver os problemas com as mesmas ferramentas com que foram criados, nunca foi solução. Se a sustentabilidade tem alguma vantagem mensurável para os descrentes, é a da redução de custos pelo desenvolvimento de políticas de eco-eficiência. Também as questões da inovação, seja a inovação ligada a novos produtos e serviços, seja a aliada a novas formas de organização, são outra das vantagens reais que a visão da sustentabilidade traz – inovar com um objectivo. Pelo contrário do que vamos ouvindo, agora sim é a altura para se apear a soluções sustentáveis e investir nesta área.

Por outro lado, a tendência para se obterem respostas rápidas, resultado de análises parciais ou inexistentes, leva a que estejamos sistematicamente a errar os alvos das nossas acções. Ter a clara noção de como qualquer sistema funciona, que componentes têm, e sobretudo quais são as relações entre os diversos componentes, induz a melhores soluções. As análises superficiais que são efectuadas são muito evidentes nas respostas que vamos vendo aos desafios da sustentabilidade, muitas vezes concentram-se no acessório deixando o fundamental sem actuação. Compa-

rem-se as estratégias de sustentabilidade de muitas das nossas empresas, com o seu *core business* e principais impactes, e obteremos resultados curiosos. Por este facto muitas vezes os recursos utilizados são dispersos em acções sem impacte real, seja na relação com os *stakeholders*, seja na criação de valor económico.

Podemos então concluir que muitos participam, mas poucos estão verdadeiramente envolvidos. Chegamos assim à história anglo-saxónica da definição do papel da galinha e do porco, na preparação do comum bacon com ovos. Se a galinha participa dando os ovos, o porco está profundamente envolvido no desenvolvimento do prato. Que então nos envolvamos realmente com a sustentabilidade.

« ...os temas da sustentabilidade são cada vez mais assumidos pelo senso comum como incontornáveis, embora infelizmente esta unanimidade não ocorra também nas práticas de todos os dias... »

Eventos Sustentáveis

A organização de eventos implica a gestão de uma série de processos, desde a promoção, à concretização e até ao legado do evento para a comunidade. Quando falamos em eventos sustentáveis, associamos apenas aos aspetos ecológicos, nomeadamente a produção de resíduos, as emissões para a atmosfera ou o consumo de matérias-primas. No entanto, um evento verdadeiramente sustentável envolve um equilíbrio entre os aspetos sociais, económicos, culturais, e ambientais.

Não se trata de um manual de regras básico mas apenas dicas que devem servir para uma análise ponderada aquando da realização de um evento que se pretenda sustentável:

- Tornar democrático o acesso ao evento – o valor cobrado pela inscrição num evento pode ser um fator que leva à exclusão. E o preço é resultado das decisões tomadas ao longo do planeamento do evento, que vai desde o local escolhido até ao tipo de comida disponibilizada nas refeições;
- Minimizar custos e resíduos (por exemplo, optar pela *internet* para a divulgação do evento e receção dos trabalhos);
- Optar por empresas locais para a confeção dos materiais (pastas ou sacos, por exemplo) a fornecer aos participantes (que devem ser duráveis e ter utilidade), assim como para o fornecimento de alimentos durante o evento;
- Escolher o local, pensando também na facilidade para o transporte das pessoas (disponibilidade de transportes públicos, por exemplo);
- Para os momentos de lazer, caso se trate, por exemplo de um congresso, procurar opções dentro da comunidade onde o evento será realizado (artistas, gastronomia e locais de interesse na região);
- Preferir espaços com iluminação natural;
- Atender aos sistemas de ar condicionado que devem ser eficientes do ponto de vista energético, diminuindo o consumo de energia elétrica;
- Caso existam *stands*, a iluminação dos mesmos pode ser responsável pelo consumo de cerca de 75% de toda a energia elétrica dispendida no evento. Prefira equipamentos que tenham melhor aproveitamento da energia, como os refletores profissionais que utilizam *LEDs* como elemento de iluminação;
- Evitar ao máximo o uso de geradores porque consomem combustíveis fósseis para funcionar e, portanto, emitem CO_2 , um dos principais gases com efeito de estufa;
- Sempre que possível, prefira fornecedores locais para evitar que o material usado no evento seja transportado por longas distâncias;
- Verificar se os veículos utilizados pelos fornecedores estão em bom estado de manutenção de modo a consumir pouco combustível;
- Preferir empresas que abasteçam os veículos com biocombustível;
- Imprimir somente o imprescindível ou em papel proveniente de florestas certificadas;
- Optar por brindes de material reciclável ou reciclado, com baixo impacto ambiental na sua cadeia produtiva;
- Sempre que possível utilizar louças reutilizáveis;
- Dotar os espaços de equipamentos para a deposição seletiva de resíduos;
- Promover uma parceria com a empresa responsável pela gestão de resíduos local, de modo a otimizar todos os processos relativos a esta questão;
- Reaproveitar o que for possível para eventos futuros;
- Doar o que puder ser útil para terceiros após o término do evento;
- Procurar parceiros e fornecedores que adotem boas práticas sócio-ambientais e evitar por completo aqueles que não respeitam os direitos dos trabalhadores, utilizam mão de obra infantil ou criam atritos com as comunidades onde estão instalados.

A candidatura aos Jogos de Londres 2012 prometeu “os primeiros Jogos Olímpicos e Paralímpicos sustentáveis”. A visão de Londres 2012 foi “usar o poder dos Jogos para inspirar mudanças”.

Assim, a Comissão organizadora focou-se em garantir um legado dos Jogos que permitisse:

- Um padrão de vida melhor para os londrinos nos bairros de acolhimento;
- Habitação de qualidade a preços acessíveis;
- Um aumento na base de competências de pessoas que vivem e trabalham no Reino Unido;
- Uma sociedade culturalmente diversificada;
- Pessoas a adotar formas de vida mais saudáveis através da prática do desporto e melhores escolhas de estilo de vida;
- Perspetivas de emprego para os londrinos e outros residentes do Reino Unido, a longo prazo;
- Acessos livres a serviços, empregos, casas e atividades comunitárias para as pessoas com deficiência;
- Locais preparados para o desenvolvimento sustentável (desenvolvimento de baixo impacto);
- Adoção de boas práticas ambientais, como reciclagem e redução de resíduos por parte dos habitantes;
- Impacte mínimo no clima;
- Recursos e espaços públicos acessíveis, que serão no futuro bem utilizados e mantidos.

Fonte: <http://www.cslondon.org/sustainable-games/sustainable-legacy/>

Guia para Eventos Sustentáveis

por BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

Todos os anos realizam-se os mais variados tipos de eventos por todo mundo, com impacto a vários níveis, sejam eles eventos da comunidade, grandes conferências científicas, reuniões de negócios, festivais de música, exposições ou eventos desportivos. Se em todos os eventos profissionais a sustentabilidade for condição no seu planeamento e na tomada de decisão, o resultado acumulado em todo o mundo, em termos de consumos de água e energia, de geração de resíduos, de poluição do ar e da água, de contribuição para as alterações climáticas, pelas emissões de gases com efeito de estufa, entre outros, será considerável.

Os referidos impactes ambientais gerados pelos eventos variam com o tipo, a dimensão e a localização. Contudo, não menos importantes são os impactes económicos e sociais, que podem ser bastante relevantes para o desenvolvimento económico e social da comunidade local.

Os benefícios que resultam da integração da sustentabilidade no planeamento de um evento podem ser múltiplos. Práticas sustentáveis podem levar a melhorias ambientais, vantagens financeiras, à criação de uma imagem positiva, para o evento e entidades envolvidas, e a benefícios sociais para a comunidade local. Podem também ser desencadeados efeitos secundários positivos, como iniciativas de inovação no mercado, estimulando o desenvolvimento de novos produtos. Adicionalmente, através da sensibilização para a sustentabilidade e de mudanças inspiradoras podem ainda ser criados benefícios a longo prazo para a comunidade em geral.

Neste contexto, no final de 2011, o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD Portugal), criou um Grupo de Trabalho, subordinado ao tema Eventos Sustentáveis, no qual participaram as empresas Centro de Congressos do Estoril, Ecoprogresso, EDP – Energias de Portugal, E.Value, Sumol+Compal, Sustentare e TerraSystemics, com o objetivo de identificar, definir, partilhar e sistematizar boas práticas para a organização e gestão de eventos.

Foi opção deste Grupo de Trabalho elaborar um Guia que elencasse um conjunto de boas práticas passíveis de serem implementadas, nas várias categorias que integram a cadeia de valor de um evento: **local, transportes, estruturas: logística, exposição e escritórios, catering, audiovisuais, alojamento, comunidade e comunicação.** Para cada categoria são enumeradas boas práticas relacionadas com diversos aspetos, tais como água, bem-estar humano, energia e clima, ética, desenvolvimento local, qualidade do ar, resíduos e uso do solo, e o seu impacto direto ou indireto aos níveis ambiental, económico e social.

O Guia para Eventos Sustentáveis pretende ser uma ferramenta simples, prática, flexível e pedagógica, que sensibiliza, informa, divulga e desafia organizações e indivíduos a melho-

rarem o seu desempenho e é aplicável a todos os tipos e dimensões de eventos. Foi elaborado na ótica do organizador de eventos, contudo, as orientações apresentadas podem ser úteis para um promotor ou patrocinador, através da utilização das mesmas como condições ou critérios que devem ser implementadas pelo organizador e/ou respetivos fornecedores a contratar.

O guia tem, assim, como objetivos:

- **Sensibilizar** as organizações para a relevância dos impactes positivos e negativos que um evento comporta;
- **Informar** as organizações sobre o contributo que podem dar para o desenvolvimento sustentável, no âmbito dos eventos que promovem, organizam e ou patrocinam;
- **Divulgar** um conjunto de ações que podem ser incorporadas, permitindo que um evento seja promovido, organizado e ou patrocinado com sustentabilidade;
- **Desafiar** as organizações para melhorar continuamente o seu processo para alcançar níveis cada vez mais superiores de desempenho.

Por fim, a adoção do Guia para Eventos Sustentáveis implica assim que se assuma, voluntariamente, a responsabilidade de potenciar os impactes positivos e de gerir adequadamente os impactes negativos, promovendo, sempre que possível, a sua redução ou eliminação e a compensação dos inevitáveis. As recomendações apresentadas são de carácter voluntário, nenhuma dispensando o cumprimento da legislação aplicável ao evento que estiver a ser organizado.





Eventos sustentáveis em Portugal – estado da arte

O ano de 2012 tem sido designado pelos meus colegas Anglo-Saxónicos como o Ano da Sustentabilidade. É o ano do lançamento da norma ISO 20121 que substitui assim a BS 8901 de 2007 criada para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Londres 2012. Foi também em Janeiro deste ano o lançamento da *Event Organisers Sector Supplement (EOSS)* da *Global Reporting Initiative (GRI)*. *History in the making* afirmam.

A BS8901 é, fundamentalmente, uma estrutura que indica um modo de trabalhar em eventos. Recomenda que sejam identificados os principais problemas com a realização do evento que se quer produzir.

A GRI EOSS é fundamentalmente sobre o reportar da sustentabilidade disponibilizando para tal orientação e apoio às organizações.

A proposta ganhadora para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2012 tem o título *Towards a One Planet Olympics* compromete-se a apresentar o evento olímpico como os primeiros Jogos Olímpicos e Paralímpicos sustentáveis. Afirmam os Britânicos que vão mudar para sempre a maneira como os eventos são desenhados, mega eventos ou outros.

Portugal não participou no desenvolvimento da norma ISO 20121 por não haver, em 2010, nenhuma entidade interessada no desenvolvimento desta matéria. No entanto, o Instituto Português da Qualidade (IPQ) http://www.ipq.pt/backhtmlfiles/ipq_mei.htm manifesta o maior interesse na ISO 20121, apesar de não ser sua responsabilidade iniciar o processo.

O IPQ relembra que o objectivo da normalização é o estabelecimento de soluções, por consenso das partes interessadas, tornando-se uma ferramenta poderosa na auto-disciplina dos agentes activos do mercado. Relembra ainda que qualquer norma é

considerada uma referência idónea do mercado a que se destina.

Parece-me que o início do processo deverá ser feito pela indústria do turismo, à semelhança do que acontece nas outras indústrias. De facto, e como já aqui foi referido, “Uma organização que pretenda crescer no mercado, permanecendo durante um longo período de tempo, deverá adoptar uma estratégia que contemple o que na expressão anglo-saxónica se designa de *Triple Bottom Line*, ou seja, que gere valor nas dimensões económica, ambiental e social”.

A conferência *Opportunity Green* <http://www.opportunitygreen.com/>, evento anual de referência entre outros e que teve início em 2007, faz saber no seu Manifesto “... Em tudo o que fazemos, procuramos o equilíbrio dos três pilares da sustentabilidade que são a comunidade, o ambiente e o lucro...”.

Tanto quanto sei, o primeiro evento deste tipo em Portugal teve lugar em Setembro de 2010 – a *Low Carbon Technologies Exhibition* – evento organizado pela equipa da Embaixada Britânica em Lisboa. Neste evento participaram empresas Britânicas inovadoras e decorreram sessões paralelas nomeadamente sobre financiamento / créditos de carbono.

A Coca-Cola publicita em Coca-Cola London 2012 <http://www.theheartofthecity.com/file/coca-cola-case-study-final-pdf> “... A Coca-Cola está a organizar todo o programa London 2012 de acordo com a *British Standard for Sustainable Event Management*, BS 8901...”. Esta norma está neste momento a ser adaptada para passar à nova norma ISO 20121 que a Coca-Cola adoptará em 2012.

Parece-me assim que Portugal tem oportunidade para participar nesta matéria, não deixando que o campo dos eventos sustentáveis seja mais uma oportunidade perdida.

« ... Em tudo o que fazemos, procuramos o equilíbrio dos três pilares da sustentabilidade que são a comunidade, o ambiente e o lucro... »

Consumo Sustentável

Com o desenvolvimento da Agenda 21, Programa de ação das Nações Unidas para o ambiente e o desenvolvimento no século XXI, aprovado na Cimeira da Terra, em 1992, e que permanece hoje em dia uma referência mundialmente reconhecida, enquanto guia de gestão ambiental, de implementação do desenvolvimento sustentável e de apoio à decisão, o consumo sustentável tornou-se uma referência nas medidas de política orientadas para o desenvolvimento sustentável, nas três dimensões reconhecidas: ambiental, económica e social.

Os países da União Europeia foram convidados a estabelecer estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável. Ainda é muito incipiente o papel reservado aos consumidores nos múltiplos domínios de atuação ao seu dispor, como sejam: conservação de energia, agricultura biológica, alimentação segura, qualidade da água, inclusão social, por exemplo.

O principal desafio que se coloca à volta do tema está relacionado com a educação para o consumo sustentável e quais as iniciativas que estimulam a consciência do indivíduo sobre o papel central que desempenham na sociedade, capacitando-os a escolher responsabilmente estilos de vida sustentáveis.

As escolhas de consumo dos cidadãos constituem decisões possantes que moldam os mercados e os padrões de produção.

CONSUMO SUSTENTÁVEL

Utilizar os recursos naturais para satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer as aspirações das gerações futuras. Ou seja, adquirir o necessário, minimizando o desperdício e a quantidade de resíduos produzida.

Têm impactes enormes nos recursos naturais e nos ecossistemas, bem como nas próprias comunidades. É através das escolhas de compra que os cidadãos apoiam ou rejeitam determinadas práticas empresariais, e comunicam as suas preferências aos decisores ao nível de governos, políticos e empresários.

EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO SUSTENTÁVEL

Num esforço para lidar com a interdisciplinaridade nas questões de consumo e produção equitativos e sustentáveis, as *guidelines* do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) procuram instar os governos a:

1. Garantir que as instituições de ensino reflitam na sua gestão diária as prioridades dadas ao desenvolvimento sustentável.
2. Incluir temas, módulos, cursos e graus sobre a educação para o consumo sustentável nos currículos estabelecidos.
3. Estimular a pesquisa em educação para o consumo sustentável e em áreas relacionadas.
4. Fortalecer as relações entre investigadores, professores formadores e agentes socioeconómicos, com as partes interessadas.
5. Reforçar a cooperação entre os profissionais de diversas disciplinas, a fim de desenvolver abordagens integradas para a educação e para o consumo sustentável.
6. Facilitar o ensino e formação de professores, orientada para o futuro, construindo perspectivas no âmbito da educação para o consumo sustentável.
7. Recompensar o pensamento criativo, crítico e inovador relacionado com a educação para o consumo sustentável.
8. Garantir que a educação para o consumo sustentável respeita a importância do conhecimento nativo e reconhece estilos de vida alternativos.
9. Promover a aprendizagem intergeracional como um aspeto integrado de educação para o consumo sustentável.
10. Proporcionar oportunidades para a aplicação prática do estudo teórico através do envolvimento social e do serviço à comunidade.

Fonte: Aqui e agora! Educação para o Consumo Sustentável – Recomendações e Orientações United Nations Environment Programme, 2010



Consumo Sustentável, o primado do Cidadão

Estamos hoje perante realidades que se é certo que sempre existiram, não é menos verdade que, em meu entender, não tiveram nunca a dimensão que hoje têm e puderam ser mitigadas por circunstâncias e factos que encobriram a raiz dos problemas. Refiro-me à crise económica e à crise social que assola, principalmente, a Europa, refiro-me à desarticulação de setores tradicionais, em benefício da globalização em áreas como a Produção e a Distribuição de bens, refiro-me aos fenómenos de desperísimo, que técnicas e ações de mau marketing, induzem Cidadãos incautos a comprar o que não precisam, a comprar mais do que lhes é necessário, criando desperdícios que vão, por exemplo, fazer crescer o *per capita* da produção de resíduos dos Cidadãos.

Sempre tivemos Cidadãos conscientes que, mesmo sem crises, souberam resistir ao marketing, souberam contrariar o poder de setores poderosos da Economia, souberam fazer pedagogia e agir conscientemente com a convicção de que há só um Planeta e que este tem que ser protegido.

Perante a forte e persistente crise económica dos nossos dias, com implicações evidentes no domínio Social, há políticas que se exigem aos Governos, políticas nem sempre compreendidas, também nem sempre bem sucedidas, mas de qualquer modo sempre necessárias.

Mas os Governos não podem fazer tudo e os Cidadãos, cada um por si, podem e devem desempenhar um papel importante na criação de uma nova atitude.

Num cenário como o dos dias de hoje, há uma prática que para o Cidadão comum se nos afigura necessária e ao mesmo tempo muito útil. Refiro-me à prática do Consumo Sustentável.

O Consumo Sustentável não se decreta, pratica-se, é muito mais a ação de Cidadãos, de Famílias, de Grupos, que se balizam em comportamentos éticos e responsáveis.

O primado dos Cidadãos, é precisamente isto, é chamar os Cidadãos à sua força, à sua razão de seres pensantes, para se mudarem os comportamentos inadequados que durante anos fomos tendo.

Consumir Sustentavelmente é, por exemplo, preferir produtos nacionais. Não é possível estimular a Produção, criar emprego, se sistematicamente o nosso comportamento for “... o que é estrangeiro é que é bom...”. Portanto o que é nosso é um imperativo para todos nós.

Consumir Sustentavelmente é sermos empreendedores, criar Empresas em domínios em que possamos ser diferenciadores, qualquer que seja o setor, Agricultura, Pesca ou Indústria.

Consumir Sustentavelmente é utilizar bem os recursos disponíveis, mesmo na nossa vida quotidiana, e daí ser um imperativo de Cidadãos conscientes, ações como reutilização de materiais, a prática da compostagem caseira, o usar o transporte coletivo em detrimento do individual, o utilizar água da torneira, em vez de água engarrafada, o preparar as refeições na quantidade adequada ao consumo da família, ou de quem vai refeiçãoar, evitando sobras. Mas se estas existirem, há que ter criatividade, utilizando as sobras, para preparar novas refeições.

Consumir Sustentavelmente é aderir ao movimento de utilização de livros escolares em 2.ª mão, cedendo a outros os livros de que já não necessitamos, e procurando junto dos Projetos de Livros em 2.ª mão, aqueles de que precisamos.

Teríamos inúmeras outras situações de aconselhamento sobre Boas Práticas, importantes para este conceito do Consumo Sustentável, a sua totalidade, sem qualquer exceção, dependendo da vontade de todos e de cada um de nós, ou seja do primado do CIDADÃO.

« O Consumo Sustentável não se decreta, pratica-se, é muito mais a ação de Cidadãos, de Famílias, de Grupos, que se balizam por comportamentos éticos e responsáveis »



SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

Mundo Urbano

Está-se no final de setembro e as últimas chuvas da monção atingiram Nova Deli fortemente. Faz calor na capital indiana, mais de 30 graus, e a humidade é elevada. Parou de chover, mas há água por todo o lado. Acaba de ser confirmado que eclodiu na cidade um surto de febre de dengue transmitida por mosquitos. Denominado Yamuna Pushta ou «talude de Yamuna», o bairro de lata clandestino no nordeste da cidade estende-se normalmente por vários quilómetros ao longo das planícies aluviais, nas duas margens do grande rio.

Agora, as próprias planícies estão completamente inundadas. Uma maré de seres humanos já submergiu a estrada, à medida que dezenas de milhares de habitantes do bairro de lata abandonam as suas barracas ao longo do rio e procuram abrigo.

As comunidades acampam à beira da estrada com os poucos pertences que conservam, a poucos metros de outra torrente intensa de Deli: o tráfego automóvel. Um bebé dorme deitado no betão, a dois ou três metros da estrada, embrulhado num cobertor. Uma adolescente penteia meticulosamente os cabelos longos e escuros sob a cobertura de plástico do seu atual lar. Outra envia mensagens pelo telemóvel enquanto enche uma lata com água potável de um camião cisterna.

Megatendências globais à beira da estrada

Quando pensamos na globalização, raramente nos lembramos dos bairros de lata, mas a população de Yamuna Pushta faz parte de um fenómeno global. Milhares de milhões de pessoas agrupam-se nas nossas cidades e zonas urbanas, abandonando as terras e paisagens rurais. Pela primeira vez na história, mais de 50% da população mundial vive nas zonas urbanas. Em 2050, é provável que cerca de 70% dos seres humanos residam em zonas urbanas, comparativamente a menos de 30% em 1950 (UNDESA, 2010).

As cidades também estão a atingir dimensões sem precedentes históricos. O número crescente de megacidades em todo o

planeta coloca os seus sistemas de apoio dependentes dos recursos naturais sob uma enorme pressão. O crescimento ainda mais rápido das pequenas e médias cidades poderá eventualmente ser ainda mais importante do ponto de vista ambiental. As cidades concentram as oportunidades de investimento e de emprego, promovendo o crescimento económico e uma maior produtividade. Oferecem empregos mais bem pagos, maior acesso a bens, serviços e equipamentos, melhor saúde, alfabetização e qualidade de vida. Estas oportunidades tentam os habitantes das zonas rurais a procurar uma vida melhor e um rendimento mais elevado nas zonas urbanas. Contudo, sem uma governação forte, o rápido crescimento urbano pode causar grandes desafios ambientais ao aumentar o consumo e a pobreza urbana. As estatísticas do programa Habitat das Nações Unidas indicam que há 1,1 mil milhões de pessoas a viver em bairros de lata urbanos em todo o mundo. Com o crescimento contínuo da população mundial, cada vez mais pessoas estão a deslocar-se para as zonas urbanas e essa tendência deverá manter-se. Embora a maioria da população com carências graves ainda viva nas zonas rurais, também há uma percentagem grande, e em crescimento, nas zonas urbanas, embora se suponha que o seu número está grandemente subestimado nas estatísticas oficiais. É importante referir que, em muitos países em desenvolvimento, a percentagem de pobres urbanos está a aumentar mais

« ...um melhor planeamento urbano melhora a qualidade de vida de toda a população. »

rapidamente do que a taxa global de crescimento da população urbana.

Conceber o futuro

As cidades são ecossistemas: sistemas abertos e dinâmicos que consomem, transformam e libertam materiais e energia; desenvolvem-se e adaptam-se; são moldadas pelos seres humanos e interagem com outros ecossistemas. Por conseguinte, devem ser geridas como

qualquer outro tipo de ecossistema.

Se reformularmos a arquitetura, os transportes e o planeamento urbanos, poderemos colocar as nossas cidades e paisagens urbanas na primeira linha da mitigação das alterações climáticas (por exemplo, transportes sustentáveis, energia limpa e baixo consumo) e da adaptação às mesmas (por exemplo, casas flutuantes, jardins verticais). Além disso, um melhor planeamento urbano melhora a qualidade de vida de toda a população, graças à conceção de um espaço urbano tranquilo, seguro, limpo e verde. Cria também novas oportunidades de emprego, na medida em que estimula o mercado para novas tecnologias e para uma arquitetura verde. Devido à sua concentração de pessoas e atividades, as cidades são importantes. Os seus problemas não podem ser unicamente resolvidos a nível local. São necessárias uma melhor integração das políticas e uma nova governação, envolvendo uma parceria e uma coordenação mais estreitas a nível local, nacional e regional. Na verdade, uma política eficaz e concertada é essencial no mundo interligado em que vivemos.

Megatendência global Terra 2050: Viver num mundo urbano

Um mundo cada vez mais urbano implicará provavelmente um aumento do consumo e mais riqueza para muitas pessoas, mas também significa maior pobreza para os desfavorecidos das cidades. As más condições de vida urbanas e os riscos ambientais e para a saúde a elas associados podem afetar todas as regiões do mundo.

Por que razão a urbanização é importante para si?

A conceção e a governação das zonas urbanas, sobretudo no Sudeste Asiático, terão fortes impactes nas emissões de gases com efeito de estufa e na procura de recursos a nível global. Uma vez construída, pode ser difícil alterar uma cidade de forma substancial. Os habitantes adaptam-se a essas condições e o seu comportamento também pode ser difícil de mudar. Em muitos lugares do mundo em desenvolvimento, as cidades estão em risco de se encerrarem, por muitas décadas, em mode-

los de desenvolvimento urbano que consomem muita energia e recursos. Num mundo altamente interligado, com evolução da urbanização e dos padrões de consumo conexos, a Europa será afetada de forma sobretudo indireta. Entre os possíveis impactes inclui-se a alteração dos padrões europeus de utilização do solo, induzida por uma maior concorrência pelos recursos e pela ameaça de desenvolvimento e propagação de doenças a nível global.



Sustentabilidade e qualidade de vida – o papel das empresas

40

Num mundo cada vez mais complexo e em que a velocidade dos acontecimentos é cada vez menos controlável, a gestão das organizações tem procurado soluções e respostas que permitam responder aos novos desafios de uma forma eficaz e eficiente. No entanto, o tema torna-se ainda mais complexo se a questão se colocar num contexto não apenas de curto prazo mas também num horizonte de médio e longo alcance. É aqui que o termo sustentabilidade ganha real significado. Como é que vamos conseguir alcançar determinados objetivos e resultados no imediato, sem comprometer a capacidade de atingimento desses mesmos objetivos no longo prazo? A sustentabilidade é um conceito sistémico, inter-relacionando a continuidade de diferentes prismas como o ambiental, social, económico e cultural.

Para verdadeiramente trilhar o caminho da sustentabilidade, as organizações são obrigadas a ter uma visão sobre si próprias e sobre o mundo que as rodeia com uma abrangência muito mais lata. Vão identificar *stakeholders* que até então nem se lhes conhecia o nome e vão ter que traçar planos concretos para gerir as relações com cada um desses *stakeholders*. Vão identificar riscos e oportunidades, que embora numa primeira abordagem não estivessem ao alcance de um olhar menos atento, poderão definir o futuro rumo estratégico da organização. Na realidade, os conceitos correlacionados com a sustentabilidade obrigam a organização a ver mais longe mas igualmente com um raio de visão muito mais largo. Desta forma as organizações têm que integrar a sustentabilidade como pilar da estratégia e esta deve assumir claramente o papel de vantagem competitiva.

Dito isto, é claro que uma atitude empresarial sustentável não é uma mera atitude ética e muito menos altruísta. Na realidade, sobretudo na última década e mais assertivamente após o início da crise financeira que hoje estamos a viver, é claro para os investidores que os modelos de análise de investimento não são sustentáveis se não tiverem em linha de conta o impacto de longo prazo de uma organização na sociedade e no ambiente. Nesta perspetiva, o desafio não é gerir um clássico *trade-off* entre resultados financeiros e impacto ambiental e social. As regras do jogo são outras, muito mais ambiciosas e inspiradoras: desenvolver modelos em que existe uma correlação positiva

entre os elementos base do pilar da sustentabilidade. E para que se consiga ter esta visão, por vezes basta alargar o horizonte de análise. Como diz Joan Fontrodona, se um carro fica sem gasolina, é uma chatice no momento, mas se fica sem óleo é provável que tenhamos que trocar de carro. No contexto de uma organização, os resultados financeiros são a gasolina, mas a visão sustentável é o óleo.

A introdução de critérios de sustentabilidade numa organização não dá menos importância à *performance* económica e financeira, mas o que procura perceber é a forma como o resultado foi obtido e a capacidade da organização continuar a gerir a relação rentabilidade/risco no futuro. Se as organizações não forem capazes de perceber este novo paradigma, estarão a consumir recursos (sociais, ambientais, financeiros) a uma velocidade superior àquela que conseguem repor. Dito por outras palavras, as organizações estarão a viver do capital e não dos juros, e por definição o capital é finito.

O foco na sustentabilidade contribui para a criação de valor no longo prazo e para atingir os objetivos estratégicos, assente numa gestão de risco muito mais eficaz e eficiente. Cada vez mais os *stakeholders*, sejam acionistas, credores, trabalhadores, seguradoras, agências de *rating*, procuram perceber os riscos dos ativos e a forma como estes são geridos. Focar a análise exclusivamente em elementos económicos e financeiros é olhar basicamente para o presente e passado da organização e na realidade não permite perceber quais os grandes riscos e oportunidades que se terão que enfrentar nem a forma como a organização se propõe a enfrentá-los. A sustentabilidade traz para cima da mesa todas essas questões, tira-nos da zona de conforto e obriga à discussão que é preciso ter – que pode não ser aquela que se quer ter.

É para mim muito claro que todas as organizações que pretendam perdurar terão que introduzir no seu ADN os conceitos que integram hoje em dia a sustentabilidade, terão que se esforçar por ser bons vizinhos, terão que olhar pelos seus interesses fora do seu próprio umbigo, terão que procurar formas de ter um impacto positivo nos outros, terão que contribuir para o incremento da qualidade de vida das pessoas. Caso assim não seja, como versa o Matt Berninger numa música, “*we’re half-awake in a fake empire*”.



Participação e Cidadania com O Meu Eco-Sistema®

Enquanto cidadãos utilizadores de espaços, equipamentos e serviços públicos (arruamentos, parques jardins, passeios, contentores de resíduos, bancos de jardins, praias marítimas e fluviais, equipamentos coletivos, etc.) deparamo-nos, muitas vezes, com situações que considerados incorretas, deficientes ou merecedoras de reparo e reclamação, no mínimo de melhoria. Sem sabermos muito bem o que fazer, ou como, deixamos passar, para o próximo que enfrente o problema e que se preocupe em resolver ou reclamar junto de quem de direito.

Quais as perguntas fundamentais? Aparecem de todos os tipos, por isso, arriscamos uma síntese:

- Onde posso depositar este resíduo (seja ele qual for)?
- A minha rua ou o meu bairro têm problemas diversos, o que faço?
- Quem vai ligar ao que eu tenho para relatar?
- O meu PDM está em revisão? Como posso intervir?
- Tenho uma ideia ou sugestão a fazer, como comunicá-la?

A dificuldade apontada acima traduz-se, para a entidade que gere o espaço, serviço ou equipamento público em causa, em oportunidades de melhoria do serviço prestado, de benefício social, de qualificação e aumento do nível de satisfação prestado por esses recursos, com economias e sinergias produzidas nos recursos públicos por toda a consultoria graciosa que o público motivado e conhecedor é capaz de gerar.

A pensar em fornecer aos cidadãos e às autoridades locais e nacionais essa possibilidade, de um modo fácil e transparente, o GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (www.geota.pt) criou uma plataforma na internet – www.omeueco-sistema.pt – que visa promover e agilizar a relação entre os cidadãos e as entidades que tutelam o espaço público, serviços e equipamentos incluídos, através da disponibilização de ferramentas específicas de avaliação, sugestão e colocação de dúvidas, para além de resposta e informação.

É um instrumento de informação e sensibilização ambiental, visando:

- Criar cidadania e literacia ambiental pela participação.
- Contribuir para melhorar as condições ambientais locais.
- Contribuir para maior cooperação, partilha de experiências e boas práticas.

É um projeto de boa governância, por excelência, contando já com vários parceiros de peso.

No setor dos resíduos e ambiente tem a parceria da AMB3E, da Valorcar, da Valorpneu, da AMARSUL, da RESIALENTEJO, da AMISM, da BRAVAL, da TRATOLIXO, da AMBILITAL e ao nível local, da EMARP (CM Portimão), da GEUrbana-Parque Expo, da HPEM (Sintra).

E em boa hora, vários municípios aderiram também a este projeto: Albufeira, Aljezur, Barreiro, Batalha, Cabeceiras de Basto, Chamusca, Coimbra, Coruche, Entroncamento, Ferreira do Alentejo, Guarda, Ílhavo, Lagos, Loures, Lousada, Maia, Marco de Canaveses, Mértola, Miranda do Corvo, Odemira, Ovar, Pombal, Ponta Delgada, Ponta do Sol, Porto de Mós, Resende, Serpa, Tavira, Torre de Moncorvo, Torres Vedras, Valongo, Vila do Bispo, Vila Franca do Campo, Vila Real de Santo António, Vila Franca de Xira.

O GEOTA conta também com vários parceiros da sociedade civil neste projeto: DECO, Corpo Nacional de Escutas, Associação de Defesa da Praia da Madalena e SETA.

Sendo um projeto aberto, quer à adesão de novos parceiros públicos e privado quer de cidadãos, quer na integração de novas ideias é também uma iniciativa sempre em evolução. Para além da página www.omeueco-sistema.pt tem também uma presença na blogosfera (<http://omeueco-sistema.blogspot.pt/>) e no Facebook (<https://www.facebook.com/omeuecosistema>) que convidamos desde já os leitores a visitar.

A avaliação do estado e do serviço prestado pelos diversos sistemas públicos pode ser efetuada pelos utilizadores em modo de questionário temático, muito rápido e simples, automaticamente tratadas e encaminhadas aos técnicos/serviços responsáveis, os quais podem fornecer *feedback* de informação e reportar a resolução dos aspetos que eventualmente terão dado origem à observação do utilizador.

A participação dos utilizadores é facilmente tratável do ponto de vista estatístico o que pode ser de grande utilidade como instrumento de apoio à decisão estratégica e executiva.

É importante é que a ferramenta www.omeueco-sistema.pt colocada pelo GEOTA ao dispor do público e de todos os parceiros, efetivos ou potenciais, desde dezembro de 2011, seja utilizada intensivamente, pois a maior valia advirá em proporção do seu uso.

Happynomics

A busca pela felicidade

A busca pela felicidade guia, direta ou indiretamente, a vida de quase todos os seres humanos à face da Terra. Muitas vezes associada à riqueza, a felicidade encontra-se ligada de perto à sustentabilidade, dependendo de valores como a amizade, os laços familiares, a saúde, a realização pessoal e a qualidade de vida, entre outros.

No entanto, as preocupações financeiras limitam o acesso à felicidade, quer na falta quer no excesso. *Happynomics* aborda, precisamente, a economia da felicidade.

Vários especialistas internacionais têm vindo a defender que os indicadores puramente económicos, tal como o PIB (Produto Interno Bruto), falham ao não considerar os custos sociais e ambientais do chamado progresso e que são necessários novos índices, que levem em consideração estes fatores na senda do desenvolvimento sustentável.

O bem-estar dos cidadãos é afetado por diversos fatores de ordem externa e interna. O salário, o trabalho, a comunidade, os valores religiosos, além de liberdade de escolha e participação política, fazem parte do lote de fatores externos determinantes. Por outro lado, os fatores internos abordam a saúde mental e física, o contexto familiar, a educação, o género e a idade.

Obviamente que *Happynomics* não é uma ciência exata, como a Matemática ou a Física, mas permite atribuir valor àquilo que não está habitualmente mensurado, tais como o ar livre e puro, a segurança, a liberdade, entre outros.

Esta medição permite que cidadãos e decisores políticos identifiquem os problemas e as oportunidades.

O FIB (Felicidade Interna Bruta) representa um desses índices. Criado nos anos 70, no Butão, este índice coloca em primeiro plano o bem-estar das pessoas e não a produtividade económica e a riqueza de um país.

São quatro, os pilares do FIB:

- A promoção de um desenvolvimento económico-social sustentável e igualitário;
- A preservação e promoção dos valores culturais;
- A conservação do ambiente;
- A promoção de uma governação adequada.

Ou seja, para que o desenvolvimento sustentável seja uma realidade, as necessidades da sociedade devem ser atendidas, sem que o ambiente saia lesado na busca pelo lucro fácil, que traria consequências nefastas para as gerações futuras.

O desenvolvimento sustentável, enquanto pilar do FIB, assegura o bem-estar da população no presente e no futuro.

Ao aplicar, desde há mais de 40 anos, estes pilares, o Butão saiu de uma situação de pobreza extrema, aumentou a qualidade de vida e conservou os seus recursos naturais únicos.

Não obstante, e tendo em conta a globalidade do planeta Terra, o derretimento do gelo dos Himalaias tem criado o risco de um escoamento catastrófico dos lagos de altitude para os vales. Em 1994, o Butão, devido a este fenómeno, perdeu dezenas de habitantes e muitos lugares foram completamente devastados. Sob a ameaça do aquecimento global, o pequeno reino do Butão, nas palavras de Ugyen Tshewang, dirigente da comissão nacional do ambiente: “não podemos exercer nenhuma pressão sobre os países industrializados. Dar o exemplo é a única solução que nos resta”.





CRISE: oportunidade para ser feliz?

Há algo que me perturba no discurso dominante sobre a crise que assola a sociedade contemporânea, em particular no caso de Portugal, pois de uma forma subliminar se subentende uma mensagem de que esta é uma situação temporária e que uma vez passada a convulsão, tudo voltará a ser “como antes”. Não voltará! E ainda bem que assim é!

E não voltará porque o planeta não pode suportar essa tendência. De facto, um dos problemas fulcrais com que o nosso planeta se debate, senão o principal, é o da escassez de recursos fundamentais para a sobrevivência da humanidade, questão que tem igualmente sido afectada por questões como a explosão demográfica e o aumento dos padrões de consumo de blocos geográficos como a China e a Índia.

Não se tratando de uma questão nova em absoluto, a consideração da felicidade como elemento de aferição do desenvolvimento das sociedades, tem ultimamente sido objecto de grandes desenvolvimentos. O caso do Reino Unido, em que o primeiro ministro David Cameron decidiu criar e proceder à quantificação de um *Happiness Index* é disso mesmo uma prova cabal.

Uma das abordagens mais interessantes a esta questão, e de expressão global, é o chamado *Happy Planet Index* (HPI¹). O HPI é um sistema de aferição inovador, que pretende mostrar o grau de eficiência com que os recursos são utilizados, na relação com a felicidade que essa utilização proporciona. É o primeiro indicador a combinar impacte ambiental com bem-estar, para aferir da eficiência ambiental com a qual, país por país, as pessoas vivem vidas longas e felizes.

Este indicador não pretende revelar o país “mais feliz” do planeta, mas sim em que medida os países proporcionam vidas longas, felizes e sustentáveis para os seus habitantes. Trata-se de uma medida de eficiência, que ordena os países em termos do número de “vidas longas e felizes” que proporcionam, por unidade de “impacte ambiental produzido”.

Para o efeito, o HPI utiliza informação global sobre esperança de vida, bem-estar percebido e pegada ecológica. Cada uma destas componentes baseia-se numa medida separada, sendo que em 2012 estas se basearam no seguinte:

1. O bem-estar percebido foi aferido recorrendo ao conceito de “*Ladder of Life*” a partir do *Gallup World Poll*². Este esquema pede aos participantes que imaginem uma escada, em que zero representa a pior vida possível, e 10 a melhor vida possível, e que

digam em que degrau da escada se situam no momento actual.

2. O indicador de esperança de vida foi retirado da informação disponibilizada no Relatório de Desenvolvimento da Humanidade, realizado pelas Nações Unidas³.
3. A pegada ecológica, como medida de utilização de recursos, foi determinada com recurso ao calculador desenvolvido pelo WWF⁴. Trata-se de uma medida *per capita* da área de terra necessária para sustentar os padrões de consumo de um país, medida em termos de hectares globais, que por sua vez representam um hectare de terra com biocapacidade de produção média.

Os resultados da determinação do HPI em 2012 revelam-nos muitas coisas interessantes, entre as quais, apenas para efeitos de ilustração, me atrevo a destacar as seguintes:

- O país com o nível mais elevado do indicador é a Costa Rica, com uma esperança média de vida de 79,3 anos, um bem-estar percebido de 7,3 e uma pegada ecológica de 2,5.
- O único país com um bem-estar percebido superior ao da Costa Rica é a Dinamarca (7,8) mas com uma esperança média de vida de 78,8 anos, e uma pegada ecológica de 8,3!

Claramente parece-me chegado o tempo em que o desenvolvimento dos países não deve mais ser aferido por indicadores como o PIB, que não medem aquilo que é verdadeiramente importante, a criação de condições para vidas felizes agora e no futuro, mas tal como diz Nic Marks, estatístico e criador do HPI, é necessário criar países onde as pessoas tenham vidas longas e felizes, mas onde isso não “custe o planeta”.

No ano de 2008, a iniciativa **nef** (*economics as if people and the planet mattered*) foi financiada pelo *UK Government's Foresight Project on Mental Capital and Well-being*, para rever o trabalho inter-disciplinar de mais de 400 cientistas de todo o mundo, com o objectivo de identificar um conjunto de acções para melhorar a qualidade de vida das pessoas, resultando num projecto intitulado *Five Ways to Well-being*⁵.

Connect, Be active, Take notice, Keep learning and Give, parecem ser estas as acções chave para uma vida feliz, e nenhuma delas se relaciona com uma necessidade extrema de exploração dos recursos planetários, e muito menos com um padrão de vida centrado no consumo.



Porque a vida é além do PIB

44

Durante grande parte do séc. XX, a maioria dos economistas, dos políticos e da opinião pública viveram capsulados na ideia de que o PIB era “o indicador” de desenvolvimento. Podiam até aceitar que deixava algumas realidades importantes de fora mas acreditavam que o PIB era o único indicador objectivo e computável que existia. Consideravam-no ainda relevante para transmitir o estado de desenvolvimento de uma nação porque se supunha bem correlacionado com as demais variáveis consideradas importantes (como a esperança média de vida, a taxa de escolarização, a democratização, entre outras). Certo é que sempre houve quem não aceitasse tal crença e propusesse alternativas. Algumas (como é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas – que engloba o PIB) acabaram por fazer o seu caminho e ter algum eco (académico, mediático e político). Porém, as vozes dos cépticos sempre foram mais audíveis e o PIB chegou à contemporaneidade (qual inércia poderosa) com o seu estatuto de “o indicador viável” praticamente inalterado. Acontece que o crescimento continuado da riqueza mundial durante o séc. XX, captada pelo PIB, acabou por não ser capaz de responder a um conjunto crescente de problemas nacionais e mundiais que, a partir de certa altura se tornaram demasiadamente grandes para serem ignorados. A destruição ambiental (ou a desconsideração pela problemática da sustentabilidade dos recursos), a crescente desigualdade na distribuição da riqueza (que fez aumentar a pobreza relativa e permitiu a continuação da existência de espaços de pobreza absoluta), o desemprego crescente nos países desenvolvidos, as excessivas concentrações populacionais nos grandes centros urbanos mundiais (com os problemas associados de congestionamento, poluição e crime), a continuação do tráfico de armas, droga e pessoas, as migrações ilegais ou a desregulamentação da especulação financeira (com as consequentes bolhas e acentuação dos ciclos económicos), são tudo problemas da contemporaneidade que conviveram com um PIB sempre em crescimento. Perante isso, a voz dos que clamavam “o rei vai nu”, começou finalmente a ser ouvida. Afinal, o que o PIB captava (a criação de riqueza), não estava a correlacionar-se positivamente com um conjunto muito vasto e importante de variáveis que não podiam ser descuradas numa avaliação

séria ao desenvolvimento de uma nação. Afinal (ó verdade esquecida) o PIB, sozinho, não servia para medir o desenvolvimento. Hoje desde a ONU (com o *World Happiness Report*) à OCDE (com a *Better Life Initiative*), passando pelo Banco Mundial ou pela Comissão Europeia, todos estão a descobrir e definir novos indicadores. Até governos nacionais (como o da Grã-Bretanha ou da França) já encomendaram estudos onde se percorre o mesmo caminho. Em todos esses relatórios está patente a ideia de que é necessária a incorporação de mais dimensões nos indicadores de desenvolvimento para que se possa ter uma imagem fidedigna do estágio de desenvolvimento de uma nação. A sustentabilidade dos recursos, a felicidade das pessoas (o seu bem-estar sentido, subjectivo) ou as capacidades humanas (o acesso efectivo dos indivíduos à liberdade de escolherem um qualquer percurso de vida) são exemplos paradigmáticos de dimensões que devem estar presentes numa avaliação séria ao estágio de desenvolvimento de uma nação. Curiosamente, este movimento intelectual, político e social de se pensar e aplicarem novos indicadores de desenvolvimento não é mais do que um mero exercício de bom senso. Nunca no mundo empresarial se aceitou que a realidade fosse definida apenas à custa de um número. Antes pelo contrário, multiplicam-se os indicadores que os analistas e gestores usam para perceberem qual a realidade das empresas, o seu valor, a sua solidez e definir a sua estratégia. Numa nação, o processo é “apenas” mais complexo: lida-se com mais pessoas, com instituições, com sistemas. E tem-se que definir o objectivo: queremos ser mais ricos? Mais felizes? Mais sustentáveis? Mais o quê? Perante esta complexidade, só fica mais importante a análise pensada, rigorosa e plural (mais complexidade implica mais pluralidade, não menos). E o momento que hoje atravessamos, de crise global, se nos mostra alguma coisa é que muitos erros foram cometidos, muitas políticas e leis foram mal desenhadas e muita informação ficou por saber (mediu-se pouco e mal, divulgou-se ainda pior). Mas com o mal do passado pode bem o futuro: façamos da crise um momento de crescimento, aprendamos com os erros e comecemos, já hoje, individual e colectivamente a exigir a mudança!

*O autor do artigo não escreve segundo o novo Acordo Ortográfico

Ajudamos as
empresas a crescer
sustentavelmente

AS EMPRESAS SÃO BOAS PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
É BOM PARA AS EMPRESAS

www.bcsdportugal.org



BCSD PORTUGAL
CONSELHO EMPRESARIAL PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Av. de Berna, nº11, 8º Andar – 1050-036 Lisboa, Portugal
Telf. 217 819 001 – Fax 217 819 126
Email: info@bcsdportugal.org

Ano Internacional do Envelhecimento Ativo

O futuro é já hoje

“Promover o envelhecimento ativo significa criar melhores oportunidades para que as mulheres e os homens mais velhos desempenhem o seu papel no mercado de trabalho, combater a pobreza, sobretudo das mulheres, e a exclusão social, encorajar o voluntariado e a participação ativa na vida familiar e na sociedade, e incentivar o envelhecimento com dignidade.”

Decisão n.º 940/2011/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de setembro

O aumento da esperança de vida ao longo do tempo, resultado de múltiplos fatores, entre os quais a melhoria da assistência médica, medicamentosa e hospitalar, a melhoria na alimentação, o incremento do cumprimento das regras da higiene e das condições sanitárias, a melhoria das condições de trabalho, a melhoria do acesso à habitação, o alargamento dos sistemas de proteção social e a igualdade de direitos, teve como consequência, nos países desenvolvidos, o aumento do número de idosos, sendo o envelhecimento da população uma realidade.



O QUE É O ENVELHECIMENTO ATIVO?

Segundo a Organização Mundial da Saúde, o Envelhecimento Ativo é o processo de otimização das oportunidades para a saúde, participação e segurança, para melhorar a qualidade de vida das pessoas que envelhecem.

Perante este cenário, o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia proclamaram 2012 como o “Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre as Gerações”, perspetivando a promoção do debate, a permuta de boas práticas e a sensibilização da opinião pública para a mudança cultural necessária e urgente ao nível deste tema, cada vez mais relevante nos países europeus.

A Coordenadora Nacional do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, Maria Joaquina Madeira, refere que *em 2012 promove-se a vitalidade e a dignidade de todos e de todas, ressaltando o contributo positivo dos mais velhos para o bem-estar e progresso da sociedade e destacando o papel da solidariedade entre gerações na efetivação desse contributo*. O envelhecimento ativo exige, de facto, uma abordagem multidimensional, constituindo um desafio para toda a sociedade e implicando a responsabilização e a participação de todos no combate à exclusão social e à discriminação e na promoção da igualdade entre homens e mulheres e entre gerações.

O projeto global **Cidades Amigas das Pessoas Idosas** foi desenvolvido por Alexandre Kalache e Louise Plouffe, na sede da OMS em Genebra, Suíça. Os objetivos do projeto são estimular a tomada de consciência e adotar medidas para a melhoria dos ambientes urbanos amigáveis às pessoas idosas e o intercâmbio de exemplos de boas práticas.

Numa cidade amiga das pessoas idosas, as políticas, os serviços, os cenários e as estruturas apoiam as pessoas e permitem-lhes envelhecer ativamente ao:

- Reconhecer que as pessoas mais velhas representam um alargado leque de capacidades e recursos;
- Antecipar e dar respostas flexíveis às necessidades e preferências relacionadas com o envelhecimento;
- Respeitar as suas decisões e escolhas de estilo de vida;
- Proteger os mais vulneráveis;
- Promover a sua inclusão e contribuição em todos os aspetos da vida comunitária.

Em Portugal quase uma centena de cidades já aderiu ao projeto!



O envelhecimento ativo e o mercado de trabalho

1. Até meados do século XX, os cidadãos que conseguiam chegar a velhos, ou seja, duravam para além dos 60 anos, eram geralmente considerados, pela opinião pública, como inúteis, doentes e causadores de encargos financeiros para as famílias; ou para o Estado Social quando já existia.

Na segunda metade do referido século XX e nestes 12 anos do século XXI o paradigma mudou completamente. Inicialmente nos Países nórdicos, depois no Reino Unido e atualmente também em Portugal.

Em números redondos pode dizer-se que a população com mais de 65 anos atingiu 20 % da população portuguesa. Sou, com os meus 85 anos, parte desta população de dois milhões que sempre designo por novo estrato, o estrato Sénior.

Como são, hoje, os Seniores, em todo o Portugal?

Distingo três tipos que são evolutivos pois, ao tipo III, todos chegarão um dia:

Tipo I – Pertencem a este Tipo todos os que, tendo mais de 65 anos, estão saudáveis, independentes e ativos. São cidadãos comuns aos quais ninguém pergunta que idades têm, porque a idade não influencia as suas capacidades.

Tipo II – Estão neste Tipo os que têm alguns problemas de saúde, mais ou menos graves – como nos outros estratos etários – mas que se consideram um pouco dependentes e por isso se remetem à inatividade. São os que se reformam por doença ou pela idade e assumem, como privilégio do estatuto de “reformados” não fazerem nada.

Tipo III – É o dos Seniores com doença grave, dependentes, e que se aproximam do final do seu tempo de vida.

2. Uma boa política pública de prevenção do adoecer e de educação para a vida saudável deve ter como objetivo principal conseguir que os Seniores estejam, na sua maioria, no Tipo I e aí permaneçam o maior número de anos possível; não sendo, hoje, utópico, ter os 100 anos como meta a atingir pelo maior número possível de cidadãos.

Mas este envelhecimento, fisicamente saudável, terá de ser ativo mentalmente; ou seja com a manutenção das funções cerebrais que caracterizam o ser humano: curiosidade, pensamento crítico e criativo, memória de trabalho.

Os dois objetivos para entrar e permanecer no Tipo I, criaram um mercado específico, que cresce constantemente, com duas vertentes

principais: a da manutenção física e a da estimulação cognitiva.

O primeiro envolve as cirurgias de melhoramento corporal, em especial facial, de treino osteoarticular e muscular, de *fitness* em geral.

O segundo tem o seu núcleo mais ativo e inovador nas chamadas Universidades Seniores, mas não se limita a este meio de estimulação cognitiva. Há cursos pós-graduação, como o que foi criado no Porto pela Universidade Católica designado por 50 +, que tem provas de avaliação e diploma no final.

Este mercado está em constante crescimento e os seus frutos estão à vista com uma clara redução de reformados inativos.

3. Outro aspeto tem de ser ponderado na ótica do mercado de trabalho. Trata-se do trabalho dos Seniores.

Nas sociedades modernas, está fixado um tempo para a pessoa parar de trabalhar. Na função pública, em Portugal, esse limite está fixado, arbitrariamente, aos setenta anos. Presumiam os legisladores que fixaram os setenta anos que o trabalhador, fosse ele intelectual ou físico, estaria já incapaz para realizar a sua atividade profissional nessa idade ou para além dessa idade.

Esta situação mudou com o aumento do número de cidadãos com mais de setenta anos que estão saudáveis e independentes e que, mesmo reformados, querem continuar ativos. Não é o caso dos que exerceram profissões fisicamente pesadas mas é a situação no Ensino superior e na Investigação universitária.

Neste foram criadas outras figuras como a de Professor Convidado, Consultor, Professor Emérito, etc, para a Universidade poder continuar a beneficiar do capital de conhecimentos desses Professores e da sabedoria que só a experiência confere. Este mercado de trabalho é, contudo, um mercado perverso porque um Professor reformado a trabalhar na Universidade não pode receber qualquer pagamento.

Nas atividades privadas nada disto acontece. Não há idade para a reforma e o Presidente do Conselho de Administração de uma Empresa continua a desempenhar o seu papel, sem restrições se for o proprietário; ou, não o sendo, enquanto tiver a confiança dos acionistas ou dos proprietários. Algumas das maiores Empresas portuguesas são geridas por Seniores com oitenta ou mais anos.

A moderna neurobiologia mostra que algumas capacidades cerebrais até melhoram com a idade.





estudos de caso

Nas páginas seguintes apresentamos 23 estudos de caso que traduzem exemplos concretos da aplicação da Inovação e da Responsabilidade Social e Ambiental à gestão de muitas empresas portuguesas. Projetos para ter em conta e tomar como exemplo.

Inovação e Tecnologia

A PRIMEIRA ILHA DE ENERGIA
RENOVÁVEL DO MUNDO

50

Anuário de Sustentabilidade 2012 ESTUDOS DE CASO

EMPRESA

A ABB é hoje líder nas tecnologias de Energia e Automação, estando ativa em mais de 100 países, com cerca de 145 000 empregados e um volume de negócios aproximado de 25 mil milhões de Euros.

Os produtos ABB requerem hoje menos material, têm menor consumo energético e melhor rendimento, sendo por isso cada vez maior o número de produtos com qualificação *EPD-Environmental Product Declaration*. Relevam-se alguns desses produtos e sistemas de sucesso: acionamentos de velocidade variável que reduzem as emissões de CO₂ em cerca de 68 milhões de toneladas por ano (valor superior às emissões na Finlândia); *Azipod®* o sistema propulsor para grandes navios (p. ex. o *Queen Mary II*) que proporciona reduções do consumo superiores a 20% do convencional; instrumentação inovadora para análise e monitorização da qualidade da água; sistema 800xA para uma automação industrial integrada; *HVDC Light®* que torna possível o transporte de energia a menores custos e sem recurso a linhas aéreas; mais de 130 000 robôs instalados melhoram a produtividade industrial; vários produtos pioneiros para energias renováveis e cogeração.

Em Portugal, refletindo as características do mercado local, a ABB cresceu principalmente a partir dos anos 50, cedo iniciando importantes acordos de cooperação técnica que possibilitaram à indústria eletromecânica pesada significativa fabricação nacional, envolvendo apreciável transferência de tecnologia da Asea e Brown Boveri (hoje ambas ABB) da Suécia e da Suíça para Portugal.

Mais tarde, nos anos 90, a ABB geriu e deteve o controlo acionista dessa mesma indústria portuguesa que ajudara a emergir com sucesso nos anos 60 a 90 como resposta à necessidade de equipar o país com a infraestrutura produtiva energética e industrial adequadas. Como consequência surge a tecnologia ABB nos grandes alternadores e motores de alta tensão da maior parte das centrais de produção hidro e termoelétrica nacionais, e ainda em equipamentos para o transporte e distribuição de energia.

Na indústria de processo - nomeadamente da pasta e papel, cimentos, química, petrolífera, petroquímica - os produtos e sistemas ABB têm assinalável presença, o mesmo po-

dendo dizer-se para a infraestrutura portuária e do transporte ferroviário.

A ABB em Portugal tem atualmente cerca de 200 empregados e 60 milhões de Euros de volume de negócios anual.

ENVOLVIMENTO

Localizada a cerca de 1.500 quilómetros a sul da costa espanhola, no oceano Atlântico, El Hierro é a mais pequena e a mais longínqua das Ilhas Canárias, um arquipélago espanhol banhado pelo sol e um dos destinos turísticos mais populares da Europa.

Tal como outras ilhas remotas, El Hierro produz eletricidade recorrendo ao gasóleo transportado do continente. O impacto ambiental é significativo: no caso de El Hierro, cerca de 18.200 toneladas de CO₂ por ano, resultantes apenas das emissões provocadas pela produção de energia - um efeito negativo que o projeto de energias renováveis eliminará.

ATIVIDADES

Este projeto, que fornecerá 80% da eletricidade necessária aos 11.000 habitantes da ilha, consiste num parque eólico de 11,5 MW e numa central hidroelétrica com sistema de bombagem de 11,3 MW. Os restantes 20% serão produzidos por coletores solares térmicos e sistemas fotovoltaicos ligados à rede.

A ABB desempenha neste projeto um papel principal, fornecendo uma solução de energia e automação que eletrificará e controlará a central hidroelétrica, e integrará na rede da ilha a energia produzida pelo vento e turbinas hídricas.

A solução integra uma nova subestação de interligação, equipada com quadros de média tensão *UniGear* e *UniMix*, que receberão a eletricidade produzida por cinco turbinas eólicas e pelas turbinas hídricas, e a fornecerão à subestação principal da ilha através de uma rede de transformadores e de um sistema inteligente de proteção *Relion® REB 670*.

Um desafio importante que a ABB teve de enfrentar foi a instalação de um sistema automático de controlo de produção (*Automatic Generation Control, AGC*), que mantém a



Panorama do projeto de energia renovável de El Hierro, onde é visível o reservatório inferior e a central hidroelétrica junto ao mar, bem como o reservatório superior e o parque eólico na parte mais elevada da colina. O reservatório superior terá uma capacidade de 556.000 metros cúbicos de água, que podem produzir energia suficiente para satisfazer as necessidades de eletricidade da ilha durante sete dias.

estabilidade da frequência e tensão na central, através da partilha da necessidade de energia ativa e reativa nos geradores e linhas. Isto é feito de tal forma que permite que o conjunto de geradores opere de modo a que a instalação possa suportar maiores variações.

Nas duas centrais hidroelétricas, motores, variadores de velocidade e transformadores de tipo seco da ABB assegurarão um alto nível de fiabilidade no desempenho das bombas e assegurarão a eficiência de todo o processo, consumindo níveis mínimos de energia e reduzindo o desgaste dos equipamentos.

Todo o projeto de energia renovável será controlado por um sistema DCS (*Distributed Control System*). Baseado na plataforma de automação *System 800xA* da ABB, a solução controlará as quatro turbinas hídricas, o processo de bombagem, a nova subestação de interligação e a subestação já existente, e comunicará com o novo parque eólico.

Comunicando com o parque eólico, a solução de controlo da ABB regulará automaticamente o caudal de água do reservatório superior, a fim de produzir eletricidade na central hidroelétrica sempre que a eletricidade produzida pelo vento for insuficiente para satisfazer o consumo.

Por outro lado, a energia eólica em excesso será usada para bombear a água, que será usada quando o vento for escasso, para o reservatório superior.

Ícária, a ilha grega localizada no mar Egeu, está já a construir um projeto hidro-eólico modelado a partir do de El Hierro, e a indústria da energia em geral está a seguir de perto o projeto, tendo em vista a sua implementação em larga escala.

A ABB foi selecionada pela Elecnor, a empresa responsável pelo projeto de engenharia, *procurement* e construção (EPC).

Colaboradores do grupo Águas de Portugal apoiam atletas da Seleção Nacional de Natação Adaptada

AQUI BATEM 5 MIL CORAÇÕES!

52

Anuário de Sustentabilidade 2012 ESTUDOS DE CASO



EMPRESA

Integrando o setor empresarial do Estado, o grupo águas de Portugal opera nas áreas de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e tratamento e valorização de resíduos.

A atividade das empresas do Grupo engloba a captação, o tratamento e a distribuição de água para consumo público, abrangendo cerca de 80% da população portuguesa, e a recolha, tratamento e rejeição das águas residuais urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização, em condições ambientalmente seguras. Na  rea dos resíduos, o Grupo assegura um destino ambientalmente correto para os resíduos produzidos por cerca de 60% da população portuguesa.

O Grupo também desenvolve atividades na área das energias renováveis, com incidência no aproveitamento dos seus ativos e recursos endógenos, nomeadamente dos subprodutos dos processos de tratamento de águas e resíduos e em mercados internacionais, através de operações de assistência técnica em diversos países, com destaque para Angola e Moçambique. Uma unidade de serviços partilhados, que apoia as

empresas operacionais em diversas áreas como as compras e a engenharia, e uma empresa de tecnologias de informação, que desenvolve e implementa soluções ajustadas às necessidades de gestão técnica, exploração e manutenção dos sistemas de água, saneamento e resíduos tanto para o universo empresarial como para o mercado, fazem também parte do grupo AdP.

ENVOLVIMENTO

No quadro da sua estratégia integrada de sustentabilidade empresarial, o grupo águas de Portugal envolveu os seus cerca de 5 mil colaboradores no apoio a uma causa comum que permitiu apoiar os atletas da Seleção Portuguesa de Natação Adaptada na sua preparação para os Jogos Paralímpicos de 2012, que se realizaram de 29 de agosto a 9 de setembro, em Londres.

Entre 2009 e 2011, por cada cartão eletr nico de Natal enviado pelos colaboradores, foi entregue   Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD) um donativo de 50 cêntimos.

ATIVIDADES

“As nossas estrelas” foi a designação escolhida para a campanha interna concebida no quadro da estratégia integrada de sustentabilidade empresarial do grupo AdP e que, ao mobilizar os cerca de cinco mil colaboradores das empresas do Grupo em todo o País, permitiu angariar um total superior a 92 mil euros.

Uma verba canalizada para a participação dos atletas nos diversos eventos desportivos preparatórios dos Jogos de Londres, de âmbito nacional e internacional, nomeadamente a realização de estágios de altitude.

Através da participação em diversos campeonatos e ações preparatórias, os atletas puderam trabalhar para a melhoria dos tempos pessoais, quebra de vários recordes nacionais e títulos de campeões nacionais, alcance de mínimos de apuramento, tendo culminado com a qualificação de 4 atletas (Adriano Nascimento, David Grachat, João Martins e Simone Fragoso) para os Jogos Paralímpicos de Londres 2012.

Por outro lado, o apoio do grupo AdP permitiu também à Federação atuar numa área fundamental ao desenvolvimento e sucesso da prática desportiva das pessoas com deficiência que é a da captação de novos talentos, tendo sido possível a entrada de novos atletas para a Seleção Nacional de Natação Adaptada.

Para Afonso Lobato de Faria, Presidente da Águas de Portugal, o projeto “As nossas estrelas” é “à semelhança da Seleção Nacional de Natação Adaptada” um projeto vencedor. É ambientalmente vencedor porque os milhares de cartões eletrónicos de boas festas que foram enviados durante estes três anos, em substituição dos tradicionais cartões em papel, traduziram-se numa poupança significativa de papel e numa diminuição das respetivas emissões de dióxido de carbono. Economicamente vencedor porque permitiu reduzir custos associados à produção de postais, envelopes e selos que seriam usados nos envios de postais em papel. E é socialmente vencedor por ter mobilizado todas as empresas e colaboradores do grupo Águas de Portugal para um objetivo comum, que permitiu angariar mais de 92 mil euros nestes 3 anos”.

O projeto nasceu em 2009, altura em que era já prática comum no Grupo o envio de cartões de Natal eletrónicos, como forma de reduzir o consumo de papel e de tinta, bem como diminuir os custos associados às atividades de envio dos cartões de Natal, procurando fazer uma utilização racional das matérias-primas e também sensibilizando os interlocutores para as questões ambientais.

Considerando os objetivos de responsabilidade social do grupo Águas de Portugal, designadamente na componente da promoção da inclusão social, decidiu-se, no âmbito das atividades relacionadas com a época natalícia de 2009, enriquecer o projeto dos cartões eletrónicos com uma dimensão social, respondendo positivamente à solicitação feita pela FPDD no sentido de apoiar os atletas da Seleção Nacional de Natação Adaptada na sua preparação com vista ao apuramento para os Jogos Paralímpicos Londres 2012.

Os critérios de escolha assentaram no facto de se tratar de um projeto de abrangência nacional, passível de ser partilhado por todas as empresas do Grupo, e capaz de promover a inclusão social através de uma prática desportiva intrínseca-



mente relacionada com a água, um dos elementos centrais da atividade do grupo AdP.

RESULTADOS

A entrega do donativo relativo à campanha do Natal de 2011 à Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência realizou-se no passado mês de maio, numa cerimónia presidida pela Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, Assunção Cristas, e que contou com a presença dos Secretários de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, Marco António Costa, e do Desporto e da Juventude, Alexandre Mestre.

Também presentes estiveram os atletas da Seleção Portuguesa de Natação Adaptada, o Presidente da Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência, José Pavoeiro, e o Presidente do Comité Paralímpico de Portugal, Humberto Santos.

Na ocasião, Assunção Cristas realçou que o projeto “As nossas estrelas” sinaliza “a mudança em que o mundo empresarial se pode posicionar. Uma mudança em que as empresas, como é exemplo a AdP, têm uma visão mais alargada do mundo que as rodeia, que vai para além da sua atividade principal. Felicitó por isso quem teve a ideia, quem a dinamizou e montou as peças para que três anos depois estejamos aqui a celebrar os resultados”.

Feito o balanço dos três anos do projeto “As nossas estrelas” é com grande satisfação que se conclui que foi crescente o envolvimento dos mais de 5 mil colaboradores do grupo AdP, que se deixaram conquistar por esta causa comum, manifestado não apenas na adesão aos envios dos postais de Natal, mas sobretudo num sentimento de amizade e orgulho que foi crescendo pelos atletas paralímpicos da Seleção Nacional de Natação Adaptada.

Nos meses que antecederam os Jogos de Londres, foi evidente a claque de apoio que espontaneamente se começava a formar de norte a sul do País, e que deu origem a uma iniciativa de recolha de mensagens de incentivo da autoria dos colaboradores do Grupo, registadas através de fotografias captadas pelos próprios nas empresas e compiladas num vídeo que surpreendeu as “nossas estrelas” no Aeroporto da Portela, em Lisboa, antes da partida para os *International German Swimming Championships for the Disabled 2012*, uma prova preparatória aos Jogos de Londres que decorreu no final da junho na Alemanha.

Certificação do Sistema de Gestão da Energia da Celbi em conformidade com a ISO 50001

UM NOVO DESAFIO

54

EMPRESA

A Altri foi constituída em Março de 2005, sendo o resultado do processo de cisão da Cofina. A Empresa é um produtor europeu de referência de pasta de papel de eucalipto e está cotada na NYSE Euronext Lisboa, integrando o índice de referência PSI-20.

A empresa dispõe de 3 fábricas em Portugal – Celbi, Caima e Celtejo – onde produziu, em 2011, cerca de 847 mil toneladas de pasta de papel, o que representou um recorde de produção da Altri correspondente a um crescimento de 8% face à produção do ano passado.

A Altri gere aproximadamente 85 000 ha de floresta em Portugal, certificada pelo *Forest Stewardship Council* (FSC) e pelo *Programme of Endorsement of Forest Certification* (PEFC).

A concretização da estratégia industrial da Altri assenta na gestão florestal integrada, visando a otimização da floresta e maximizando o aproveitamento dos seus componentes. Assim, a madeira é processada nas fábricas, produzindo pasta de papel e energia elétrica em regime de cogeração, sendo a casca, os ramos e os desperdícios florestais utilizados como fonte de energia primária nas suas centrais a biomassa.

Para uma melhor valorização dos recursos florestais, em 2005, a Altri adquiriu 50% da EDP Produção-Bioelétrica para, em parceria com empresa Energias de Portugal, produzir energia elétrica a partir de biomassa florestal.

ENVOLVIMENTO

O desenvolvimento sustentável é um dos compromissos da Altri. Respeito pelo ambiente, responsabilidade social e aumento contínuo do retorno do capital dos seus acionistas são os pilares do planeamento estratégico da empresa.

Como forma de reforçar o seu empenho na adoção destas práticas, a Altri aderiu em 2011 ao WBCSD (*World Business Council for Sustainable Development*).

O envolvimento e a presença destes temas na agenda da Altri têm levado a empresa a uma adaptação contínua aos desafios, privilegiando a inovação e o desenvolvimento de aptidões e competências como fatores essenciais de competitividade e de crescimento.

Seguindo estas linhas orientadoras, foi com naturalidade que a Celbi avançou para a construção e certificação do seu Sistema de Gestão da Energia, em conformidade com a recentemente publicada Norma ISO 50001.

Para enquadrar este projeto e todo o trabalho associado ao mesmo, foi utilizada uma ferramenta já existente no âmbito dos Sistemas de Gestão da Celbi, denominada Programa Específico de Melhoria. O objetivo definido foi a implementação de um Sistema de Gestão da Energia de acordo com a Norma ISO 50001, a concluir durante o primeiro trimestre de 2012. O grupo de trabalho foi composto por elementos de várias especialidades, uma vez que o tema é muito abrangente.

OBJETIVOS

Com o Sistema de Gestão da Energia na Celbi pretendeu-se atingir os seguintes objetivos:

- › Estabelecer os sistemas e processos necessários à melhoria da eficiência energética;
- › Especificar os meios, que permitam à Empresa desenvolver e pôr em prática uma política e objetivos que tenham em consideração os requisitos legais e a informação relativa a aspetos energéticos significativos;
- › Reduzir custos energéticos, assim como as emissões de gases com efeito de estufa, através de uma gestão sistemática da energia, com importantes implicações na estratégia, competitividade e desempenho ambiental;
- › Integrar este Sistema com os Sistemas de Gestão existentes, nomeadamente o da Qualidade, o do Ambiente e o da Segurança e Saúde no Trabalho.

ATIVIDADES

A primeira fase de implementação do Sistema de Gestão da Energia foi composta pelas seguintes etapas: preparação e planeamento da intervenção, definição de indicadores e de indicadores chave de desempenho, medições, registos e avaliação de condição, avaliação dos resultados do diagnóstico energético.



Na etapa de preparação e planeamento, efetuou-se um diagnóstico inicial dos aspetos energéticos, tendo como base os processos existentes na Celbi. Os aspetos energéticos são elementos das atividades de determinada área que podem afetar o consumo ou a utilização de energia. A revisão dos aspetos energéticos inclui os consumos de energia passados e presentes, bem como a identificação de áreas de consumo significativo de energia. O diagnóstico energético baseou-se no levantamento dos aspetos energéticos, avaliação dos seus impactes no consumo de energia, identificação dos instrumentos de medição e apresentação de potenciais oportunidades de poupança de energia.

RESULTADOS

A Celbi obteve a certificação do seu Sistema de Gestão da Energia em conformidade com os requisitos da Norma ISO 50001 em Março de 2012. Foi assim a primeira empresa em Portugal e a primeira do setor de produção de pasta e papel na Europa a ter esta certificação, tendo sido a entidade certi-

ficadora a *Lloyd's Register Quality Assurance*.

Estando o consumo específico de energia elétrica da Celbi ao nível do estado da arte praticado para este setor de atividade, é possível ainda reduzi-lo através de um conjunto de medidas de otimização no funcionamento de motores elétricos, sistemas de bombagem, sistemas de ventilação, sistemas de ar comprimido, sistemas AVAC e iluminação. Apesar da juventude deste Sistema, já foi possível verificar variações positivas no balanço energético da fábrica. Foram entretanto abertos vários programas específicos de melhoria, que vão permitir identificar mais medidas adicionais de racionalização do consumo de energia.

De todos os Sistemas de Gestão existentes na Celbi, este é sem dúvida aquele que apresenta a possibilidade de trazer maior retorno financeiro. Para além disso, prepara a empresa para as novas exigências europeias relativas à questão da eficiência energética.

Sensibilização para a redução de consumos

DÊ UMA PAUSA AO PLANETA

56

Anuário de Sustentabilidade 2012 ESTUDOS DE CASO

**EMPRESA**

O Banco Santander Totta tem cerca de 2 milhões de clientes e detém cerca de 700 balcões distribuídos por todo o país, com aproximadamente 12% de quota no sistema bancário português. O Santander Totta faz parte do Grupo Santander que, no final de 2011, era o primeiro banco da zona euro e o décimo do mundo por capitalização bolsista. É o Banco internacional com mais balcões no mundo e tem mais de 100 milhões de clientes e mais de 190.000 empregados.

Em 2011, o Santander Totta investiu mais de 6 milhões de euros em projetos de Responsabilidade Social Corporativa com principal foco no apoio ao ensino superior, sendo também apostas a proteção ao meio ambiente e alterações climáticas e o apoio à sociedade onde está inserido.

No ano de 2011, o Santander Totta foi distinguido pela imprensa nacional e internacional com vários prémios: “Melhor Grande Banco do Ano” em Portugal e o “Banco Mais Rentável e Mais Sólido”, pela revista Exame, e foi distinguido igualmente pelas revistas *Euromoney*, *Global Finance* e *The Banker* como o “Melhor Banco a atuar em Portugal”.

ENVOLVIMENTO

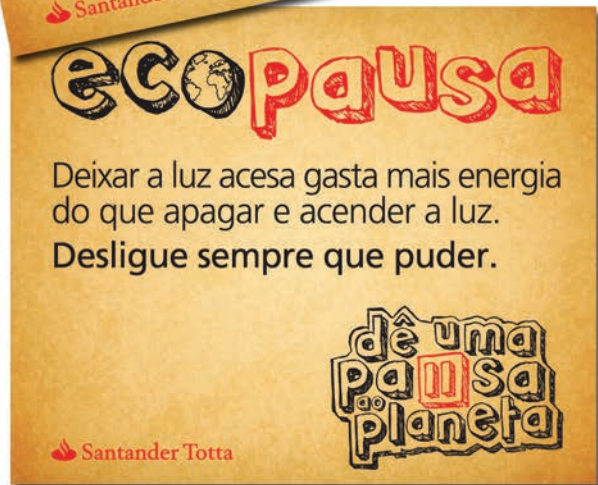
O Santander Totta, dá especial atenção à proteção do meio ambiente e ao combate às alterações climáticas no desenvol-

vimento da sua atividade bancária, através da implementação de um Plano de Eco-Eficiência com controlo de consumos e emissões nas suas instalações, bem como na análise de riscos sociais e ambientais nas operações de crédito, promoção de energias renováveis e eficiência energética.

ATIVIDADES

No âmbito do Plano de Eficiência Energética 2011-2013 do Santander Totta, estabelecido corporativamente, o Banco estabeleceu como objetivo para 2011 reduzir substancialmente o consumo energético e a emissão de gases com efeito de estufa.

Sob o mote “Dê uma pausa ao planeta”, lançou-se em 2011 uma nova campanha de sensibilização para redução de consumos, relembrando o que cada um pode fazer para que este objetivo seja alcançado. Com esta campanha pretendeu-se divulgar entre os colaboradores algumas “pausas” individuais que cada um pode dar ao planeta através da adoção de hábitos e práticas corretas. Para tal, foram distribuídos alguns materiais (como brochuras informativas, pacotes de açúcar para colocar nas copas, entre outros), divulgando nestes suportes práticas sustentáveis com frases alusivas à eficiência de recursos (“Use só a água necessária”, “Desligue a luz sempre que puder”, entre outras).



A campanha foi dirigida a todos os colaboradores do banco: balcões e serviços centrais. No total, foram abrangidos os cerca de 6000 colaboradores.

No sentido de prolongar a vigência da campanha, foi criada uma rubrica chamada "Eco-News" na *newsletter* do Banco, na qual são periodicamente divulgadas boas práticas bem como alguns dos resultados conseguidos através desta campanha e do Plano de Eficiência Energética do Santander Totta.

Medidas Implementadas:

- › Automatização dos sistemas de iluminação em áreas com menor taxa de utilização, como nas casas de banho dos edifícios centrais, nas áreas de *back office* dos balcões, em salas de reuniões, em gabinetes e nos parques de estacionamento.
- › Sistema de gestão centralizado que permite controlar a iluminação da publicidade a partir do edifício central, assim como os sistemas de ar-condicionado de 70% dos balcões.
- › Medidas passivas, como o sombreamento da fachada sul do edifício central através da aplicação de uma película de vinil.
- › Introdução do *freecooling* na área dos equipamentos informáticos, mais especificamente nos *datacenters*; nos balcões foi otimizada a rede de UPS's.
- › Conclusão do projeto de instalação de centrais fotovoltaicas de microgeração em 20 balcões.

RESULTADOS

- › O Santander Totta reduziu em 11% o consumo de eletricidade, face a 2010 para a mesma área, colaboradores e número de balcões, mais do que o objetivo traçado pelo Banco para Portugal.

- › No Centro Santander Totta, nos meses de julho a setembro, o consumo de energia reduziu-se em 230 000Kwh, o equivalente à emissão de 80 toneladas de gases com efeito de estufa.
- › As ações desenvolvidas no edifício Francelha, desde o início do ano, proporcionaram uma redução do consumo de energia de 30%.
- › No edifício Miguel Bombarda, no último trimestre, baixou-se o consumo de energia em 143 000Kwh, enquanto no edifício Júlio Dinis e edifício Fonte da Moura, no último trimestre, os consumos de energia baixaram 20% e 19% respetivamente.
- › A nível da rede de balcões conseguiram-se reduções muito significativas do consumo de energia na generalidade dos balcões tendo dado um contributo muito positivo para a redução no consumo de eletricidade de 2011.

Nota: Dados relativos a 2011

Literacia financeira

CONTAS VIDA

58

EMPRESA

Quando se fala em instituições financeiras, a nível mundial, o Barclays é um nome incontornável. Cruzando os últimos três séculos, o Barclays acompanhou a história da economia mundial, expandindo-se pelos cinco continentes. É por isso um Banco com uma experiência e conhecimentos únicos.

A missão do Barclays:

"Seremos considerados um dos mais admirados grupos financeiros no Mundo pela forma como criamos valor para os Acionistas, servimos os Clientes, desenvolvemos e reconhecemos os Colaboradores e pela forma como contribuimos para a Comunidade."

Peter Mottek

Co-CEO Iberia & Country Manager Portugal

ENVOLVIMENTO

O programa "Contas Vida Jovem" foi o primeiro, lançado em 2008 e abrangeu um universo de mais de 900 jovens (até 2011) com o envolvimento de mais de 140 voluntários com uma cobertura a nível nacional (embora as zonas mais abrangidas tenham sido os grandes centros urbanos onde se registam as situações de maior vulnerabilidade). A avaliação por parte dos facilitadores e beneficiários foi extremamente positiva.

Como principal medida implementada, após mais de dois anos do "Contas Vida Jovem" o Banco decidiu alargar e criar um programa para as suas famílias – os adultos oriundos dos mesmos contextos, com a criação do "Contas Vida Adultos". Em 2011, o Banco iniciou ainda formações de "Contas Vida" junto de estabelecimentos prisionais (mulheres e jovens).

O Barclays tem parcerias com diversas entidades, nomeadamente instituições sem fins lucrativos, tais como Programa Escolhas, AMI, Entreatajuda, Associação Humanidades, Ajuda Mãe, entre outras).

Este programa tem o envolvimento direto de volun-

tários que são colaboradores do Banco a nível nacional.

ATIVIDADES

O programa "Contas Vida" é um programa de literacia financeira com o objetivo de ensinar jovens e adultos de contextos sociais mais desfavorecidos, a "fazer contas à vida", dotando-os de conhecimentos e capacidades que lhes possam ser úteis na sua vida quotidiana. O projeto de literacia financeira é composto por uma série de atividades de natureza didática, concebidas para aplicação em pequenos grupos.

É um projeto de literacia financeira exclusivo do Barclays, um conceito diferente e inovador, desenvolvido ao longo de todo o ano a nível nacional, um programa aberto em permanência, aplicável de modo flexível e ajustável à disponibilidade dos voluntários e do público-alvo.

As atividades serão asseguradas por voluntários do Barclays devidamente preparados, atuando em conjunto com um facilitador da Instituição local. Trata-se de um programa de formação destinado a jovens e adultos de contextos socioeconómicos desfavorecidos que pretendam adquirir ou desenvolver competências básicas de literacia financeira com os principais objetivos de:

- › Refletir sobre o papel que o dinheiro desempenha nas suas vidas;
- › Desenvolver competências de gestão das suas finanças pessoais e familiares;
- › Ganhar confiança em relação às questões financeiras;
- › Ponderar as consequências financeiras das suas decisões no dia a dia;
- › Conhecer os seus direitos e responsabilidades em relação ao dinheiro;
- › Familiarizar-se com os recursos, produtos e serviços financeiros básicos existentes.

O programa é composto por cinco atividades (1h30 cada), que abordam diferentes temas relacionados com a literacia financeira (crédito, orçamentação, endividamento, contas bancárias, entre outros) no caso da formação



do “Contas Vida Adultos” e 6 atividades no programa para jovens.

No programa está incluído um caderno composto por dez fichas informativas, que é entregue aos participantes. Cada ficha aprofunda questões relativas a um tema, pretendendo ajudar os grupos não só nas atividades como no esclarecimento das suas dúvidas relativamente às temáticas em questão.

RESULTADOS

Através do programa “Contas Vida Jovem”, mais de 1.000 jovens beneficiaram dos ensinamentos adquiridos com envolvimento de quase 200 voluntários a nível nacional. No caso do programa dos adultos, e com o mais recente programa “Contas Vida Adultos”, foram já beneficiadas mais de 500 pessoas, através do envolvimento de 80 voluntários.

Evento sustentável

BELAS CLUBE DE CAMPO SENIOR OPEN DE PORTUGAL

60

Anuário de Sustentabilidade 2012 ESTUDOS DE CASO



EMPRESA

A Planbelas, S.A., é uma empresa do Grupo André Jordan criada em 1990, promotora e gestora do empreendimento Belas Clube de Campo. Tem como accionista único a Planfipsa, SGPS, e conta atualmente com 71 colaboradores distribuídos pelas áreas de negócio, de operação e de suporte.

A Planbelas, S.A. tem como missão desenvolver projetos turísticos residenciais de referência, com uma visão de longo prazo, baseados em princípios de excelência, sustentáveis e integrados com o ambiente e a comunidade envolvente.

ENVOLVIMENTO

O *Belas Clube de Campo Senior Open de Portugal*, organizado de 29 de setembro a 2 de outubro de 2011, pretendeu marcar o início de uma nova era em matéria de sustentabilidade em eventos desportivos em Portugal. Os trabalhos de preparação da sustentabilidade do torneio tiveram início 1 ano antes e a organização pautou-se por minimizar a utilização de recursos tais como a energia e a água, por compensar o ambiente pelos recursos necessariamente utilizados e por envolver a comunidade local.

ATIVIDADES

A estratégia de sustentabilidade a implementar foi definida com a ajuda da empresa CAOS, de modo a permitir a eficaz sustentabilidade do torneio, foram identificados os aspe-



tos ambientais associados à organização do mesmo, desde a sua fase de planificação à fase de desmontagem. Assim, aos impactos ambientais associados à normal exploração e manutenção do campo de golfe, foram identificados os impactos específicos da organização do torneio. Destacam-se os impactos associados às deslocações dos colaboradores da Planbelas e do *European Tour*, dos jogadores, fornecedores e visitantes do torneio. Os consumos de água, eletricidade e gás foram identificados como potencialmente superiores ao normal, devido à afluência de público e aumento do número de utilizadores. O consumo de matérias-primas associado à organização e divulgação do torneio foi outro dos aspetos identificados, pretendendo-se, desde o início, a sua minimização. Pretendeu-se ainda, desde a fase inicial, envolver todos os parceiros e fornecedores, de modo a exigir aos mesmos um comportamento sustentável.

Para garantir a sustentabilidade do *Belas Clube de Campo Senior Open de Portugal*, para além das atividades no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental do campo de golfe e da estratégia de sustentabilidade da Planbelas, S.A., foram implementadas as seguintes ações:

- › Contabilização das emissões de CO₂ associadas à organização do torneio, de modo a serem compensadas, tornando-o um Evento *CARBONFREE*, certificado pela empresa Ecoprogresso. Destaca-se nesta área, a contabilização das emissões de CO₂ associadas às deslocações de avião dos 70 jogadores estrangeiros.
- › Monitorização dos consumos energéticos associados ao

torneio, permitindo o conhecimento real dos mesmos e respetivas emissões de Carbono. Para uma redução dos consumos energéticos, procedeu-se à instalação de LEDs, produção de energia solar térmica e fotovoltaica, utilização de *buggies* elétricos e solares, instalação de sensores de presença e movimento, utilização de casas de banho portáteis alimentadas a energia solar e utilização de biodiesel nas máquinas de manutenção.

> A produção de resíduos foi alvo de um programa específico e respetiva certificação, de modo a garantir a sua gestão adequada. Optou-se pela certificação 100R da Sociedade Ponto Verde, a qual atesta a reciclagem de 100% dos resíduos de embalagem produzidos no torneio, tendo a Sociedade Ponto Verde, com o apoio da SGS, permane-

organizada uma angariação de fundos.

> A nível de mobilidade, ofereceu-se uma variedade de soluções, que permitiram uma eficaz mobilidade de todos os visitantes do torneio e uma redução dos consumos de combustíveis e emissões de carbono: posto de carregamento para veículos elétricos, *shuttle* para os jogadores entre o torneio e hotéis, *shuttle* entre campo de golfe e estações de Metro para os espectadores, sensibilização do público para mobilidade de baixo impacto no acesso ao torneio, como por exemplo a utilização da Ciclovía.

> Utilização racional da água na rega do campo de golfe, sistema informatizado de rega, furos de captação de água, lagos e sensibilização dos colaboradores. No *Clubhouse* foram ainda instalados 15 redutores de caudal nas torneiras.



cido no local do evento durante os dias de realização do mesmo. Foi celebrado um protocolo com a Ecopilhas para a recolha de pilhas usadas. Contámos com o apoio das empresas parceiras do torneio na gestão dos seus resíduos e procedeu-se à recolha de óleos alimentares do restaurante. Não foi esquecida a gestão dos resíduos associados à manutenção do campo de golfe, como por exemplo a compostagem das aparas de relva cortadas nos dias do torneio.

> A redução das matérias-primas associadas à organização do torneio foi outro ponto-chave para a sua sustentabilidade. Para o fornecimento de água aos jogadores e espectadores foram instaladas fontes em todo o campo, em alternativa à distribuição de garrafas, permitindo uma redução da produção do plástico e respetiva diminuição dos resíduos. Foi limitada a impressão de documentação de apoio ao torneio, tais como brochuras e outros materiais, dando como exemplo o envio de convites digitais a todos os convidados.

> A nível de responsabilidade social, foram envolvidas as comunidades envolvidas, assim como residentes do empreendimento e instituições de ação Social. O evento teve acesso gratuito a todos os espectadores e foi atribuído apoio ao Centro de Educação para o Cidadão Deficiente de Mira Sintra, uma organização local sem fins lucrativos, a qual contou com a presença de utentes do centro. Foram recolhidas assinaturas dos jogadores de topo em quadros pintados por utentes, de modo a serem leiloados e foi



> Foram instalados 10 ninhos para aves e plantadas árvores em diversas áreas do campo de golfe e sua envolvente, no seguimento do programa anual de plantação de árvores.

RESULTADOS

Emissão de 101 tCO₂ para a atmosfera, compensados em projetos eólicos na Turquia.

Foram enviados para reciclagem 1044 kg de resíduos recicláveis, com uma taxa de reciclagem de 56% (Papel: 713 kg; Vidro: 148 kg; Embalagens: 187 kg; Resíduos Indiferenciados: 2060 kg).

Nos 4 dias do torneio, foram consumidos 4.074 kwh de eletricidade, 42 m³ de água de abastecimento público e 147 m³ de gás natural.

A seleção de alimentos fornecidos nas refeições de jogadores, convidados, *staff* e espectadores do Belas Clube de Campo, teve como política uma aquisição a fornecedores locais de produtos nacionais (90%).

Como comprovativo da sustentabilidade do *Belas Clube de Campo Senior Open* de Portugal, este foi incluído no *Sustainable Golf Index*, onde é avaliada a sustentabilidade dos torneios organizados pelo *European Tour*, sendo considerado um dos três torneios mais sustentáveis de 2011, entre os 82 avaliados dos 4 campeonatos geridos pelo *European Tour* a nível Mundial.

Voluntariado na Caixa Geral de Depósitos

CONTRIBUINDO PARA UMA SOCIEDADE MELHOR

62

Anuário de Sustentabilidade 2012 ESTUDOS DE CASO

EMPRESA

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) é uma instituição financeira líder do mercado bancário em Portugal, que se encontra no mercado há 136 anos. Para além da atividade financeira inerente ao seu *core business*, promove a mobilização e a tomada de consciência cívica, social e ambiental. Ajudar, colaborar e interagir com a comunidade, são também missões da Caixa e de todos quantos nela trabalham.

ENVOLVIMENTO

A CGD detém atualmente o mais abrangente e estruturado Programa de Sustentabilidade do setor financeiro português, conforme tem vindo a ser reconhecido por entidades externas, nacionais e internacionais.

O voluntariado é uma das suas vertentes, consistindo na forma de incentivo à participação ativa dos colaboradores na política de envolvimento com a comunidade, e na Caixa tem vindo a evoluir e a ganhar significativo “espaço”, motivando e estimulando, por um lado, os colaboradores (em ações individuais e em equipa), mas também contribuindo para uma sociedade melhor e mais justa. Neste âmbito, a Caixa promoveu e incentivou a participação dos seus colaboradores em inúmeras ações no âmbito da proteção do meio ambiente, da solidariedade, da inclusão social, da literacia financeira, entre outros.

ATIVIDADES

Foram diversas as atividades de voluntariado, desenvolvidas na Caixa, durante o ano de 2011.

A primeira iniciativa decorreu logo em janeiro, no âmbito do concurso interno de inovação Caixa de Ideias, que procura premiar ideias inovadoras em áreas estratégicas para a Caixa. Um dos temas propostos foi o voluntariado, no qual surgiram 49 ideias, tendo, a vencedora sido implementada para celebrar, no dia 10 de abril, o 135º Aniversário da Caixa.

A ideia era simples: lançar o repto aos colaboradores para organizarem ações de voluntariado e implementarem-nas no dia 10 de abril. Ao todo, foram realizadas 65 ações de voluntaria-

do por todo o país, tendo participado mais de 1.500 colaboradores e respetivos familiares. Recolhas de bens, atividades lúdicas com crianças carenciadas, pintura de escolas e lares de acolhimento, visita e animação de crianças hospitalizadas, visita a doentes, limpeza e jardinagem de lares e residências de crianças e idosos foram algumas das ações de voluntariado realizadas.

Além deste projeto, foram ainda lançados diversos desafios ao longo do ano:

- › Em julho, de forma a assinalar o Dia Mundial dos Avós, foi lançado o repto para, durante esse mês, desenvolverem uma ação de voluntariado de proximidade para combater o isolamento social dos idosos e a sua dependência.
- › No mês de agosto, a Caixa lançou um desafio a todos os colaboradores e às suas famílias, para que dedicassem um pouco do seu tempo a cuidar de um animal de estimação de um amigo ou vizinho ou um animal abandonado ou apoiando uma Associação de Proteção Animal.
- › Em setembro, foi proposta a limpeza de uma mata ou floresta perto de casa, contribuindo, assim, para a preservação de uma das maiores riquezas do país.
- › Em maio e novembro, foram também recolhidos alimentos em lojas e supermercados por todo o país, no âmbito da campanha do Banco Alimentar a que a CGD se tem vindo a associar anualmente.
- › Em outubro e novembro decorreram duas ações de limpeza de praia, uma na praia da Ilha de Faro e a outra na praia do Guincho, onde, no total, participaram mais de duas centenas de colaboradores e familiares.
- › No mês de dezembro, foi tempo de duas ações de solidariedade:

- A primeira consistiu na dinamização de ações de voluntariado com impacto na comunidade, tendo-se organizado um grupo de colaboradores que participou ativamente na preparação da ceia e almoço de Natal, na Associação Coração da cidade do Porto. Esta iniciativa contou com a presença de 17 voluntários que prepararam e serviram cerca de 1.000 pessoas carenciadas. Na segunda ação, a Caixa angariou roupa profissional para a *Dress for Success*, uma organização sem



fins lucrativos que tem como principal objetivo promover a independência económica das mulheres menos favorecidas, oferecendo-lhes roupas profissionais para uma entrevista de trabalho, bem como uma rede de apoio e as ferramentas necessárias para o desenvolvimento da sua carreira.

Além de atividades pontuais, como as descritas anteriormente, a Caixa desenvolve atividades permanentes, através do Banco de Tempo, da ANAC e da Séniamor.

O Banco de Tempo funciona através da troca mútua de serviços, sem custos – no qual o número de horas dispendidas é a única forma de contabilização – e permite ocupar, de forma útil, o tempo livre de sócios e beneficiários dos Serviços Sociais da CGD, estimulando a aprendizagem e socialização das pessoas. Ainda no apoio aos aposentados, a ANAC – Associação Nacional dos Aposentados da Caixa –, e o grupo Séniamor têm um papel determinante no apoio das necessidades deste segmento.

A par de todos estes projetos, a Caixa apoia a Bolsa de Voluntariado, um site da Entrajuda que permite o encontro entre quem pretende realizar trabalhos voluntários e as instituições que dela necessitam, podendo assim ser reunidos aqueles que querem contribuir com o seu tempo e com o que melhor sabem fazer para ajudar quem mais precisa. Mais recentemente, foi criada a página da Bolsa do Voluntariado no Facebook (*Volunteerbook*), que se tornou num local privilegiado de comunicação com os voluntários e instituições, onde a

CGD também divulga as suas ações internas.

O programa *Júnior Achievement Portugal (JAP)* foi o projeto mais recente ao qual a CGD se associou. Foram 60 os colaboradores da CGD que participaram nesta iniciativa, cuja missão é desenvolver o espírito empreendedor nas crianças e jovens e ensinar conceitos de literacia financeira a alunos do Ensino Básico, Secundário e Universitário. Os 60 colaboradores-voluntários envolvidos, deram formação a 60 turmas em diversas escolas em todo país, impactando mais de 1.200 alunos com idades entre os 6 e os 18 anos.

RESULTADOS

No encerramento do ano de 2011 – Ano Europeu do Voluntariado –, a Caixa orgulhou-se do facto de os seus colaboradores terem assumido, com entusiasmo, os valores do voluntariado, ultrapassando largamente o desafio de atingir 20 mil horas de trabalho voluntário que lhes foi proposto. Ao todo, foram contabilizadas mais de 33 mil horas.

As ações desenvolvidas, que contaram também com a participação ativa de centenas de familiares e amigos, confirmam que a Caixa está consciente de que a prática do voluntariado significa contribuir para uma sociedade melhor, desenvolvendo boas práticas e ética no envolvimento com a comunidade onde se insere, tanto na esfera social como ambiental e económica.

Implementação de um Sistema de Gestão Ambiental certificado segundo o referencial ISO 14001

CASO DE SUCESSO

64

EMPRESA

A Capgemini Portugal, subsidiária portuguesa do Grupo Capgemini, é a maior empresa europeia de serviços de Consultoria de Gestão e Tecnologias de Informação.

Com uma presença mundial em 40 países, distribuídos pela Europa, América do Norte e Ásia-Pacífico, a Capgemini totaliza mais de 120 mil colaboradores no mundo inteiro, tendo registado, em 2011, uma receita global de 9,7 mil milhões de Euros.

A Capgemini está presente em Portugal desde 1997 e conta, atualmente, com cerca de 330 colaboradores. Com uma carteira de clientes extensa, abrange todos os setores de atividade em que o Grupo opera (*Manufacturing; Consumer Products, Retail & Distribution; Energy, Utilities & Chemicals; Financial Services; Public; Telecommunications, Media & Entertainment*).

ENVOLVIMENTO

A Capgemini reconhece que as preocupações ambientais e o desenvolvimento sustentável evoluíram, de uma atividade especialista e periférica, para um requisito real de todas as empresas de sucesso. A qualidade dos seus serviços passa necessariamente pela otimização do seu desempenho ambiental que, no âmbito da cultura dos mercados económicos internacionais, se revela uma preocupação fundamental no crescimento sustentável da Capgemini.

Como consequência, e para melhor responder a este desafio, para além da realização de atividades e eventos no âmbito do programa de responsabilidade social a que todo o Grupo Capgemini se dedica, o escritório português decidiu focar-se na incorporação da vertente ambiental na sua estratégia de negócios, nos seus processos e na forma como trabalha. A meta estabelecida para 2011 centrou-se no desenvolvimento e implementação de um Sistema de Gestão Ambiental, segundo o referencial ISO 14001, integrado com o seu atual Sistema de Gestão de Qualidade, segundo o referencial ISO 9001.

PROJETO

Criação e implementação de um sistema de gestão ambiental integrado com a componente de qualidade.

Constituindo uma prioridade estratégica, o sistema de gestão ambiental foi implementado transversalmente em toda a empresa, através da dinamização de um conjunto de medidas de monitorização e redução do impacto ambiental. Estas medidas foram aplicadas por intermédio de equipas multidisciplinares, alinhando o Sistema de Qualidade Total com as melhores práticas internacionais de sustentabilidade.

Associando os novos compromissos ambientais para o desenvolvimento sustentável, a evolução do projeto passou,



numa primeira instância, pela identificação de todas as atividades desenvolvidas pela empresa e dos aspetos ambientais associados. Como resultado, obteve-se um registo dos aspetos com maior impacto ambiental que serviu de base para a definição de objetivos, metas de redução e medidas de controlo operacional e/ou de prevenção a serem aplicadas transversalmente.

Adicionalmente foi desenvolvido um conjunto de atividades de formação e sensibilização dos diferentes *stakeholders* (colaboradores e fornecedores) para as temáticas de responsabilidade ambiental, entre outros:

- › Instalação de temporizadores (televisores, bebedouros, ...) e sensores de presença nas salas de reunião e copa;
- › Colocação de contentores para a segregação de resíduos em diferentes pontos do escritório;
- › Afixação das regras aplicáveis na segregação de resíduos junto aos ecopontos;
- › Produção de folheto (*Ecodrive*) com práticas de ecocondução;
- › Criação do *Green Book* com as *guidelines* para um comportamento responsável por parte de todos os colaboradores;
- › Desenvolvimento de um curso de *e-learning* ambiental;
- Promoção de comunicações internas (*newsletters*, folhetos informativos, *posters* de sensibilização, entre outros).



RESULTADOS

Com a implementação do Modelo de Gestão Ambiental, como parte integrante do Sistema de Qualidade Total, em dezembro de 2011, a Capgemini Portugal obteve a certificação ISO 14001: 2004 + Emenda 1:2006, pela *Bureau Veritas Certification Portugal*.

Os compromissos para o desenvolvimento sustentável adotados pela Capgemini Portugal em 2011 aliaram-se aos resultados adquiridos pela maturação do sistema ao longo do ano, permitindo identificar um conjunto de oportunidades de melhoria, as quais se centraram na otimização de consumos, no reforço da competitividade no mercado e na conformidade legal do negócio a nível nacional e internacional.

Pela implementação das medidas estipuladas, e através de uma contínua monitorização, a Capgemini Portugal atingiu resultados surpreendentes, alcançando médias elevadas de redução do consumo de recursos. Os objetivos definidos foram atingidos e, em alguns casos, superados em mais de dez pontos percentuais:

Recurso	Meta	Resultados
Papel	-15%	-31%
Tinteiros	-10%	-28%
Consumíveis	-	-50%
Água	-	-8%
Eletricidade	-10%	-31%
Toner	-10%	-15%

A adoção de um Sistema de Gestão de Qualidade Total permitiu, não só identificar os impactes negativos do negócio, nomeadamente ao nível do consumo de recursos naturais e da produção de resíduos, mas em particular reconhecer a influência da Capgemini Portugal nos diferentes *stakeholders*. Esta atuação pretende garantir o alinhamento das expectativas destes face à atuação real da empresa, assim como identificar oportunidades de negócio resultantes da interação dinâmica entre a Capgemini, a sociedade e o ambiente.

Projeto Team Up CARRIS

LIDERANÇA EM MOVIMENTO

66

Anuário de Sustentabilidade 2012 ESTUDOS DE CASO

EMPRESA

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA, empresa com 140 anos, que está presente em 4 Estações distribuídas pela cidade de Lisboa. Com uma frota composta por 707 Autocarros e 57 Elétricos, tendo uma oferta de serviço de 80 Carreiras de Autocarros e 5 Carreiras de Elétricos, das quais 63 carreiras são Certificadas, transporta cerca de 215 Milhões de Passageiros /ano. A CARRIS tem 2634 Colaboradores, sendo 1593 Motoristas de Serviço Público (60%) e 146 Guarda-Freios (6%). De salientar que 9% dos Colaboradores da CARRIS são do sexo feminino, e que a Empresa apresenta uma idade média de 44 anos (Tripulantes: 40) e uma antiguidade média de 17 anos (Tripulantes: 12).

A CARRIS tem certificados os Sistemas de Gestão da Qualidade, pela norma NP EN ISO 9001:2000 (2006), Ambiental, pela norma NP EN ISO 14001:2004 (2008) e da Segurança e Saúde no Trabalho, pela norma NP 4397/OHSAS 18001 (2010), estando atualmente na fase final do processo de Certificação em Responsabilidade Social pela norma NP EN 4469-1, seguindo as linhas orientadoras da ISO 26000.

A CARRIS tem apostado fortemente nos seus recursos humanos, no rejuvenescimento e requalificação dos mesmos, recrutando pessoal jovem e qualificado, oferecendo formação inicial e contínua, técnica e comportamental. De salientar que desde 2003 foram admitidos mais de 1000 Tripulantes e 50 Jovens Quadros Técnicos. A Empresa tem apostado também na identificação dos talentos, promovendo novas competências, investindo em formação e promovendo a mobilidade interna no grupo da CARRIS.

ENVOLVIMENTO

O Projeto *Team Up CARRIS – Liderança em Movimento* foi lançado em 2009, tendo sido desenhado e desenvolvido *in house*. Este projeto teve como objetivos principais os seguintes:

obtenção de um acréscimo de eficiência organizacional, redução de custos operacionais e níveis de absentismo, procura de melhorias na qualidade do serviço prestado e perceção pelos clientes através da formação e do acompanhamento das chefias intermédias da área operacional. Foram assim desenvolvidas competências de liderança, comunicação, partilha e uniformização de melhores práticas e gestão de equipas das chefias intermédias de enquadramento através de várias metodologias inovadoras *bottom-up*, de *coaching* e gestão de proximidade e acompanhamento.

A cultura existente na que se referia às chefias intermédias era associada ao companheirismo entre colegas, mas também a um certo temor reverencial, por esta ser uma empresa muito vertical, de tradição militar e bastante rígida e hierárquica. Certas competências das chefias intermédias estavam pouco desenvolvidas, nomeadamente, a falta de assertividade e de *empowerment*, remetendo irremediavelmente as decisões para as chefias de primeiro nível. Não existia uma gestão por objetivos: todos trabalhavam, mas na realidade não era conhecido o valor do que faziam, i.e., o seu contributo para os resultados efetivos da empresa.



ATIVIDADES

A fase de diagnóstico do projeto foi baseada em *focus groups* com colaboradores de diversas áreas da Empresa – motoristas, guarda-freios, fiscais, gestores de tráfego, chefes de turno, inspetores e coordenadores-gerais, entre outros – onde se colocavam em discussão as questões primordiais acerca das dificuldades sentidas pelos vários colaboradores nos seus diferentes níveis e se fizeram vários acompanhamentos no terreno, no sentido de visionar as problemáticas referidas pelos próprios. As entrevistas eram confidenciais, sendo que somente os aspetos coletivos eram levados em conta uma vez que situações pessoais não eram consideradas como repre-



sentativas. Foram abordados diversos temas, independentemente da sua sensibilidade ou incomodidade. O desafio lançado era simples: “Um problema, uma solução”, e só assim poderia ser aceite a sugestão de resolução para o problema ou dificuldades encontradas, que depois seria objeto de avaliação e eventual aceitação por parte das chefias de primeiro nível.

Findada a fase de diagnóstico, foram criadas equipas de trabalho constituídas por grupos de chefias intermédias de diferentes áreas operacionais acompanhados por membros das áreas de Desenvolvimento Organizacional, Capital Humano e Formação. A proposta consistiu na análise do desempenho das suas funções, na identificação das potencialidades e necessidades de desenvolvimento de cada um, na adequação dos procedimentos utilizados com vista à prossecução do seu *job description* e ainda na dinamização do debate e formulação de propostas de melhoria, com o desiderato destas equipas apresentarem níveis consistentes de excelência na sua *performance* e nos seus padrões de atuação.

RESULTADOS

No decorrer do projeto foram realizadas inúmeras iniciativas, nomeadamente: a reorganização de postos de trabalho na área da Central de Comando de Tráfego; a aproximação dos Inspetores às suas equipas; o acompanhamento e *follow up* da formação realizada acerca das práticas de entrevistas de desempenho anuais, tendo sido desenvolvidos *pockets* com regras básicas para a condução de uma entrevista; o desenvolvimento de *pockets* sobre as atitudes para um bom desempenho dos Tripulantes, assim como sobre a localização das instalações sanitárias para uso dos próprios; a análise das competências essenciais na função de Coordenador-Geral, com a participação dos próprios; o desenvolvimento de pla-

nos de desenvolvimento individuais de Inspetores e Coordenadores-Gerais; entre muitas outras.

Sempre que finalizada uma fase do projeto era realizada uma apresentação formal ao Conselho de Administração e Diretores das áreas envolvidas.

Os benefícios deste projeto são ilustrativos de uma cultura atualmente existente de mais partilha de conhecimentos e espírito de equipa em torno de objetivos comuns, a procura da melhoria da prestação do serviço e a obtenção de resultados favoráveis nos indicadores de gestão, são apenas alguns exemplos – para satisfazer os nossos clientes e aliciar novos clientes a juntarem-se à experiência que a Carris sabe proporcionar cada vez melhor.

Em suma, este projeto é paradigmático da importância de uma cultura de *coaching* numa organização. O investimento na relação das chefias intermédias, cujo *ratio* se cifra atualmente em 1 Inspetor para cerca de 55 tripulantes (anteriormente era de 1 para 80-90), revela que os resultados individuais têm um forte impacto no desempenho da organização como um todo. Os resultados vão surgindo com o tempo e com a experiência e a CARRIS continuará a trabalhar afinadamente para conseguir posicionar-se como uma empresa que conta com profissionais de qualidade, prestando assim um melhor serviço aos seus clientes. Paradigmático o facto de voltar a ser considerada uma das melhores empresas para trabalhar (a melhor no setor público empresarial) e ter apresentado este ano os seus melhores resultados financeiros de sempre. Parafraseando Exupéry no seu Príncipezinho: “foi o tempo que perdemos com a rosa que a tornou tão importante”, foi o tempo que investimos com os nossos colaboradores que nos permitiu atingir estes tão gratificantes resultados. Parabéns Carris!

Participação da Consulai no Programa EDP Solidária

HORTAS SOLIDÁRIAS

68

Anuário de Sustentabilidade 2012 ESTUDOS DE CASO

EMPRESA

A Consulai é uma empresa fundada no início de 2001, especializada em consultoria e inovação nos setores alimentar, agroindustrial e agrícola, e que procura ter um papel dinamizador nestes setores, baseando a sua atuação em relações de parceria e confiança com os seus clientes. Estas relações assentam numa visão global e sistemática dos valores que acompanham a empresa desde a sua criação: Inovação, Credibilidade e Rigor. Atualmente com uma equipa de 14 colaboradores, a Consulai tem crescido de forma sustentável em torno de cinco áreas de negócio: Sistema de Gestão; Inovação; Capacitação e Formação; Estudos e Projetos e recentemente a área de Desenvolvimento Sustentável.

Com um portefólio alargado de serviços e o reconhecimento nos setores em que opera, a Consulai surge destacada na lista das principais empresas de consultoria do país, com uma carteira de quase 400 clientes. Em 2008, fruto de uma experiência diversificada no desenvolvimento de novos produtos e negócios no setor agroalimentar, a Consulai foi reconhecida com o mais importante prémio de inovação em Portugal – o prémio BES Inovação para o setor agroindustrial, pela criação de um novo produto – a Pasta de Azeite para Barrar.

A Fundação EDP é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, criada pela EDP – Energias de Portugal, S.A. em dezembro de 2004. A criação da Fundação EDP reforça o compromisso do Grupo EDP com o imperativo de cidadania, manifestando a vontade e o reforço a causas relevantes, nomeadamente:

- › “Fomentar o conhecimento científico e tecnológico nas áreas da energia e do ambiente, preservando o respetivo património histórico;
- › “Apoiar e promover iniciativas que concorram para o reforço das três dimensões do desenvolvimento sustentável: ambiental, económica e social”.

ENVOLVIMENTO

Em março de 2011, a Consulai iniciou a colaboração com a Fundação EDP na área das hortas urbanas e comunitárias. O

projeto está enquadrado no âmbito do Programa EDP Solidária, um programa que todos os anos promove dezenas de projetos de apoio a populações desfavorecidas e em situação de exclusão social. Na edição de 2011, a Fundação EDP decidiu apoiar dez projetos fundamentados na sustentabilidade alimentar pela agricultura, designados por “Hortas Solidárias”, de norte a sul do país. O papel da Consulai surgiu da necessidade de acompanhar e desenvolver uma estrutura integrada de todos os projetos, potenciando os seus resultados, criando simultaneamente um modelo de replicabilidade para outras iniciativas. O projeto “Hortas Solidárias” é uma iniciativa da Fundação EDP, para a qual foi posteriormente convidada a participar a Fundação Calouste Gulbenkian, e constitui atualmente uma rede de 20 instituições que dinamizam 25 hortas em vários distritos. A Consulai aceitou o desafio lançado pela Fundação EDP para ser parceira no apoio técnico a estes projetos.

Uma parte substancial do universo das hortas selecionadas está integrada em instituições particulares de solidariedade social (IPSS) que trabalham com pessoas portadores de deficiência física ou mental. Não obstante, existem também hortas inseridas em valências de reintegração social (sem-abrigo, ex-toxicodependentes, etc...) e outras abertas à comunidade em geral.

OBJETIVOS

O desafio colocado com um projeto desta natureza, envolvendo um conjunto vasto de partes interessadas numa área pouco conhecida da realidade portuguesa, foi exigente e simultaneamente motivador. O objetivo final a atingir era claro: desenvolver um modelo de horta desde o momento da implementação até à gestão corrente e autónoma da mesma. Na estruturação do projeto, a Consulai teve em conta as necessidades diagnosticadas nas várias instituições candidatas, que se relacionavam na maior parte dos casos com a construção das hortas. Foi realizada uma avaliação das candidaturas ao Programa EDP Solidária, na qual ficou claro que havia um objetivo comum: garantir a autossustentabilidade alimentar das instituições ou complementar o cabaz alimentar das famílias envolvidas. No entanto, foram identificados outros propó-

sitos multifuncionais mas igualmente importantes:

- › Manter ativas pessoas desempregadas ou reformadas e combater o isolamento social;
- › Favorecer o contacto com a terra e contribuir para uma alimentação saudável;
- › Complementar a atividade pedagógica nas escolas, valorizando o espírito comunitário e o empreendedorismo, a entreajuda e o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais.

O plano de ação delineado pelas instituições tinha como fim, na maior parte dos casos, o autoabastecimento alimentar no que diz respeito a frescos, mas incluía em todos os casos uma abordagem integrada de outras atividades, como a formação, a educação ambiental e a ação pedagógica. Em paralelo, e na atuação ao longo do último ano, procurava-se ainda estimular o empreendedorismo, através, por exemplo, da criação de micro empresas de suporte à gestão da cadeia de valor (logística de distribuição, fornecimento de matérias subsidiárias, comercialização, ...).

ATIVIDADES

Os seguintes parâmetros constituem o fio condutor das atividades da Consulai no programa Hortas Solidárias:

- › I. Apoiar a análise e seleção dos projetos de hortas urbanas a financiar no âmbito do Programa EDP Solidária;
- › II. Monitorizar e acompanhar a implementação dos projetos de hortas urbanas selecionados e financiados pelo Programa;
- › III. Medir o impacto dos projetos financiados, utilizando o modelo LBG (*London Bench Marking Group*, avaliação utilizada pela FEDP);
- › IV. Definir um modelo integrado de avaliação do impacto e sustentabilidade das hortas urbanas;
- › V. Identificar e definir modelos de hortas urbanas sustentáveis que maximizem o impacto social dos investimentos efetuados;
- › VI. Implementar as iniciativas transversais (da formação, à avaliação e gestão sustentada) e definir um programa integrado de apoio às hortas urbanas.

A localização das hortas pode variar conforme os terrenos estejam associados a IPSS ou a superfícies disponibilizadas por municípios. De acordo com esta divisão, foram apoiadas essencialmente duas tipologias de hortas:

- › As hortas em IPSS, cuja produção é realizada pelos seus utentes e famílias, com o objetivo de melhorar o autoabastecimento alimentar, mas que inclui também uma componente ocupacional, pedagógica e de formação profissional;

- › As hortas instaladas em terrenos municipais, que assumem a forma comunitária de divisão em talhões (variando entre os 25 m² e os 140 m²). Os espaços são atribuídos de acordo com as carências económicas e o impacto social nos núcleos familiares.

RESULTADOS

Desde o início do projeto (há cerca de um ano), conseguiu-se que a produção hortícola seja já uma realidade em treze instituições/organismos: Cruz Vermelha Portuguesa de Braga, ALADI – Associação Lavrense de Apoio ao Diminuído Intelectual, Associação In Loco, APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Santarém e de Aveiro, AVAal – Associação de Valorização Ambiental da Alta de Lisboa, Casa de Saúde Rainha St.^a Isabel, Casa de Saúde

do Telhal, Junta de Freguesia da Ericeira, Associação Quinta Essência, Escola Profissional Agrícola de Mirandela e Escola de Vila Velha de Rodão, Cooperativa Mimos. Em início de produção encontram-se novos projetos em Barcelos, Braga, Oliveira do Bairro, Pampilhosa da Serra, Setúbal, Cascais, Almada, Ericeira e Moura.

As culturas hortícolas, iniciadas no último trimestre de 2011, variam em quantidade e em espécie, mas garantem já – ou contribuem fortemente para – uma maior autossuficiência alimentar (em hortícolas) das instituições envolvidas, resultando num impacto direto em mais de 1500 pessoas em menos de um ano.

O ponto de partida deste projeto iniciou-se com o objetivo de aumentar a autossustentabilidade alimentar das instituições candidatas. Estes objetivos enquadram-se no propósito maior do Programa da Fundação EDP de “promover a melhoria da qualidade de vida, em particular de pessoas socialmente desfavorecidas”. Para alcançar esse objetivo foi determinante o conhecimento técnico e a experiência da equipa, mas também a consciência da responsabilidade social que todas as empresas têm de desenvolver para fazer a diferença na sociedade em que se inserem.

Continuam a existir desafios e problemas a solucionar, seja na área da intervenção humana e social, seja na área técnica e científica. Para a Consulai, o desafio está em manter, mas sobretudo em aperfeiçoar, o modelo de organização e gestão, estimulando o desenvolvimento da atividade agrícola (neste caso hortícola) e a sua ligação à comunidade, mas não só. O desafio passa também pela promoção racional no uso dos recursos endógenos e pelo apoio à incubação de potenciais ideias de negócio.



Serviços do ecossistema montado avaliados em 100 €/ano por hectare

CORTICEIRA AMORIM AVALIA SERVIÇOS DE ECOSSISTEMA

70

Anuário de Sustentabilidade 2012 ESTUDOS DE CASO

EMPRESA

A CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A. é a maior empresa mundial de produtos de cortiça, com subsidiárias em dezenas de países de todos os continentes, que sustentam uma faturação anual de 495 milhões de euros.

Organizada em cinco Unidades de Negócios (UN) – Matérias-Primas, Rolhas, Revestimentos, Aglomerados Compósitos e Isolamentos – a CORTICEIRA AMORIM disponibiliza um vasto portfolio de produtos, para incorporação em indústrias tão diversificadas e exigentes como são a indústria aeronáutica, automóvel, construção, ou a indústria vinícola, fruto da sua aposta estratégica na área da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&DI).

ENVOLVIMENTO

Descrição

A CORTICEIRA AMORIM e a CE Liège promoveram a realização de um estudo com o objetivo de caracterizar e de atribuir um valor aos serviços ambientais do montado de sobreiro. O estudo incidirá sobre a Herdade da Machoqueira do Grou, uma propriedade de 2423 hectares com diferentes utilizações do solo, incluindo cerca de 1000 hectares de montado de sobreiro. O trabalho procurou identificar o valor mínimo dos serviços prestados nesta área de montado de sobreiro e mesmo sem avaliar o serviço de “regulação hidrológica” conclui-se que os serviços deste ecossistema valem pelo menos 100 euros/ano por hectare.

Abordagem

Para a caracterização e valorização dos serviços do ecossistema em montado de sobreiro à escala local foi promovido um estudo pela CORTICEIRA AMORIM e pela CE Liège. O estudo, realizado pela empresa AmBioDiv, teve por base o caso da Herdade da Machoqueira do Grou – propriedade que venceu

em 2009 o prémio CORTICEIRA AMORIM pelas boas práticas de gestão sustentável do “Sobreiro e Biodiversidade Associada” e que tem apostado na implementação de boas práticas de gestão permitindo que, em 2008, a sua gestão florestal fosse certificada pelo *Forest Stewardship Council (FSC)*.

Caráter inovador deste estudo

- › Caracterização dos serviços ambientais à escala da propriedade.
- › Estabelecimento de relações de causalidade entre as práticas de gestão agroflorestal e os serviços do ecossistema.
- › Valorização dos serviços ambientais.



Foram analisadas quatro categorias de serviços providenciados pelo ecossistema e identificados pelo Relatório Final do *Millennium Ecosystem Assessment*. Determinaram-se então quais os serviços mais relevantes para uma área da escala e com as características da Machoqueira do Grou. Entre estes, foram selecionados e avaliados os “bens públicos”, isto é, os serviços que beneficiam a comunidade local e a sociedade em geral e pelos quais o proprietário nada auferir.

Serviços analisados

- › Serviços de Suporte (p. e. ciclo hidrológico).
- › Provisão (p. e. produção de alimentos e matérias-primas).
- › Regulação (p.e. polinização e controlo da erosão).
- › Serviços Culturais (p.e. turismo e educação).

RESULTADOS

Foram identificados os diversos serviços prestados pelo montado de sobreiro à escala da propriedade da Machoqueira do Grou, bem como os seus principais beneficiários:

	Serviços de Suporte	Serviços de Provisão	Serviços de Regulação	Serviços Culturais
Resultados	Ciclo hidrológico	Cortiça Madeira Resíduos Florestais Caça	Retenção Formação de solo Controlo da erosão Regulação hidrológica Regulação de nutrientes Polinização Tratamento de resíduos/ poluentes Purificação da água Zonas tampão para controlo de cheias Prevenção e controlo do fogo Prevenção de pragas e doenças Controlo de matos Qualidade do ar Manutenção dos <i>habitats</i> Áreas alto valor conservação (AAVC) <i>Habitats</i> de espécies ameaçadas Banco de biodiversidade Regulação climática local (retenção de carbono)	Atividades de recreio Turismo/ecoturismo Paisagem Educação/interpretação Pesquisa científica
Principal beneficiário	Comunidade local e Sociedade em geral	Proprietário Florestal	Comunidade local e Sociedade em geral	Comunidade local e Sociedade em geral
Caracterização	Bem Público	Bem Privado	Bem Público	Bem Público

Disponível em www.sustentabilidade.amorim.com, os resultados do estudo evidenciam o papel fundamental do montado de sobro nos diferentes serviços do ecossistema analisados, sobretudo quando comparado com outros usos do solo. Possibilita ainda o estabelecimento de relações entre as boas práticas de gestão florestal e o nível dos serviços do ecossistema, fornecendo assim um conjunto de informação prática a proprietários florestais sobre os efeitos das práticas de gestão nos serviços do ecossistema.

Ao nível dos serviços de provisão os principais beneficiários são os proprietários florestais, classificando-se os serviços como “bem privado”. Os restantes serviços beneficiam sobretudo as Comunidades locais e a Sociedade em geral, denominados por “bem público”.

O estudo abre caminho para que a remuneração dos serviços dos ecossistemas comece a ser concretizada, por exemplo através de financiamentos públicos, ao identificar já um conjunto prático de critérios de avaliação e mecanismos de verificação que passam sobretudo pela melhoria/adaptação de sistemas já existentes, com as certificações de gestão florestal, (ex.: FSC ou PEFC), e ao sugerir metodologias para valorizar os serviços do ecossistema.

A partir deste estudo na Machoqueira do Grou, que avaliou os 1000 hectares de montado de sobro desta propriedade – e mesmo sem avaliar o serviço de “regulação hidrológica” – conclui-se que os serviços do ecossistema desta área de

montado de sobro valem no mínimo 100 euros/ano por hectare, o que no caso particular desta Herdade representaria um valor global para a área específica de montado de € 100.000,00 por ano.

Espera-se que com o “valor mínimo” definido neste estudo se desenrolem trabalhos adicionais para se atingir o valor “mais adequado”, passando estes serviços a ser remunerados ao proprietário do montado. É necessário que o valor dos serviços prestados pelo montado de sobro deixe de ser um valor “teórico” e se traduza numa remuneração efetiva aos proprietários florestais que com boas práticas de gestão oferecem um conjunto significativo de serviços fundamentais para o bem-estar Humano.

A manutenção, preservação e valorização deste ativo natural – o Montado de Sobro – é de extrema importância económica para o País, não apenas pela produção de cortiça que garante a Portugal a liderança mundial deste setor, como também pelo valor social, económico e ambiental dos inúmeros serviços prestados.

Enquanto não passarmos da análise e avaliação à efetiva remuneração destes serviços, serão os produtos de cortiça que continuarão a viabilizar todo este equilíbrio. Fica claro com este estudo a importância dos produtos de cortiça e o seu real impacto na viabilização do ecossistema montado de sobro.

Centro de Investigação em Gestão

ISG – THE SUSTAINABILITY BUSINESS & ECONOMICS SCHOOL

72

EMPRESA

O ISG – Instituto Superior de Gestão está, desde junho de 1986, oficialmente autorizado a funcionar como instituição de ensino superior universitário. O ISG pertence ao Grupo Ensinus, criado em 1965, que integra outras instituições de ensino, ensino profissional, ensino básico e secundário e formação profissional. Em 2006, o Grupo Lusófona adquire a maioria do capital do Grupo Ensinus, passando o ISG a ser considerado a sua Escola de Gestão e Negócios, passando em 2012 a adotar a designação internacional de ISG – Business & Economics School. O ISG oferece programas de licenciatura, mestrado, pós-graduação e formação de executivos e tem desde 2002 um centro de investigação, o CIGEST – Centro de Investigação em Gestão. Atualmente, o CIGEST integra a investigação desenvolvida pelos dois institutos: O ISG e o INP (Instituto Superior de Novas Profissões). Estando essencialmente orientado para uma investigação aplicada, o CIGEST procura estabelecer uma forte ligação entre a teoria e a prática, tendo em vista os seguintes objetivos:

- 1) Contribuir para o desenvolvimento social, ambiental, económico e tecnológico e promover a inovação e criatividade;
- 2) Criar uma dinâmica de transferência de conhecimento com a sociedade civil;
- 3) Enriquecer a formação dos estudantes com conhecimento atualizado e proporcionar-lhes contextos de aplicação e orientação académica para a realização de projeto de investigação aplicada e realização de teses de mestrado e doutoramento;
- 4) Proporcionar ao mercado uma oferta formativa de cursos pós-graduados de carácter inovador com uma aposta clara na hibridação de áreas científicas complementares e uma forte visão de sustentabilidade.

A atividade de investigação desenvolvida no CIGEST expressa-se em quatro grandes áreas:

- 1) Economia e Gestão: integra a investigação realizada em temáticas das áreas funcionais da Gestão, bem como das áreas das Ciências Económicas;
- 2) Ergonomia & Fatores Humanos: centra-se no estudo

da atividade e do comportamento humanos em situações de interação ou cooperação homem-máquina, tendo em conta o sistema em que ocorrem e a correspondente influência dos fatores tecnológicos, organizacionais e sociais do sistema em que ocorrem;

3) Ambiente e Sustentabilidade: orienta a sua atividade em diferentes linhas de investigação, nomeadamente Sustentabilidade das Organizações, Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade, Mercados de Serviços dos Ecossistemas, Turismo Sustentável, *Ecofashion*, *Green Procurement* Energético e *Green Business Development*;

4) Ciências da Comunicação: abrange naturalmente um conjunto muito vasto de saberes que poderão incluir estudos de *media*, comunicação política, comunicação pública, publicidade ou relações públicas.

ENVOLVIMENTO

O CIGEST tem vindo a ser progressivamente integrado em redes de investigação e em associações que promovam a investigação e a transferência de conhecimento, estimulando as parcerias a nível nacional e internacional, quer com entidades governamentais (ex. Ministério Brasileiro do Meio Ambiente), associações profissionais (ex. Ordem dos Biólogos), organizações não-governamentais (ex. BCSD Portugal), redes





de investigação (ex. HUMANIST – *Human-centred Design for Information Society Technologies*), centros de investigação (ex. SENSU – *Strategic Approaches to Environment and Sustainability research group*, IST), empresas (ex. iSBS Consultancy), entidades no âmbito da Gestão e Políticas Públicas (ex. ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP), entre outros. Um dos principais objetivos é o desenvolvimento de projetos que promovam a Sustentabilidade transectorial e aplicada, como é o caso dos projetos EcoSaldo (parceria com Quercus ANCN), Manual de *EcoDriving* (parceria com a Brisa) e Turismo & Serviços dos Ecossistemas (parceria Nature & Portugal), entre outros. Contudo, sendo o CIGEST a unidade de I&D do ISG – Business & Economics School, assume também o papel de promover e desenvolver oferta formativa de carácter universitário na área da Sustentabilidade, quer por via da qualificação de recursos humanos como pelo estímulo à transferência de conhecimento.

PROJETO

Diagnóstico inicial

Considerando que a oferta formativa existente até 2011 no ISG teria um carácter mais “clássico”, embora de grande qualidade, o CIGEST assumiu o papel de “incubadora” de ideias para *workshops*, eventos, pós-graduações, cursos avançados e mestrados que pudessem trazer maior ênfase aos temas da Sustentabilidade e EcoInovação e com isso projetar a escola num patamar de maior atratividade para a formação avançada de executivos, técnicos superiores, decisores políticos e empreendedores que desejem reforçar as suas valências em termos teóricos e práticos, com a chancela de uma entidade universitária com uma longa tradição de valores e rigor.

Medidas implementadas

A Ensinus submeteu os seus resultados de 2010 ao Índice de Sustentabilidade Empresarial do BCSD Portugal de forma a estabelecer uma *baseline* que permitisse definir áreas prioritárias

de investimento e de projeto. Ao nível do ISG, o CIGEST está a participar ativamente na reformulação dos Mestrados de Gestão de Energia e Gestão de Transportes, de forma a melhor integrar as questões da sustentabilidade e inovação. Em termos de novas ofertas, serão lançados em 2012 dois novos cursos de pós-graduação promovidos pela área de Ambiente e Sustentabilidade: *The Seaconomics Summer Academy – Sustainable Management of Sea and Coastal Areas* e a Pós-Graduação em Sustentabilidade das Organizações, em copromoção com o BCSD Portugal. Em termos de projetos de investigação, a mesma área está a desenvolver os seguintes projetos de tese de mestrado: *Strategic Analysis of European Union Green Procurement Policy: The Portuguese Case Study*; *Ecofashion: Sustentabilidade no Setor Têxtil*; Modelo Operacional de Marketing e Comunicação do Banco de Germoplasma do Museu Nacional de História Natural, Universidade de Lisboa; Os Serviços dos Ecossistemas na Definição de Estratégias de Marketing Territorial: Caso das Aldeias do Xisto, entre outros. O CIGEST promove, ainda, estágios ao abrigo de projetos europeus cofinanciados que, no âmbito do programa europeu Leonardo contemplam, também, alunos estrangeiros.

RESULTADOS

O CIGEST participa desde 2011 no projeto “Criar Saberes” do ISG/INP com o programa “Criar Saberes + Sustentáveis”, que consiste numa palestra de 90 minutos em escolas secundárias da região da Grande Lisboa e onde se procede à sensibilização de professores e alunos para a importância dos temas da sustentabilidade e das necessidades de formação que o tema traz para as várias áreas do conhecimento e emprego. A 17 de abril de 2012 realizou-se o Dia Aberto do ISG/INP com o CIGEST enquanto parceiro na promoção do tema “ECONOMIA SUSTENTÁVEL: S3R REINVENTAR, REDEFINIR, REPENSAR (REBOOT, RETHINK, RESTYLE)”.

Combate ao Desperdício

EQUIPAS PARA GESTÃO DOS CONSUMOS DE ÁGUA E ENERGIA

74

Anuário de Sustentabilidade 2012 ESTUDOS DE CASO

EMPRESA

Jerónimo Martins é um grupo internacional com sede em Portugal, que atua no ramo alimentar, nos setores da Distribuição e da Indústria, visando satisfazer as necessidades e expectativas dos seus *stakeholders* a curto, médio e longo prazo, ao mesmo tempo que contribui para o desenvolvimento sustentável das regiões onde opera. Tem hoje em dia, mais de 66 mil colaboradores, mais de 2.500 lojas, 15 centros de distribuição e um volume de vendas que ascendeu, em 2011, aos 9,8 mil milhões de euros.

ENVOLVIMENTO

No âmbito da Responsabilidade Corporativa, o grupo Jerónimo Martins procura gerir, de forma equilibrada, a relação entre prosperidade económica, desenvolvimento social e preservação ambiental. O Respeito pelo Ambiente é, assim, um dos cinco pilares de Responsabilidade Corporativa assumidos pelo Grupo que considera que deve contribuir para ligar eficazmente a oferta e a procura e estabelecer cadeias de abastecimento que sejam promotoras de práticas de produção e consumo mais sustentáveis.

O Grupo e as suas Companhias têm levado a cabo diversas iniciativas de Gestão Ambiental que incidiram em três áreas prioritárias:

- › Alterações climáticas;
- › Biodiversidade;
- › Gestão de resíduos.

Assim, o grupo Jerónimo Martins tem vindo a alinhar as suas práticas ambientais com as práticas de negócio, visando minimizar impactos negativos na cadeia de valor e, portanto, maximizar a ecoeficiência dos seus processos. Evidências claras deste compromisso são as políticas e compromissos ambientais assumidos por Jerónimo Martins perante os seus *stakeholders*.

Um bom exemplo desta abordagem é a atenção que o Grupo tem vindo a dar ao consumo de energia e água, dois dos aspetos ambientais mais significativos associados ao setor da Distribuição Alimentar. No grupo Jerónimo Martins é

considerada uma prioridade o estabelecimento de iniciativas que visem operacionalizar o compromisso de combate ao fenómeno das alterações climáticas e reforçar a racionalização dos consumos de energia. De forma semelhante, a gestão do consumo de água reveste-se da máxima importância, pelo que são continuamente desenvolvidas ações que permitam minimizar o desperdício e aumentar a eficiência da utilização deste recurso natural.

ATIVIDADES

Diagnóstico inicial

No seguimento da concretização de várias iniciativas para minimizar os impactos ambientais das suas atividades, o grupo Jerónimo Martins lançou o projeto “Equipas para Gestão dos Consumos de Água e Energia” no início de 2011, para todos os estabelecimentos Pingo Doce (supermercados e hipermercados) e Recheio (lojas grossistas do ramo alimentar). Este projeto visa dinamizar ações de racionalização dos consumos de água e energia, de forma a melhorar o desempenho ambiental das Companhias referidas. O projeto centra-se, sobretudo, no combate ao desperdício de água e energia, mediante a adoção de boas práticas ambientais no dia a dia.

Medidas implementadas

No âmbito desta iniciativa, foram nomeados Delegados de Ambiente em cada loja, colaboradores que, para além das suas tarefas, receberam formação específica nesta área e que têm o objetivo de sensibilizar as equipas, acompanhar o desempenho ambiental e identificar oportunidades de melhoria.

Formação e sensibilização – Todos os Delegados receberam formação inicial em 2011, passando a participar em ações de atualização todos os anos. Toda a organização é sensibilizada para o tema com alguma regularidade.

Benchmarking interno – O projeto permitiu lançar uma ação de *benchmarking* interno, a qual tem permitido identificar os estabelecimentos com melhor desempenho e também aqueles que necessitam de intervenção prioritária. Os resultados são amplamente disseminados por toda a Organização.

Controlo de consumos – O controlo regular dos consumos e de eventuais desvios tem-se revelado como uma das principais ferramentas para racionalizar os consumos de água e energia.

Boas práticas – O projeto possui como principal vetor a adoção de práticas do dia a dia que permitam minimizar os desperdícios de água e energia. As práticas mais originais e inovadoras são divulgadas por todas as lojas.

Investimento em equipamento e tecnologias mais limpos – O projeto tem permitido de forma progressiva identificar e reforçar o investimento em tecnologias mais adequadas aos estabelecimentos do Grupo Jerónimo Martins de forma a ser

reforçado o cumprimento dos objetivos de melhoria estabelecidos.

RESULTADOS

Com um objetivo de reduzir anualmente 2% dos consumos de água e energia, obteve-se, em 2011, uma redução *like-for-like*¹ (LFL) dos consumos de energia e água em 7.959.948 kWh e 10.169 m³, ou seja, de 2,2% e 1,3%, respetivamente. Em termos dos indicadores específicos (consumos por unidade de área de vendas), a evolução foi positiva em quase todos eles (cf. gráficos 1 e 2).

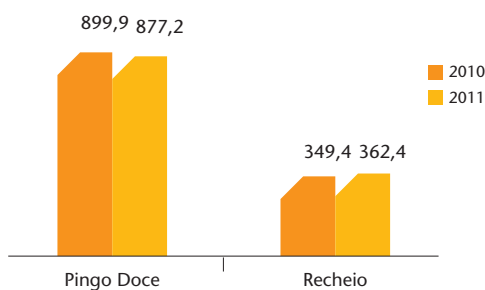


Gráfico 1 – Evolução dos consumos LFL de eletricidade (em kWh / m² de área de vendas).

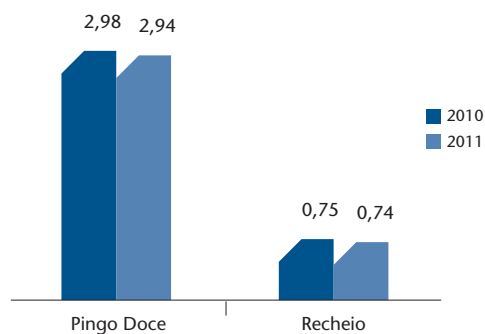


Gráfico 2 – Evolução dos consumos LFL de água (em m³ / m² de área de vendas).

¹ Consumos *like-for-like* (LFL) – consumos das lojas que operaram sob as mesmas condições nos dois períodos em análise (e.g., consumos em 2011, face aos consumos em 2010). Excluem-se as lojas que abriram ou encerraram num dos dois períodos, bem como as lojas que sofreram remodelações profundas (encerramento da loja).

CONTRIBUINDO PARA UM MUNDO MAIS VERDE.

GRAÇAS A SI.

Ao escolher o **Navigator Eco-Logical** está a garantir resultados de excelência e a contribuir activamente para o processo de reflorestação, vital para garantir a absorção de CO2 e a libertação de oxigénio.

O nosso programa **Dê o seu nome a uma árvore** promove não apenas uma reflorestação responsável, dando-lhe um papel de relevo na **prevenção do aquecimento global**, mas também contribui para a protecção e preservação da biodiversidade.

**FAÇA PARTE DESTES MOVIMENTO.
SEJA ECO-LOGICAL.**



PREMIUM
OFFICE
PAPER

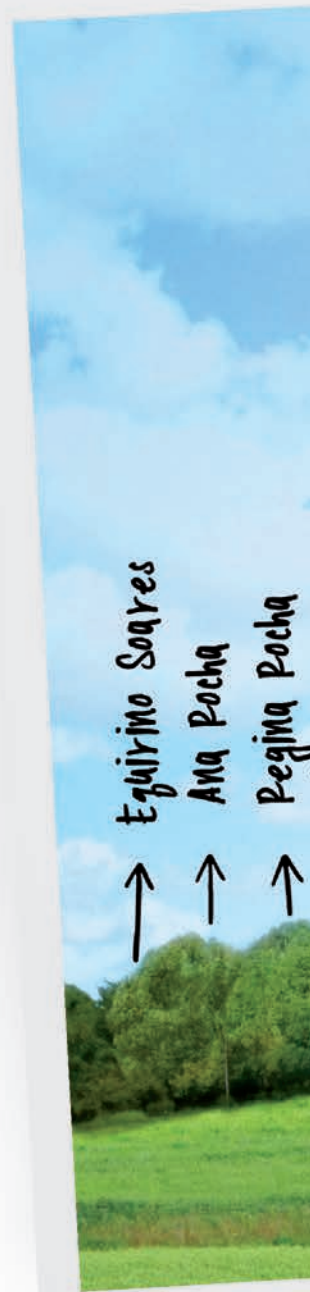
75 g.m⁻²



100%
SATISFAÇÃO



Equirino Soares
Ana Pocha
Pegina Pocha



Tatiana Povoas

A sua árvore
mais O_2

Picardo Ferreira

Hermano Mendonça

Pedro Silva

12 milhões de
árvores plantadas
todos os anos
GRACAS
a si

Florestação
Sustentável
 $-CO_2$ $+O_2$
PREVINE O
AQUECIMENTO GLOBAL

Para saber mais sobre como pode dar
o seu nome a uma árvore, vá a:

WWW.NAVIGATOR-PAPER.COM

Relatório de Sustentabilidade LIPOR

30 ANOS DE BOAS MEMÓRIAS COM AS PESSOAS

78

Anuário de Sustentabilidade 2012 ESTUDOS DE CASO

» Olhar para trás orgulha-nos, olhar o presente envaidece-nos, pensar e imaginar o futuro honra-nos! «

EMPRESA

A LIPOR, Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos, é a entidade responsável pela gestão, valorização e tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos produzidos nos oito Municípios seus associados: Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde. A LIPOR gere mais de 500.000 toneladas de resíduos por ano, produzidos por cerca de 1 milhão de habitantes.

Com um volume de negócios na ordem dos 36,5 milhões de euros, a LIPOR conta ainda com 220 Colaboradores diretos que trabalham nas suas instalações para responder aos demais desafios que se lhe colocam de eficiência, competitividade, excelência, produtividade, motivação, criação de valor e, claro está, de geração de negócio.

A estratégia LIPOR, Rumo à Sustentabilidade, tem uma mensagem inerente muito forte, que demonstra, de forma basilar e indissociável, o conceito de uma gestão integrada.

As questões ambientais, que pelo seu *core* de atividade estão naturalmente muito intrínsecas na gestão corrente, estão perfeitamente alinhadas com as questões sociais, de bem-estar e salubridade, económicas e financeiras.

O Relatório de Sustentabilidade (RS) é encarado pela LIPOR como uma peça fundamental de gestão da Organização, que engloba toda a sua atividade, sendo uma peça transversal a todas as áreas do Desenvolvimento Sustentável (DS), Económica, Ambiental e Social.

Comunicar a atividade da LIPOR de forma responsável, transparente e verdadeira é fundamental, mostrar o que a LIPOR faz e como faz é uma mais-valia para a Instituição LIPOR e para os demais *stakeholders* que com a LIPOR se relacionam.

ENVOLVIMENTO

O RS da LIPOR é editado anualmente com o Relatório e Contas. De ano para ano, a LIPOR tem vindo a melhorar o seu

reporte, numa perspetiva de melhoria contínua, adotando diferentes estratégias e metodologias, melhorando conteúdos e informação, recorrendo a ferramentas que lhe permitem responder aos novos desafios que vão surgindo.

A edição destes importantes documentos é para a LIPOR e seus Municípios associados, motivo de satisfação, pela oportunidade e relevo que assumem e, ao mesmo tempo, porque aumenta a sua responsabilidade perante a Comunidade, os Cidadãos e demais parceiros.

OBJETIVOS

A edição do RS, importante ferramenta de suporte à Gestão da LIPOR, permite à Organização crescer e evoluir em diversas áreas, sendo de referir a sistematização da informação, a responsabilização e o envolvimento interno, a participação e transmissão de conhecimentos aos Colaboradores, a sistematização dos mecanismos de envolvimento de *stakeholders*, o processo de comunicação externa e interna, entre outros.

Comunicar o desempenho da LIPOR é o grande objetivo, que pelo facto de ser verificada por entidades externas (Deloitte & Associados SROC, S.A. e *Global Reporting Initiative*, que classificaram como A+) garante uma maior fiabilidade dos dados e informação que constam no documento. Estão subentendidos os valores da verdade e confiança, com a transparência no reporte, subjacente o valor da honestidade, sendo transmitidas as informações de forma objetiva e clara para que este seja efetivamente entendido por todos os *stakeholders*.

Uma novidade da edição de 2011 é a edição bilingue e a adesão da LIPOR aos princípios definidos na Norma AA1000APS (2008): a Inclusão, a Relevância e a Capacidade de Resposta.

ATIVIDADES

A forma de encarar o futuro tem que considerar o médio-longo

prazo e o papel da sociedade como um todo, implicando, muitas vezes, uma mudança da visão e de estratégias. A LIPOR, como agente ativo e motor de mudança, acredita no seu papel, defende os princípios do DS, aplicando-os na sua gestão diária e induz, através do envolvimento de parceiros, a adoção das melhores práticas no seu “núcleo” de *stakeholders*.

Esta Visão do Conselho de Administração da LIPOR assenta em princípios fundamentais e de futuro, essencialmente a Inovação, o Espírito de Iniciativa e o Exemplo.

Neste sentido, têm sido promovidos um grande número de projetos em diversas áreas que têm transformado a Organização e melhorado significativamente o seu desempenho. Estes projetos abarcam diversos setores estratégicos, desde a Área Técnica de Gestão de Resíduos, à Inovação, ao Controlo de Gestão até à Educação e Sensibilização Ambiental e à Responsabilidade Social.

A LIPOR tem bem incutido o espírito de partilha, apostando na promoção de diversas iniciativas e atividades que privilegiam a comunicação entre parceiros, tais como: promoção de seminários técnicos e *workshops* sobre Resíduos e Sustentabilidade, participação em diversos grupos de trabalho a nível nacional e internacional, promoção de debates com Organismos/ Instituições de referência, participação em projetos de vanguarda europeus, participação em conferências como oradores, dinamização do *site*, *E-News* semanal, é associada de Instituições de referência, participa em diversos fóruns e consultas públicas, entre outras.

A nível interno, a LIPOR aposta na formação dos Colaboradores sobre Sustentabilidade. Em 2011, foram promovidas sessões de formação subordinadas ao tema “Conhecer os Re-

latórios de Sustentabilidade”, onde inclusive, houve lugar a uma dinâmica de participação ativa de todos os Colaboradores, com o repto de escreverem uma frase sobre o que para eles significa a Sustentabilidade.

DESAFIOS

O desafio diário da LIPOR é manter o seu desempenho nas vertentes da Sustentabilidade e, assim, alcançar a Excelência.

Sempre na vanguarda do setor, a LIPOR prioriza a análise dos resultados em tempo útil, a identificação de novas oportunidades, a incorporação da estratégia “definida” na estratégia “emergente” e assume-se como uma Organização versátil, recetiva à Mudança e à melhoria contínua, com o objetivo de estabelecer relações de parceria “Win-Win”.

RESULTADOS

“Rumo à Sustentabilidade”, baseia-se no conceito de uma gestão integrada de acordo com as áreas do DS:

- › **Económica**, garantindo uma maior eficiência dos processos e redução de consumos;
- › **Ambiental**, promovendo a adequada gestão dos resíduos/recursos, das emissões e demais atividades associadas;
- › **Social**, investindo na melhoria de qualidade de vida e no efeito multiplicador de comportamentos.

Consulte www.lipor.pt, secção Biblioteca, Relatórios de Sustentabilidade.

FRASES VENCEDORAS DA DINÂMICA INTERNA SOBRE “CONHECER OS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE”

« Para mim, a Sustentabilidade é o conceito de tirarmos o maior partido da mãe Natureza, criarmos o nosso bem-estar, criarmos condições para que as novas gerações usufruam, também do melhor que a Natureza tem para lhes oferecer, sem que tenhamos hipotecado o seu futuro. Como por exemplo: esgotando os recursos naturais, consumindo em demasia e sem necessidade, contribuindo para a desertificação dos solos, causando por sua vez a erosão e a poluição dos recursos hídricos e desta forma, pondo em causa a falta de água potável.

A mão humana pode, também, fazer com que haja alterações climáticas, provocando secas extremas ou invernos rigorosos e com inundações, etc...

A Sustentabilidade é o futuro do Planeta! »

António de Sousa Moutinho
(DAFCG - DCA)

« A Sustentabilidade é basilar a todas as Organizações e, a LIPOR, não é exceção.

Pensar e colocar em prática as preocupações ambientais, sociais e económicas é essencial e constitui um fator diferenciador da organização LIPOR face a outras Organizações.

A Sustentabilidade é o que nos deve mover, diariamente, para sermos mais e melhores. »

Rosa Veloso
(DECRI)



Sustentabilidade ao longo da cadeia de valor

ECOLABEL DO PAPEL

80

Anuário de Sustentabilidade 2012 ESTUDOS DE CASO

EMPRESA

O grupo Portucel Soporcel é uma das mais fortes presenças de Portugal no Mundo, suportada por conceituadas marcas presentes em mais de cem países e pela liderança europeia na produção de pasta branqueada de eucalipto e de papéis finos não revestidos.

O Grupo gera um volume de negócios anual de 1,5 mil milhões de euros, dispondo de uma capacidade produtiva anual de 1,4 milhões de toneladas de pasta branqueada de eucalipto, 1,6 milhões de toneladas de papéis de impressão e escrita e 2,5 TWh de energia, sendo líder nacional na produção de energia renovável a partir de biomassa.

Tem uma assinalável contribuição para a economia de Portugal, representando cerca de 0,7% do PIB, aproximadamente 3% das exportações de bens com um elevadíssimo coeficiente de Valor Acrescentado Nacional e 4% da produção total de energia.

Gere cerca de 120 000 ha de florestas com gestão florestal certificada e emprega diretamente mais de 2 200 pessoas.

A estrutura produtiva do grupo Portucel Soporcel integra três grandes complexos industriais, localizados em Cacia, Figueira da Foz e Setúbal, que constituem referências de qualidade, a nível internacional, pela sua dimensão, alta tecnologia e práticas ambientais, sendo de salientar a recente instalação, em Setúbal, da maior e mais sofisticada máquina de papel do mundo para a produção de papéis finos não revestidos, o mais relevante de um vasto programa de investimentos de cerca de mil milhões de euros.

O grupo Portucel Soporcel, na sua estratégia de negócio, considera como fatores-chave a inovação e a diferenciação dos seus produtos e o desenvolvimento das suas marcas próprias, responsáveis por cerca de dois terços do volume de vendas de produtos transformados e que representaram, nas vendas do exercício de 2011, crescimentos de dois dígitos em todas as áreas do mercado global onde opera, inclusivamente nos seus dois principais e mais exigentes mercados, a Europa e os Estados- Unidos.

ENVOLVIMENTO

O grupo Portucel Soporcel é o maior produtor europeu

de papéis não revestidos de impressão e escrita e o maior exportador destes produtos da Europa para os Estados Unidos, para África, para a América Latina e para o Médio Oriente.

Num mercado por muitos tradicionalmente considerado de produtos indiferenciados, o Grupo tem apostado na diferenciação, desenvolvendo a perceção de qualidade dos seus produtos, o *branding* e a inovação, onde as preocupações de sustentabilidade, ao longo de toda a cadeia de valor, têm tido um papel relevante.

O enfoque na sustentabilidade começa na floresta, onde o grupo Portucel Soporcel gere diretamente cerca de 120 000 ha certificados pelos mais reconhecidos sistemas internacionais FSC® (*Forest Stewardship Council*®- CO10852) e PEFC (*Programme for the Endorsement Certification Schemes* PEFC/ 13-23-001) e onde a gestão florestal responsável, a prevenção e combate de pragas fitossanitárias e incêndios florestais e a preservação da biodiversidade têm merecido a maior atenção.

Prolonga-se pelo mercado da sua matéria prima fundamental, a madeira de eucalipto, cultivada e produzida por dezenas de milhares de produtores florestais, a quem o Grupo tem facultado o mais cuidadoso apoio, disseminando princípios e práticas de florestação sustentável através do seu Instituto de Investigação (Raiz), fornecendo plantas de qualidade superior produzidas nos seus viveiros e estimulando, com preços premiados, a entrega de madeira certificada.

Um permanente e significativo esforço de investimento na utilização das melhores técnicas disponíveis em relação ao ambiente conduziu a que as suas unidades industriais sejam detentoras das primeiras certificações ambientais e se distingam internacionalmente pelo elevado padrão dos parâmetros ambientais associados à sua atividade produtiva.

No domínio da energia, através de um programa de longo prazo de modernização e desenvolvimento sustentável, orientado para a melhoria da eficiência energética, para o desenvolvimento da cogeração e para a adequada utilização da biomassa, o Grupo atingiu e consolidou a sua posição como grande produtor de energia e líder nacional na produção de energia a partir de biomassa.



ATIVIDADES

Tendo em conta as elevadas credenciais técnicas, comerciais e ambientais da sua atividade e os importantes aspetos de sustentabilidade da sua envolvente, o grupo Portucel Soporcel não podia deixar de ver atribuído aos seus produtos papéis um dos mais importantes, independentes e exigentes rótulos ambientais de produtos industriais, o EU Ecolabel – o Rótulo Ecológico da União Europeia – tendo para isso elaborado e concretizado um cuidadoso e trabalhoso projeto de candidatura.

O Rótulo Ecológico da União Europeia, genericamente designado por Ecolabel, é um sistema que promove produtos e serviços que cumprem rigorosos critérios de desempenho funcional e ambiental, que são o resultado de cuidadosos estudos científicos e técnicos realizados por organismos especializados e de consultas alargadas realizadas no âmbito do Comité do Rótulo Ecológico da União Europeia.

No segmento do papel para escritório e para usos gráficos, no qual o grupo Portucel Soporcel apresentou a sua candidatura, visando atingir os objetivos que se propõe nos domínios da proteção do ambiente, da saúde e dos consumidores, o sistema estabelece critérios para os parâmetros considerados fundamentais nas emissões para a água e para o ar, na gestão sustentável das florestas, na utilização de energia e de substâncias químicas perigosas, na gestão de resíduos e na aptidão ao uso.

Estes critérios ecológicos abrangem todos os processos de produção de pasta, produção de papel e produção e utilização de energia.

Nas emissões para a água estão contemplados a Carência Química de Oxigénio (CQO), os Compostos Orgânicos Halogenados (AOX) e o Fósforo (P) e, nas emissões gasosas, os Compostos de Enxofre (S), os Óxidos de Azoto (NOX) e o Dióxido de Carbono (CO₂) proveniente de fontes de combustíveis não renováveis.

Os critérios relativos à utilização de energia contemplam, quer os consumos de combustíveis, quer os de eletricidade e as emissões de dióxido de carbono provenientes de fontes de energia não renovável incluem as emissões provenientes da produção de eletricidade, seja ela feita no local ou no exterior.

Os critérios relativos às matérias-primas fibrosas estão repartidos pelos domínios das fibras virgens e das fibras recicla-

das. As fibras virgens utilizadas no fabrico de papel têm que ser cobertas por certificados que atestem a gestão responsável das florestas e da cadeia de responsabilidade, emitidos por uma entidade independente, no quadro de um sistema de certificação, como o FSC®, o PEFC ou equivalente.

As substâncias e misturas proibidas ou limitadas constituem longas listas de produtos considerados tóxicos ou prejudiciais à vida humana ou dos organismos dos meios recetores, para além do cloro elementar, tensioativos não degradáveis, biocidas potencialmente bioacumuláveis, corantes e metais pesados. Mesmo que não sejam utilizadas, como é o caso do grupo Portucel Soporcel, isso tem que ser evidenciado e comprovado.

Finalmente, as complexas regras para a gestão de resíduos impõem a existência de um exigente sistema de gestão dos resíduos resultantes das atividades e do processo industrial.

O nível de complexidade e exigência do sistema de atribuição do Ecolabel da União Europeia está calibrado de forma a que o galardão só seja alcançado por uma percentagem entre 10% e 20% dos produtos presentes no mercado.

DESAFIOS

O longo e exigente processo de concessão de licença para utilização do Rótulo Ecológico da União Europeia aos seus papéis de escritório e de usos gráficos foi percorrido e concluído com sucesso pelo grupo Portucel Soporcel.

A sua atribuição contribui significativamente para reforçar o posicionamento ambiental das marcas de papel do grupo Portucel Soporcel que são comercializadas em 119 países, em mercados da mais alta exigência em matéria de preservação ambiental.

Embora seja difícil fazer a distinção entre os vários fatores que suportam o sucesso dos papéis do grupo Portucel Soporcel nos mercados internacionais, os seus atributos de sustentabilidade, que o Ecolabel garante e promove, representam, certamente, uma significativa contribuição.

As TIC ao serviço da redução da pegada de carbono

MEO ENERGY

82

Anuário de Sustentabilidade 2012 ESTUDOS DE CASO



EMPRESA

A Portugal Telecom é uma empresa multinacional portuguesa e posiciona-se como uma operadora global de serviços de telecomunicações. Com mais de 90 milhões de clientes a nível mundial, dispõe de um portefólio de negócios diversificado em que a qualidade e inovação constituem aspetos determinantes para ser uma das mais avançadas empresas do setor.

Na Portugal Telecom a Responsabilidade Social é uma premissa fundamental, baseando a sua atuação no compromisso de contribuir para o equilíbrio da sociedade através do desenvolvimento de soluções de apoio à inclusão digital da população e à inerente promoção da literacia, da saúde, da segurança das pessoas e bens e do ambiente.

ENVOLVIMENTO

- › Conquistar sustentabilidade na cadeia de valor a montante e a jusante da sua atividade é um dos desígnios da PT;
- › Racionalizar a sua pegada de carbono e contribuir para a

racionalização da pegada de carbono dos seus clientes é uma das metas a alcançar durante o presente triénio;

› O consumo de energia é, cada vez mais, uma questão importante para as empresas e para as famílias, quer pelo seu custo quer pela respetiva pegada de carbono.

OBJETIVOS

- › Desenvolver soluções e serviços que permitam aos clientes gerir de forma racional os seus consumos energéticos induzindo simultaneamente poupanças no orçamento e na respetiva pegada de carbono;
- › Incorporar soluções "Green IT" na oferta comercial da PT;
- › Criar, desenvolver, testar, promover e comercializar uma solução de comunicação que induzirá poupanças de cerca de 20% a 40% no consumo de energia elétrica das famílias. A solução é baseada num equipamento e num serviço

interativo associado à oferta *triple play* da PT – MEO, que evidenciará os gastos de energia em casa do cliente, bem como, as áreas suscetíveis de maiores poupanças. A solução aqui apresentada é designada por MEO Energy.

O Energy é um novo serviço, suportado num equipamento que se liga ao quadro elétrico e que permite visualizar na TV – MEO Interativo – o consumo de eletricidade de casa, fornecendo informações sobre:

- › Consumos de energia em diferentes períodos de tempo;
- › Previsão de custos, em função do consumo realizado;
- › Qual o melhor plano tarifário, para o perfil de consumo de eletricidade do seu lar.

Com o MEO Energy o consumidor pode adotar as melhores práticas de poupança energética no lar:

- › Poupanço nos consumos e redução de desperdícios;
- › Conhecendo e controlando os consumos de eletricidade, sem prejuízo do conforto;
- › Escolhendo a potência elétrica e o tarifário mais adequados ao lar;
- › Seguindo conselhos e recomendações sobre poupança energética.

ATIVIDADES

O MEO Energy é constituído por:

- › Um medidor de corrente elétrica, com um transmissor sem fios, para colocação no quadro elétrico;
- › Um dispositivo que recolhe dados e faz a ligação ao Router MEO do cliente;
- › Um Mostrador Digital LCD, para visualização imediata dos consumos.

Após ter o equipamento instalado, o cliente tem de se registar em www.meo.pt/energy:

- › Nome e a morada onde o equipamento está instalado;
- › O endereço de e-mail;
- › A potência elétrica e a tarifa que tem contratado com o fornecedor de energia elétrica;
- › O identificador (ID) do equipamento.

O MEO Energy apresenta 4 categorias de informação (navegação vertical):

- › Consumos;
- › Tarifários;
- › Recomendações;
- › Definições: permite conhecer como está a ser consumida a energia pelos diversos equipamentos e pela iluminação da casa; deste modo, é mais fácil alterar hábitos de consumo, aumentando as poupanças orçamentais e de pegada de carbono nos lares.

O MEO Energy apresenta gráficos sobre os consumos de eletricidade em 4 períodos: ao dia – hora a hora; à semana – de 2.ª feira até domingo; ao mês – dia a dia; ao ano – mês a mês.

Para cada período, é possível ver: o consumo em Euros;

o consumo em kWh; a correspondente Pegada de Carbono.

Com esta funcionalidade, o consumidor pode visualizar:

- › O valor da emissão de Dióxido de Carbono (em kg CO₂), associado ao seu consumo de energia elétrica;
- › O número de árvores necessárias para anular o efeito da emissão de CO₂;
- › Uma barra de cores, posicionando o consumo do lar;
- › O MEO Energy, permite ao consumidor avaliar o impacto ambiental dos seus consumos e:
 - Criar uma maior consciência ambiental e um consumo mais responsável;
 - Contribuir para a redução da pegada de carbono das famílias;
 - Dinamizar uma sociedade com maior sustentabilidade ambiental.

O consumidor pode aceder a um quadro comparativo que apresenta, para os diferentes períodos (dia, semana, mês e ano):

- › Os valores do consumo atual;
- › Os valores do consumo medido no período anterior;
- › A previsão linear de consumo até ao final de cada período.

O MEO Energy permite ao consumidor avaliar o desvio dos consumos atuais face aos que habitualmente faz e estimar os valores para o final de cada período em análise. E, assim pode:

- › Fazer uma gestão orçamental familiar baseada no conhecimento;
- › Dinamizar uma melhor sustentabilidade económica familiar.

A PT, com este serviço, procura reforçar a sua responsabilidade ao nível social e ambiental e fomentar o consumo responsável por parte das famílias.

O MEO Energy apresenta várias recomendações para redução do consumo de eletricidade no lar com a consequente poupança da pegada de carbono.

Redução dos consumos:

- › Em casa;
- › Quando está fora de casa.

Iluminação:

- › Cuidados com a iluminação;
- › Tipos de iluminação.

Eletrodomésticos:

- › Máquina de lavar louça, lavar/secar roupa;
- › Forno/placa e micro-ondas;
- › Frigorífico/arca congeladora;
- › Pequenos eletrodomésticos.

Climatização:

- › Cuidados com o isolamento;
- › Tipos de aquecimento.

Outdoor social Siemens Portugal

MOVIMENTO “ALDEIA GLOBAL”

84

Anuário de Sustentabilidade 2012 ESTUDOS DE CASO

EMPRESA

A Siemens está em Portugal há 106 anos, sendo líder no fornecimento de soluções de engenharia nos setores de Indústria, Energia, Saúde e Infraestruturas & Cidades. Com cerca de 2000 colaboradores, duas unidades de produção e numerosas parcerias com o meio académico, a Siemens Portugal desempenha um papel ativo no desenvolvimento económico do país.

ENVOLVIMENTO

Em outubro de 2011, a Siemens realizou uma iniciativa de *team building/outdoor* social cujo principal objetivo passou por envolver mais de 500 colaboradores da empresa em trabalhos de recuperação de infraestruturas de Ponte do Rol, uma aldeia localizada perto de Torres Vedras.

Este projeto, que se insere no conceito/movimento “Aldeia Global” visou, por um lado, promover a coesão de espírito de equipa dos colaboradores da Siemens e, por outro, apoiar uma comunidade com necessidades. O movimento “Aldeia Global” promove uma abordagem de mudança e melhoria das condições de vida da população – neste caso de Ponte de Rol –, ao defender que todos podemos estar perto e longe ao mesmo tempo do “outro”, não importa o quão diferente sejamos, quebrando todos os tipos de limites (físicos e culturais).

O Centro de Dia, em funcionamento na sede da Associação de Solidariedade e Ação Social (ASAS), a Igreja Paroquial, a Escola Primária, os muros públicos, ao longo da estrada nacional, entre Benfica e Ponte do Rol, e duas casas de habitantes locais receberam a intervenção dos colaboradores Siemens ao longo de grande parte do dia.

Com estas ações, a população de 2500 habitantes – dos quais 30% são seniores, com uma idade média de 80 anos – passou a contar com um centro de dia mais acolhedor (que apoia mais de mil pessoas por ano) e uma escola primária renovada, que é frequentada diariamente por 90 alunos. Futuramente, esta infraestrutura irá acolher a nova sede da escola de música e uma sala para idosos, de modo a reforçar o relacionamento entre gerações.

Saliente-se ainda que duas habitações referenciadas pela autarquia local receberam algumas melhorias ao nível interior e exterior, tendo uma delas sido inclusivamente presenteada pela Siemens com a criação de uma horta biológica. Além disso, outras equipas compostas pelos colaboradores da Siemens fizeram entregas domiciliárias de equipamentos técnicos).

Ao longo dos últimos sete anos, a comunidade local tem estado envolvida num projeto de recuperação de casas deterioradas desenvolvido pela Paróquia em parceria com a Câmara de Torres Vedras, através do qual tem sido possível requalificar uma habitação por ano. Com esta ação, os co-





laboradores Siemens permitiram que este projeto avançasse cerca de 3 a 4 anos de uma só vez.

Os mais de 500 colaboradores que integraram esta intervenção social fazem parte do Centro de Competências da Siemens Portugal para a área financeira. Constituído maioritariamente por mulheres (70%), a faixa etária preponderante desta unidade situa-se entre os 26 e os 30 anos, embora 10% dos colaboradores tenha mais de 40 anos de idade.

ATIVIDADES

Diagnóstico inicial

Necessidade de organizar o encontro anual do Centro de Competências da Siemens Portugal para a área financeira da Siemens, composto por cerca de 500 colaboradores. Desta forma, combináramos as vertentes de *team building* e de intervenção social.

Medidas implementadas

Após visitar diversas aldeias a uma hora de distância da Siemens Alfragide, foi selecionada a de Ponte do Rol pelas suas necessidades, pelo envolvimento e colaboração dos representantes locais e pelo facto de já terem um projeto de recuperação de casas deterioradas desenvolvido em parceria com a Câmara de Torres Vedras.

Em conjunto com a instituição de solidariedade social ASAS, foram identificadas as seguintes necessidades em termos de intervenção nas infraestruturas:

- › Centro de Dia (utilizado maioritariamente pela população sénior);
- › Igreja;
- › Casa da Cultura;
- › Residências de habitantes carenciados;
- › Escola Primária;
- › Diversos espaços públicos.

RESULTADOS

Graças aos esforços combinados dos colaboradores da Siemens Portugal, das entidades e da comunidade locais envolvidas nesta iniciativa, foi possível executar numa manhã um conjunto de tarefas que permitiram avançar o projeto de recuperação existente em quatro anos.

Esta ação teve ainda um índice de satisfação de 87% entre os colaboradores, percentagem que revela a forma muito positiva como esta iniciativa foi percebida, e foi alvo de ampla cobertura mediática, com destaque para a presença no programa televisivo “Especial Natal” da SIC.

Programa de voluntariado empresarial

SOU CAPAZ

86

Anuário de Sustentabilidade 2012 ESTUDOS DE CASO

EMPRESA

Com 92 anos de história, o Grupo Soares da Costa é hoje um dos maiores grupos de construção, engenharia e obras públicas em Portugal. Aposta em recursos técnicos e humanos especializados para se destacar no mercado nacional e também além-fronteiras, onde é já reconhecido como operador de sucesso.

O mercado internacional representa atualmente 62% do seu volume de negócios, que em 2011 chegou aos 873,5 milhões de euros. Angola, Moçambique e Estados Unidos da América constituem os principais mercados externos, onde o Grupo Soares da Costa opera numa base regular, exportando para estes mercados o saber e a experiência acumulados.

ENVOLVIMENTO

O *Sou Capaz* é o programa de voluntariado empresarial do Grupo Soares da Costa (SdC), no terreno desde 2008, estando inserido na sua estratégia de Responsabilidade Social Corporativa, que tem como vetores de atuação a Educação, a Saúde e Segurança e o Ambiente.

A missão deste projeto (de âmbito nacional e transversal a todos os colaboradores do Grupo SdC) é a promoção do bem-estar social dos segmentos mais desfavorecidos da população, pelo que o seu grande objetivo passa por promover as condições necessárias para que qualquer colaborador do Grupo possa participar em ações de solidariedade social (voluntariado), durante o horário normal de trabalho, sem prejuízo da sua remuneração ou atividade.

É um programa de voluntariado apelativo, imaginativo e divertido dos Agentes Secretos *Sou Capaz*, em que os colaboradores da Soares da Costa são Agentes por mudança de atitudes e comportamentos, face ao ambiente e à sociedade.

ATIVIDADES

O projeto é dirigido a todos os colaboradores das empresas que integram o Grupo SdC, independentemente da sua função, nível hierárquico ou categoria profissional. Todos os colaboradores do Grupo SdC que queiram desenvolver ativi-

dades de voluntariado empresarial podem estar inscritos no *Sou Capaz*.

Ao efetuarem a sua inscrição no projeto, os colaboradores recebem um Passaporte e tornam-se automaticamente Agentes Secretos, sendo continuamente desafiados para participar em novas Missões.

Estas missões assumem diversos formatos: podem ser atividades de voluntariado diretas ou a participação através da entrega de bens novos ou usados (desde que em bom estado) no nosso Ecoponto Solidário.

As três áreas de atuação do Projeto são as seguintes:

› Comunidade e Ambiente

Como o próprio nome indica, todas as ações de envolvimento com a comunidade e de cariz ambiental enquadram-se nesta área de atuação. Seja através da recolha de alimentos, recuperação de espaços, plantação de árvores, ou outras formas encontradas, o objetivo é intervir de forma direta no combate a desafios sociais e ambientais reconhecidos nas comunidades onde a Soares da Costa opera.

› Competências

Esta área de intervenção pretende tirar partido das competências existentes na Soares da Costa, relacionando as múltiplas competências dos colaboradores das empresas do Grupo, com as necessidades das organizações do 3.º setor com atuação nas comunidades onde operam. Se à partida poderíamos associar estas competências diretamente à construção, o objetivo é explorar todo o universo de competências disponível. Cada colaborador tem competências úteis na comunidade e, desde o conhecimento de utilização de computadores, o conhecimento de línguas estrangeiras, a conhecimentos mais técnicos e específicos da formação de cada um, todos podem contribuir.

› Causas Comuns

Nesta área pretende-se relacionar o *Sou Capaz* com causas universais e de reconhecimento comum. Em ações próprias ou juntando-se a outras entidades e movimentos já existentes, nacionais ou internacionais, o objetivo



do trabalho dos voluntários do *Sou Capaz* nesta área, será contribuir para o alívio da pobreza e exclusão social, a minimização do nosso impacto ambiental e assistência em catástrofes.

Em 2011/2012, as instituições parceiras da SdC neste Projeto foram: Aldeias SOS, Legião da Boa Vontade, Floresta Unida e GRACE e, com elas, o *Sou Capaz* realizou várias ações, por exemplo:

- › Formação de uma bolsa de voluntários para dar apoio à Aldeias SOS em projetos e acompanhamento de obras;
- › Organização de algumas Rondas da Caridade, com a LBV, que vão desde a confeção da refeição à distribuição à população sem-abrigo;
- › Oferta e instalação de um sistema solar térmico na Aldeias SOS;
- › Participação no GIRO, uma ação promovida pelo GRACE com várias possibilidades de atuação, desde a recuperação de património, ações com pessoas descapacitadas, a trabalhos de bricolage;
- › Em conjunto com a Floresta Unida, celebrámos o Dia Mundial da Árvore com uma ação de preservação da Serra da Lousã;
- › Organização de várias campanhas de recolha no nosso Ecoponto Solidário;



- › Ao longo de todo o ano, divulgação do trabalho das instituições parceiras do *Sou Capaz*, com o objetivo de que sejam cada vez mais as pessoas a ajudar.

Mais informações podem ser solicitadas através de sustentabilidade@soaresdacosta.pt

Responsabilidade Social

SONAE E JUNIOR ACHIEVEMENT PORTUGAL

88

Anuário de Sustentabilidade 2012 ESTUDOS DE CASO

EMPRESA

A Sonae é uma empresa de Retalho, com duas grandes parcerias nas áreas de Telecomunicações, *Media* e *Software* e Sistemas de Informação (Sonaecom) e Centros Comerciais (Sonae Sierra).

Em 2011, atingiu um volume de negócios de €5,7 mil milhões e um investimento de cerca de €10 milhões no apoio à Comunidade, num total de 3.051 instituições apoiadas.

A Sonae tem como missão criar valor económico e social a longo prazo transmitindo os benefícios do Progresso e da Inovação a um número cada vez maior de pessoas. Os objetivos estratégicos passam por ganhar dimensão internacional nos negócios em que opera, diversificar os estilos de investimento e potenciar a base de ativos em Portugal, explorando novas oportunidades de negócio como forma de criar opções de investimento futuro.

ENVOLVIMENTO

A Sonae é o maior empregador privado em Portugal e tem como sua missão declarada criar valor económico e social a longo prazo, transmitindo os benefícios do progresso e da inovação a um número cada vez maior de pessoas. Acreditamos que os nossos negócios poderão contribuir para a pro-

moção do bem-estar social e cultural das comunidades onde operamos.

Uma das formas de contribuir ativamente para a melhoria da sociedade é envolver os colaboradores em ações de voluntariado. A missão do voluntariado na Sonae passa por incentivar práticas internas de voluntariado, reforçando o compromisso com a Comunidade e projetando a Sonae como uma empresa próxima, responsável, com valores e práticas de referência.

ATIVIDADES

No âmbito da sua Política de Responsabilidade Social, a Sonae desenvolveu, em 2006, uma parceria com a *Junior Achievement Portugal (JAP)*, com o objetivo de promover a educação e o empreendedorismo e fomentar junto das crianças e jovens do país o espírito criativo, a inovação, a responsabilidade e o gosto pelo risco.

O empreendedorismo e a inovação são temáticas nas quais a Sonae baseia a sua liderança nos negócios e que procura disseminar na sociedade. Sempre tivemos uma forte preocupação no fomento destes valores, pelo que temos disponibilizado os nossos recursos e a boa vontade dos nossos colaboradores para desenvolver ativamente ações junto





dos mais jovens. A parceria com a *Junior Achievement* veio expandir o nosso foco de ação e alargar o nosso compromisso.

Na prática, os programas são lecionados por voluntários da Sonae que se associam à *Junior Achievement*, nas escolas aderentes ao projeto, juntamente com os professores. As áreas de intervenção são o empreendedorismo e as finanças pessoais.

Innovation Challenge 2012

Programas

A Comunidade: é constituído por uma série de cinco atividades. Orienta o aluno numa descoberta da comunidade, dos negócios que operam no seio desta, de como o governo trabalha no sentido de desenvolver serviços para o bem-estar dos seus cidadãos, e como os cidadãos têm uma responsabilidade no bem-estar económico da comunidade.

A Empresa: é o programa bandeira da *Junior Achievement*. Alunos do ensino secundário criam uma Mini-Empresa com a ajuda de um voluntário e do professor. Os alunos reúnem capital através da venda de títulos de participação, criam um produto ou serviço, colocam-no no mercado e por último liquidam a operação e pagam os dividendos aos titulares.

A Família: é constituído por uma série de cinco atividades. Identifica o que é uma família e o seu funcionamento, o que as famílias necessitam e desejam, onde conseguem concretizar as suas necessidades e desejos, e tipos de emprego que os membros da família têm.

Economia para o sucesso: é direcionado para alunos do 9.º ano do ensino básico, é o primeiro programa a ser implementado em Portugal. O programa fornece informação prática sobre finanças pessoais e sobre a importância de identificar objetivos de educação e carreira baseados em interesses, valores e qualidades dos alunos.

Braço Direito: *Um dia no teu futuro* é um programa em que os alunos acompanham um profissional durante um dia no seu ambiente de trabalho. Nesse período, os alunos adquirem conhecimentos sobre a cultura, a ética de trabalho e as várias opções de carreira disponíveis.

RESULTADOS

No ano letivo de 2010/2011, a Sonae envolveu neste plano de voluntariado cerca de 180 colaboradores, em benefício de 2.750 jovens de todo o país, tendo o Braço Direito sido o programa com maior adesão.

Ao todo, o grupo de voluntários da Sonae realizou 1.342 horas de voluntariado em ações da *Junior Achievement Portugal*. Desde 2009, juntaram-se a este projeto cerca de 430 colaboradores levando os conteúdos a aproximadamente 7.300 alunos.

Por todo o trabalho desenvolvido, em 2011, a Sonae foi eleita, pelo segundo ano consecutivo, como a Empresa do Ano, pela *Junior Achievement Portugal*. Uma distinção que se deveu à angariação do maior número de voluntários a nível nacional.

Prosseguindo o trabalho realizado nos últimos anos, a Sonae reforçou a sua parceria com a *Junior Achievement Portugal* para o período 2011-2012, consolidando assim o seu compromisso com a Responsabilidade Social de longo prazo.

De referir ainda que a Sonae é uma das 19 empresas fundadoras do *The Global Enterprise Project*, uma iniciativa que tem como objetivo fomentar o empreendedorismo entre os jovens do ensino secundário em toda a Europa e que envolve precisamente a *Junior Achievement – Young Enterprise Europe*.

Testemunho JAP

“O apoio da Sonae tem sido fulcral no que diz respeito ao crescimento sustentável da JAP, com especial enfoque no número de voluntários envolvidos nas várias ações a nível nacional. A ligação à JAP e o empenho demonstrado para abrangermos cada vez mais alunos permitiu-nos, ao longo destes seis anos de trabalho, alcançar aproximadamente 112 000 alunos em Portugal. O nosso profundo agradecimento por esta parceria que tornará certamente mais jovens empreendedores.”

Junior Achievement Portugal

Loop 5

INOVAÇÃO, BAIXAS EMISSÕES E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

90

Anuário de Sustentabilidade 2012 ESTUDOS DE CASO

EMPRESA

A Sonae Sierra é a especialista internacional em centros comerciais, apaixonada por introduzir inovação e emoção na indústria dos centros comerciais. Apresenta uma abordagem integrada ao negócio que inclui as atividades de detenção, desenvolvimento e gestão bem como a prestação de serviços a terceiros em mercados tão diversos quanto a Europa, América do Sul e Norte de África.

A 31 de dezembro de 2011 operava em Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Grécia, Roménia, Marrocos, Argélia, Colômbia e Brasil. A Empresa está também a prestar serviços a terceiros na Croácia. A Sonae Sierra detinha, a esta data, 49 centros comerciais com uma Área Bruta Locável (ABL) de 1.924.117 m². Apresentava cinco projetos em construção com ABL de 237.800 m² e seis novos projetos em diferentes fases de desenvolvimento em Portugal, Itália, Alemanha, Grécia, Roménia e Brasil.

Em 2011 o portefólio total sob gestão, que inclui centros detidos por entidades terceiras, recebeu um total de 428 milhões de visitas.

Globalmente a Empresa apresentava ao seu serviço 1.090 colaboradores diretos, um resultado líquido operacional (EBITDA) de € 112,8 milhões e aproximadamente 8.500 contratos estabelecidos com lojistas.

ENVOLVIMENTO

Os edifícios consomem cerca de 40% da energia mundial e são responsáveis, aproximadamente, pela mesma quantidade de emissões de carbono. Mudar o padrão de consumo de energia dos edifícios recorrendo a eletricidade produzida com baixa emissão de carbono e a energias renováveis contribui para mitigar as alterações climáticas a nível global.

Em 2008, a Sonae Sierra estabeleceu uma parceria com a Foncière Euris para o desenvolvimento de um novo centro comercial, o Loop5. Com um investimento de € 265 milhões, o Loop5 foi meditado para criar um *tenant mix* moderno, customizado e proporcionar uma oferta atrativa para as famílias dentro de uma área de influência de um milhão de potenciais visitantes.

Mantendo-se fiel aos seus compromissos ao nível da Responsabilidade Corporativa, a Sonae Sierra procurou implementar neste projeto os mais altos padrões de Gestão Ambiental e Segurança e Saúde. Após a inauguração do Loop5, foram desenvolvidos esforços no sentido de melhorar a responsabilidade social e ambiental do centro comercial numa base contínua e envolvendo os membros da comunidade local neste processo.

ATIVIDADES

Durante a fase de construção do Loop5 foi implementado o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da Sonae Sierra com o objetivo de identificar e minimizar os riscos ambientais do projeto. O SGA, além de outros aspetos, inclui os *Safety, Health and Environment Development Standards (SHEDS)*, que consistem em requisitos baseados na experiência da Sonae Sierra, nas melhores técnicas disponíveis e sistemas de certificação internacionais, como o *LEED®* e *BREEAM*.

Como consequência, o centro comercial apresenta grandes áreas envidraçadas para melhor aproveitamento da luz natural que se traduz na redução da necessidade de iluminação artificial. O vidro utilizado apresenta um coeficiente de transmissão de radiação reduzido, minimizando o aquecimento e consequentemente os consumos de energia no arrefecimento do centro. Adicionalmente, foram instaladas redes de iluminação sectorizadas que permitem a ligação parcial de iluminação, de acordo com a luz natural obtida pelas áreas envidraçadas. O Loop5 está também equipado com um sistema de monitorização de energia, ligados à Gestão Técnica Centralizada do edifício (GTC), permitindo um acompanhamento regular e uma gestão do consumo do centro comercial (incluindo AVAC e iluminação), permitindo uma otimização na utilização da energia (“se não podemos medir, não o conseguimos gerir”).

Foco em energia com baixas emissões e em formas alternativas de transporte

A Sonae Sierra reconhece que a criação de edifícios sustentáveis não termina uma vez concluída a fase de construção.



A Sonae Sierra monitoriza o desempenho dos novos centros comerciais no que diz respeito à energia, água, resíduos e segurança, e identifica melhorias adicionais que necessitam de ser implementadas para otimizar o desempenho dos edifícios.

Antes da abertura do centro, foi assinado um contrato de eletricidade “verde” com um fornecedor de energia em que a eletricidade a adquirir pelo centro era produzida tendo por base fontes de energia renováveis. Em 2010, o Loop5 também acordou com o seu fornecedor de gás natural em compensar as emissões de CO₂ geradas pelo consumo de gás do centro comercial. As emissões serão inteiramente compensadas através de um projeto de reflorestamento na Nova Zelândia, gerido pelo *Forest Carbon Group* e verificado por entidades terceiras independentes.

A instalação de sistemas de energias renováveis diretamente nos seus centros comerciais é uma forma alternativa que a Sonae Sierra apresenta e que possibilita a promoção do uso de fontes de energia de base renovável, gerando simultaneamente um benefício económico para a Empresa. Em 2010, a equipa de gestão do centro comercial chegou à conclusão de que a melhor forma de concretizar este intento era alugar a cobertura do edifício a uma empresa externa para instalar e explorar um sistema fotovoltaico. Em novembro de 2010, foi celebrado um contrato de locação de 40 anos com a *Walter Konzept*, para explorar a área da cobertura do Loop5 e, em 2011, foi instalado um sistema constituído por 2.838 painéis fotovoltaicos. Este sistema deverá produzir anualmente 600.000 kWh de eletricidade, que servirá para alimentar a rede elétrica e contribuir para aumentar a percentagem de energia renovável usada em toda a rede. Além de evitar a emissão de 300 toneladas de CO₂ todos os anos, este sistema proporcionará benefícios financeiros ao Loop5 com os rendimentos obtidos da renda anual paga pela *Walter Konzept*.

Para além das medidas mencionadas anteriormente, o centro comercial também ampliou o parque de bicicletas para criar cerca de 65 espaços adicionais. Para os visitantes que se deslocam ao Loop5 através de automóvel, o centro instalou estações de carregamento de baterias no parque de estacionamento, onde de forma gratuita os visitantes podem carregar as baterias dos carros elétricos. Por último, existem

lugares de estacionamento prioritários para *Car Sharing*.

Foco na eficiência energética

Em 2011, o Loop5 implementou um plano detalhado para otimizar o consumo de eletricidade, ajustando os tempos de operação das instalações técnicas e de iluminação. Como resultado, o centro alcançou uma redução de 15% no consumo de eletricidade (kWh por m² de *mall* e instalações sanitárias) em 2011 comparado com 2009, representando uma poupança de cerca de € 100.000.

O Loop5 contratou também uma auditoria energética para identificar potenciais medidas de eficiência e incluir as recomendações aplicáveis num Plano de Investimento futuro.

Adicionalmente, foram identificados os lojistas com consumos de energia mais elevados no centro e foi definido com estes um plano para redução de consumos até ao final de 2011.

RESULTADOS

O Loop5 alcançou resultados interessantes em algumas das áreas e aspetos prioritários de Responsabilidade Corporativa, nomeadamente no que respeita a energia e emissões de carbono, onde podemos destacar a redução do consumo de eletricidade em 15% (comparando com valores de 2009), representando uma poupança de cerca de € 100.000 e uma redução das emissões de gases com efeito de estufa (âmbito 1 e 2 mais viagens de negócio em avião) em 45% face a 2010.

Em 2011, o centro manteve uma *performance* positiva em relação a estes aspetos ambientais, nomeadamente:

- › Eficiência energética de 519 kWh/m² de *mall* e instalações sanitárias – comparado com 582 de média do portefólio na Alemanha;
- › Emissões de gases com efeito de estufa (âmbito 1 e 2 mais viagens de negocio em avião) de 0,004 tCO₂e/m² ABL – comparando com 0,028 de média total do portefólio global.

Estratégia da Sugalidal para as Alterações Climáticas

GOING GREEN

92

EMPRESA

A Sugalidal – Indústrias de Alimentação, S.A. é uma empresa privada de capitais exclusivamente nacionais, tendo como objeto social a produção de derivados de tomate. Encontra-se integrada num dos maiores grupos agrícolas e económicos do país e prima pelo seu reconhecido prestígio nacional e internacional, construído sobre mais de meio século de atividade. É constituída por duas fábricas em Portugal, sediadas em Azambuja e Benavente e, desde o ano de 2011, também uma fábrica em Espanha – Las Cabezas de San Juan (Sevilla). Através do seu processo produtivo são obtidos para além dos mais variados tipos de concentrado de tomate uma gama alargada de polpas de tomate, *ketchup* e outros molhos diversos à base de tomate para além de tomate em cubos.

ENVOLVIMENTO

Consciente do impacto das Alterações Climáticas e sendo a gestão ambiental um fator estratégico de competitividade e de criação de valor para a sua atividade de negócio, a Sugalidal é a primeira empresa do seu setor abrangida pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) a implementar um projeto de gestão do carbono de forma voluntária e ir para além das suas fronteiras de controlo, direcionando-se para o que pode guiar e influenciar. Sendo que a Sugalidal já vem a acompanhar as emissões relativas ao consumo de combustíveis nas suas instalações desde 2005 (ano em que entrou no CELE), trata-se de uma atitude de responsabilidade climática que corporiza o esforço da Sugalidal em ir além dos requisitos legais no que diz respeito ao combate nas Alterações Climáticas, respondendo às expectativas dos seus *stakeholders*.

PROJETO

Com este projeto que denominámos por *Going Green* pretende-se reforçar uma atitude que não está confinada aos portões das suas fábricas, nem ao vermelho do tomate que processa, vai às raízes, aos campos e busca a eficiência, contando com a ajuda de todos os seus parceiros para encontrar o efeito multiplicador de um pensamento verde, logo, de bai-



xo carbono, em todas as fases de vida das suas operações – do campo até ao prato.

Este projeto tem como objetivo estratégico promover, de forma voluntária, a gestão eficiente das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), por forma a conhecer e reduzir os impactos da atividade da Sugalidal, e da sua cadeia de valor sempre que possível, para o efeito global das Alterações Climáticas.

A Pegada de Carbono foi, neste projeto, uma ferramenta vital, realizou-se pela primeira vez a contabilização das emissões de GEE decorrentes da atividade da Sugalidal em 2010.

A Pegada de Carbono da Sugalidal foi calculada segundo as orientações do Protocolo de GEE, o seu suplemento relativo a toda a cadeia de valor e ainda na norma ISO 14064:1. A fim de capturar totalmente a realidade e as circunstâncias da Sugalidal, os fatores de emissão e outros parâmetros, foram adotados a partir das metodologias propostas pelo Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC), conforme adaptadas à realidade nacional pela Agência Portu-



guesa do Ambiente (APA) e que são constantes no *National Inventory Report (NIR)*.

A Pegada de Carbono da Sugallidal em 2010 traduziu-se na emissão total de 125 731 tCO₂e, em que as três atividades com maior representatividade foram: o consumo de combustíveis nas instalações, a produção de eletricidade adquirida e a gestão de solo agrícola na produção do tomate.

Analisando a cadeia de valor da Sugallidal, verificamos que as emissões de responsabilidade direta (âmbito 1), representaram 37% do total, enquanto as de responsabilidade indireta (âmbito 2 e 3) representaram 63%.

A Pegada de Carbono é uma ferramenta vital desta missiva *Going Green*, tendo sido já sido feito o reporte no *Carbon Disclosure Project*, o sistema mundial de referência em termos de *reporting* de carbono ao nível corporativo e uma ferramenta de avaliação de *performance* pelos investidores. Os próximos passos envolverão a análise das várias fontes de emissões bem como o estabelecer de um Plano de Redução de emissões, diretas e indiretas e ainda um Programa de Comunicação reve-

lador do posicionamento da Sugallidal perante as Alterações Climáticas.

RESULTADOS

A Sugallidal tem uma preocupação muito grande com as Alterações Climáticas, especialmente quando se tem em conta a ligação estreita dos impactes no clima da sua atividade. A experiência que a Sugallidal tem ao nível do CELE (onde participa desde 2005), em especial ao nível do investimento em medidas de racionalização de energia, traduziu-se em significativas reduções reais de emissões. Incorporando agora toda a informação proveniente da Pegada de Carbono, consegue-se, com certeza, uma formulação forte e uma concretização eficaz de um plano de redução que vai além das suas fronteiras de controlo direto num trabalho conjunto com os seus parceiros.

Cluster da Cooperação Portuguesa em Timor Leste

PROGRAMA MÓS BELE

94



EMPRESA

A TerraSystemics é uma empresa de consultoria e desenvolvimento de projetos sediada em Lisboa, operando nas áreas de ambiente e desenvolvimento sustentável.

Fatores como a forte experiência e elevada qualificação da sua equipa fazem desta empresa um parceiro privilegiado para projetos nas áreas de energia, ambiente e desenvolvimento.

O constante empenho em identificar sinergias e negociar parcerias para o desenvolvimento de soluções inovadoras, que produzam os melhores resultados para os seus clientes, fazem da TerraSystemics uma referência no setor.

A TerraSystemics comercializa, em exclusividade para Portugal, os serviços de gestão integrada de carbono da *e)mision*®. A *e)mision*® convida empresas, organizações e particulares a tomarem medidas para reduzir a sua pegada de carbono através da neutralização (compensação) das emissões inevitáveis.

ENVOLVIMENTO

No seguimento do trabalho desenvolvido na área das alterações climáticas com países em vias de desenvolvimento, a TerraSystemics tem vindo a alargar as suas competências para as questões económicas, sociais e institucionais na base da agenda do desenvolvimento internacional sustentável.

Através dos serviços de gestão integrada de carbono oferecidos pela *e)mision*®, a TerraSystemics contribui, através da gestão e compensação voluntária de carbono, com soluções que reduzam os gases com efeito de estufa, melhorem a eficiência energética, e contribuam para uma sociedade e economia *low carbon*.

Nesse sentido e tratando-se do primeiro projeto de cooperação portuguesa com o conceito de *Cluster* de Cooperação, focado em questões de Direitos Económicos, Ambientais, Sociais e Culturais, o Programa Mós Bele assume o desafio de uma intervenção inovadora: modelo de criação de valor sustentável, através da integração, em Maubara, dos diferentes

projetos, ao nível da educação, saúde, desenvolvimento rural e crescimento económico, cujos objetivos e resultados são sistematizados, partilhados e correlacionados.

A *e)mission*® tem colaborado com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P. (IPAD), que decidiu assumir voluntariamente a responsabilidade pelo impacto das suas atividades no clima, no sentido de se contabilizar e neutralizar a pegada de carbono da coordenação do Programa Mós Bele – Cluster de Cooperação Portuguesa em Timor-Leste. O inventário das emissões de gases com efeito de estufa, realizado anualmente pela *e)mission*®, teve início em 2008.

ATIVIDADES

Diagnóstico inicial

Definiram-se as fronteiras, organizacional e operacional, que incluem a descrição dos limites do sistema, definição das atividades, serviços e instalações da entidade a contemplar no cálculo da pegada de carbono.

Medidas implementadas:

- › Fortalecimento das competências relacionais e cívicas, em termos de educação, saúde, nutrição, direitos e deveres;
- › Fortalecimento das competências laborais chave potenciadoras de uma especialização local/regional;
- › Desenvolvimento das atividades económicas ao nível do setor primário: agricultura, floresta e pesca;
- › Desenvolvimento de atividades económicas, ao nível do setor secundário e de serviços, potenciando a equidade e a inclusão social dos grupos alvo mais vulneráveis, nomeadamente das mulheres e dos jovens;
- › Promoção de serviços de Educação e Saúde integrados e de proximidade;
- › Qualificação do espaço “urbano”, no contexto rural de Timor-Leste;
- › Responsabilidade ambiental, eco-eficiência e combate às alterações climáticas;
- › SIGMB – Sistema Integrado de Gestão do PMB;

- › Biti Bot Maubara – primeira pousada oficial do Turismo de Timor-Leste;
- › Oecussi – aplicação de “boas práticas” da intervenção em Maubara.

RESULTADOS

Cumprindo os desafios, o Programa Mós Bele é o primeiro programa da Cooperação Portuguesa com certificado de emissões / pegada de carbono neutra, incluindo os Produtos Mós Bele comercializados no Kioske Timor. No gráfico seguinte encontra-se a pegada de carbono ao longo dos vários anos de existência do Programa.

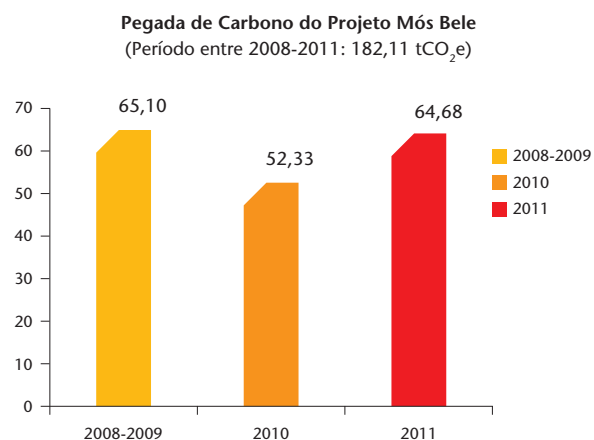


Figura – Evolução das emissões de carbono do Programa Mós-Bele desde 2008 até 2011



Xerox ao lado das empresas a encontrar “Smart Ways to GO Green”

UM PASSO A MAIS NA SUSTENTABILIDADE

96

EMPRESA

Xerox Portugal é uma organização em desenvolvimento contínuo e procura constante de novas tecnologias e soluções adequadas às necessidades e expectativas dos clientes, assente num ambiente estimulante e flexível à participação de todos os colaboradores.

Integrada numa organização de nível mundial é hoje uma empresa líder global, avaliada em 22,5 mil milhões de dólares, dedicada aos processos de negócio e gestão documental. Através do seu vasto portefólio tecnológico, serviços e ofertas de *outsourcing*, a Xerox disponibiliza soluções de impressão quer para ambientes de escritório, quer para os mercados da indústria das artes gráficas.

A sua abordagem de serviços em *outsourcing* de documentos permite posicionar-se no mercado como parceiro de valor comprovado, que compreende os desafios dos diferentes setores permitindo que os clientes se foquem naquilo que fazem de melhor: o seu verdadeiro negócio.

Posicionando-se como uma marca orientada para o cliente, centrada na inovação tecnológica e qualidade, assume preocupações ao nível da responsabilidade social e preservação do meio ambiente.

Concentra o seu investimento na Pesquisa e no Desenvolvimento de novas soluções para a área das Tecnologias de Informação e faz parte de um grupo que atua em 160 países, de todos os continentes.

A Xerox Portugal opera em Portugal desde 1965 a partir da sua sede em Lisboa e com concessionários e parceiros autorizados espalhados por todo o país.

ENVOLVIMENTO

A adoção de tecnologias *green* tem vindo a crescer ao longo

dos anos entrando agora numa fase de enorme expansão e consolidação.

Acreditamos que este é o ciclo natural de evolução tendo em conta que, se recuarmos alguns anos, o conceito *green* quase não existia ou era muito pouco explorado. E quando a generalidade das empresas de TI começaram a ter esta consciência investindo em soluções/aplicações mais verdes, mais não fizeram que acompanhar o *boom* do consumo e esta “moda” o que significava aderir a este novo tipo de soluções.

O que assistimos hoje é um novo paradigma, ao deixarmos cair definitivamente a ideia de que investir em tecnologias amigas do ambiente não é mais uma “moda” tornando-se mais dispendioso, e que o retorno não compensa o investimento, ser mais “verde” já não é uma opção extra para o sucesso de qualquer negócio, é sim a forma de o realizar e adicionar valor ao próprio negócio.

Na Xerox acreditamos que este é o futuro e o caminho certo para, fazer negócios.

Todos os analistas de mercado indicam que a Xerox é uma das empresas que tem liderado esta mudança. Só em 2011 investimos cerca de 800 milhões de dólares em inovação, sendo que boa parte está direcionado para tecnologia e soluções mais sustentáveis.

Por outro lado, as empresas começam a olhar para a certificação nomeadamente nas normas ambientais como uma forma de excelência e diferenciação no mercado, mas não só, outra das ideias que está a ser abandonada é de que sustentabilidade é apenas ser “mais amigo do ambiente”. Ser “mais verde” vai muito além disso. É todo o movimento que a organização faz de dentro para fora no sentido de alicerçar as suas operações sobre os 3 pilares da sustentabilidade: respeitar as normas ambientais e procurar novas formas de reduzir a “pegada de carbono”, ser financeiramente viável, libertando recursos para possibilitar interna e externamente investimentos de cariz social.



Uma das mudanças que a Xerox enquanto fornecedor de IT e serviços identifica claramente é que as empresas estão cada vez mais a pré-selecionar os seus fornecedores e parceiros mediante exigentes requisitos de sustentabilidade dos seus produtos e serviços.

ATIVIDADES

Na Xerox orgulhamo-nos de estar a olhar sempre mais à frente no mercado, a Xerox desenvolve desde os anos 60 soluções, que a par do pressuposto da redução de custos operacionais, ajudam os clientes a reduzirem os impactos no ambiente. Soluções baseadas em equipamentos desenvolvidos a pensar na poupança de energia e na sua posterior reutilização ou reciclagem, *toners* que produzem até menos 90% de resíduos, papel reciclado e processos de produção certificados internacionalmente, são algumas das ações que a Xerox coloca em prática para desenhar infraestruturas de impressão com o mínimo impacto em termos da “pegada de carbono”, e tudo isto sem incremento dos custos finais para o cliente.

Por outro lado, a proposta valor da Xerox assenta também em ajudar os seus clientes a adotar políticas de impressão mais sustentáveis para o ambiente e para a própria estrutura de custos da organização.

E foi neste âmbito que lançamos recentemente o **Programa Xerox GO Green**, que vem adicionar valor aos clientes com serviços de impressão Xerox (*Managed Print Services*), mesmo num ambiente tecnológico multimarca.

O principal objetivo é suportar as organizações no atingimento dos seus objetivos de sustentabilidade corporativa, envolvendo todos os colaboradores.

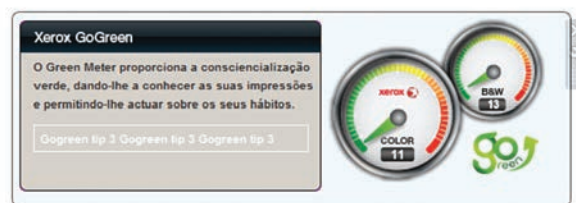
Quando falamos de induzir e envolver todos os colaboradores em comportamentos mais sustentáveis, sabemos que estas atitudes têm que ser voluntárias, pelo que é necessário criar ferramentas que ajudem as organizações nessa tarefa.

Com esta aplicação conseguimos uma autorregulação desses comportamentos de uma forma responsável e permanente.

A aplicação **Green Meter** é uma patente registada pela Xerox Portugal, é única no mercado, e visa exatamente dar aos clientes uma ferramenta que ajude a envolver toda a organização no cumprimento dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos.

RESULTADOS

Pela abrangência que tem, este é um projeto em desenvolvimento e melhoria contínua, no entanto todos os objetivos e desenvolvimentos definidos inicialmente estão alcançados e implementados.



Utilizamos o próprio ambiente de impressão interno da Xerox Portugal para o testar e está totalmente implementado com resultados já possíveis de serem medidos: menos 30% de consumo de energia, menos 29% de volumes de impressão, “0” desperdício de papel e

100% de utilizadores com a aplicação **Green Meter** instalada permitindo a cada colaborador ter visibilidade e autocontrolo sobre o impacto individual dos seus comportamentos de impressão, para os objetivos de sustentabilidade da organização no geral.

Este é um projeto desenvolvido pela Xerox em Portugal e após o sucesso da implementação na Xerox Portugal estamos já a efetuar *roll outs* em vários clientes com a mesma taxa de sucesso, bem como a replicar esta aplicação e oferta por todos os países da Xerox Europa.

Xerox GO Green foi um dos 5 finalistas dos Prémios **Green Project Awards** 2012.



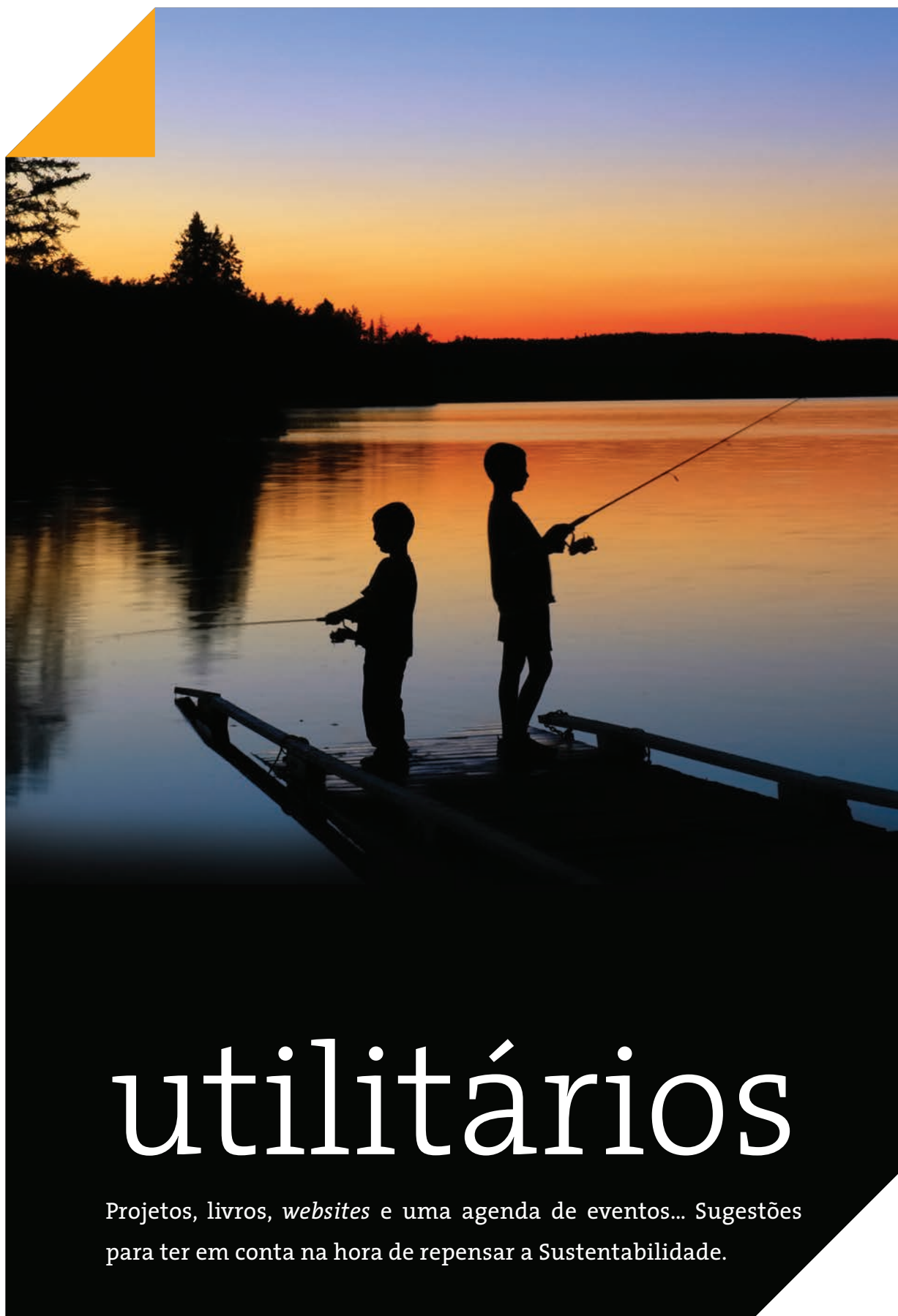
RAINHO&NEVES

ARTES GRÁFICAS

Empresa competitiva, inovadora e qualificada
para todo o tipo de serviços gráficos – Design,
Pré-impressão, Impressão e Acabamento.

Competência · Inovação · Qualidade





utilitários

Projetos, livros, *websites* e uma agenda de eventos... Sugestões para ter em conta na hora de repensar a Sustentabilidade.

Projetos

» Projeto Kakuma

A EDP juntou-se ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) para levar energias renováveis e soluções ambientalmente sustentáveis ao campo de refugiados de Kakuma, no Quênia. Este é um projeto global inédito apresentado por ocasião da 5.ª conferência anual da Iniciativa Global Clinton (IGC), realizada em Nova Iorque em setembro de 2009. Uma ideia simples que, logo nesta fase inicial, revolucionou a vida de mais de 70.000 pessoas.

Destaques do Projeto:

- › Instalação de cerca de 47 kW em sistemas fotovoltaicos de energia solar e mais de 1.500 lâmpadas de baixo consumo em 11 edifícios. As estruturas metálicas foram construídas localmente, à semelhança das salas técnicas que albergam os equipamentos elétricos.
- › 30 fornos solares de elevada qualidade.
- › 4000 lanternas solares para estudantes de cerca de 20 escolas, na sequência de um acordo escrito entre os encarregados de educação, os estudantes e as respetivas escolas.
- › Instalação de 31 candeeiros solares de rua.
- › Instalação de três sistemas de bombagem para explorações agrícolas de pequena dimensão e reforestação.



- › Ações de formação técnica para cerca de 100 refugiados.
- › O impacto ambiental e social de todo o projeto-piloto será monitorizado e avaliado com o apoio de dois parceiros externos especializados.
- › Estudo detalhado dos custos incorridos pelos refugiados e pela comunidade local (de acolhimento) com a iluminação e consumo de energia.

Mais informações em
www.edp.pt

» Prémio de Sustentabilidade das empresas Sonae

O Fórum da Sustentabilidade das Empresas Sonae lançou uma iniciativa que pretende reconhecer os projetos sustentáveis nas áreas ambiental, de recursos humanos e de responsabilidade corporativa. A primeira edição do Prémio de Sustentabilidade das Empresas Sonae teve como vencedor o Pólo Logístico da Maia, uma referência internacional em termos de eficiência ambiental, económica e social.

O Pólo Logístico da Maia foi o grande vencedor da primeira edição do Prémio de Sustentabilidade promovido pelas Empresas Sonae. O projeto destaca-se pela incorporação dos princípios de sustentabilidade em todas as fases, desde a construção, ao nível das infraestruturas desenhadas, até à definição e implementação dos processos operacionais.

O desenvolvimento deste projeto permite demonstrar que a implementação de medidas eficientes a nível ambiental tem impacto positivo também a nível económico e social, com poupanças de custos assinaláveis e melhoria das condições de trabalho.

O Prémio de Sustentabilidade das Empresas Sonae procura incentivar a implementação de medidas para reforçar o desenvolvimento sustentável em cada área de negócio e distinguir os melhores projetos que conciliam as vertentes econó-

mica, ambiental, social e envolvimento com os stakeholders. O prémio abrange a Sonae e suas áreas de negócio, a Sonae Indústria e a Sonae Capital, tendo sido enviadas mais de três dezenas de candidaturas.

Luís Reis, presidente do Fórum de Sustentabilidade das Empresas Sonae, realça que “Mais do que o número de candidaturas é impressionante o número de pessoas envolvidas em cada um dos projetos e o entusiasmo com que os implementam. No final, as pessoas fazem a diferença, são pessoas extraordinárias que levam a que os projetos que foram hoje premiados sejam referências mundiais nos diferentes setores, e são demonstrativos de que a Sustentabilidade é hoje parte integrante da nossa cultura”.

A primeira edição do Prémio de Sustentabilidade das Empresas Sonae distinguiu como vencedor o Pólo Logístico da Maia, e atribuiu quatro menções honrosas aos projetos: Desenvolvimento de Centros Comerciais Sustentáveis, Centro Comercial Le Terrazze, Conservação de Energia no Centro Comercial River Plaza e Ecoponto do Pátio Brasil Shopping.

Mais informações em
www.sonae.pt

» Que peixe comer para um consumo sustentável?



O projeto da LPN tem como objetivos organizar e disponibilizar informação simplificada sobre as principais espécies de peixe consumidas e capturadas em Portugal de modo a possibilitar um consumo de pescado informado da parte dos consumidores. Consiste na elaboração de um website com informação sobre o estado das principais espécies de peixe consumidas em Portugal e alternativas de substituição por espécies mais sustentáveis. Pretende-se também, através de diferentes formas de comunicação, lançar o tema para a discussão pública.

Com o apoio do Programa Gulbenkian Ambiente da Fundação Calouste Gulbenkian

O consumo sustentável foi o tema escolhido para o concurso AGIR AMBIENTE 2009, com o objetivo de contribuir para a alteração de atitudes e comportamentos em busca de padrões de consumo mais solidários, socialmente mais justos, e ambientalmente mais sustentáveis.

Neste contexto convém salientar que Portugal é um dos países onde se consome mais peixe a nível mundial. Em 2005 foi o país da Europa com maior consumo de produtos da pesca: 56 Kg per capita, seguido pela Espanha e França com 41 e 30 Kg respetivamente. A tradição cultural, hábitos de consumo e o elevado consumo de peixe em Portugal são fortes razões para que haja uma maior preocupação e interesse sobre o consumo dos produtos do mar.

Os investigadores alertam cada vez mais para a necessidade de garantia da sustentabilidade dos ecossistemas marinhos, para a gestão dos stocks de pesca e para a preocupação sobre como continuamos a alimentar-nos com peixe sem condicionar as gerações futuras. A pesca é a última

grande indústria que explora recursos naturais selvagens para a alimentação. Esta atividade tem alterado dramaticamente a estrutura de muitas populações de peixe, havendo uma taxa crescente do declínio dos recursos marinhos e da biodiversidade associada a estes.

Sendo o produto final da pesca condicionado pelo consumidor, o consumo de peixe é uma fase chave no processo onde as organizações não governamentais podem atuar.

O consumidor é um ator importante em todo o processo e condiciona indiretamente a sustentabilidade da exploração dos recursos marinhos. Desta forma torna-se necessário informar o consumidor e disponibilizar toda a informação possível sobre o peixe que é comercializado para que a escolha seja consciente e adequada a um consumo sustentável.

O projeto da LPN tem como objetivos organizar e disponibilizar informação simplificada sobre as principais espécies de peixe consumidas e capturadas em Portugal de modo a possibilitar um consumo de pescado informado da parte dos consumidores. Consiste na elaboração de um website (www.quepeixecomer.lpn.pt) com informação sobre o estado das principais espécies de peixe consumidas em Portugal e alternativas de substituição por espécies mais sustentáveis. Pretende-se também, através de diferentes formas de comunicação, lançar o tema para a discussão pública.

O peixe é um dos últimos recursos selvagens utilizado na alimentação e o seu consumo condiciona diretamente a sustentabilidade da pesca.

Mais informações em
www.quepeixecomer.lpn.pt > www.lpn.pt

Sites



ADENE – Agência para a Energia

A ADENE é uma instituição pública participada pelo Ministério da Economia e da Inovação, que realiza, prioritariamente, atividades de interesse público no domínio da política energética e dos serviços públicos concessionados ou licenciados no setor da energia, podendo atuar em áreas relevantes para

outras políticas sectoriais, quando interligadas com a política energética, em articulação com os organismos públicos competentes.

www.adene.pt



EcoCASA

Lançado pela Quercus, o projeto EcoCasa centrou-se desde o início nos temas da eficiência energética e das alterações climáticas. Sensibilizar para uma melhor gestão do consumo de energia no setor doméstico era, e continua a ser hoje, o objetivo principal. Como? Incentivando uma

procura mais moderada e demonstrando como tornar mais eficientes os consumos diários.

www.ecocasa.org



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é o órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que tem por mandato promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo.

www.undp.org



Ano Europeu do Envelhecimento Ativo

O Ano Europeu para o Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações procura encorajar a sociedade a refletir sobre como quer envelhecer e a tomar a iniciativa, a vários níveis, para criar oportunidades para envelhecer ativamente e reforçar a soli-

dariedade entre gerações. Não é uma “missão impossível” mas é um desafio complexo que exige compromissos de todas e de todos. Conheça aqui as iniciativas levadas a cabo em Portugal.

www.envelhecimentoativo.pt



Eu não faço lixo

A Lipor tem vindo a desenvolver ações de informação e sensibilização públicas orientadas para a prevenção da produção de resíduos e para a respetiva reciclagem e valorização orgânica, das quais se destacam o projeto Eu Não Faço Lixo. Neste site o cidadão tem à sua disposição um

conjunto de informações úteis para aprender a reduzir a quantidade de resíduos produzidos diariamente em casa, no escritório, nas compras, em viagem, entre outros.

www.eunaofacolixo.com



O meu Eco-Sistema

É um projeto de cidadania participativa iniciado pelo GEOTA, partilhado já por dezenas de parceiros institucionais e destinado aos cidadãos de todo o país, que visa promover e agilizar a relação entre os cidadãos e as entidades que tutelam o espaço público, serviços e equipamentos in-

cluídos, através da disponibilização de ferramentas específicas de avaliação, sugestão e colocação de dúvidas.

www.omeueco-sistema.pt



Social Accountability International

A Social Accountability International (SAI) é uma organização não-governamental, multistakeholder, cuja missão é promover os direitos humanos dos trabalhadores em todo o mundo. Promove os direitos humanos dos trabalhadores, as con-

dições de trabalho, os direitos do trabalho, a responsabilidade social corporativa e o diálogo social.

www.sa-intl.org



TopTen

O TopTen é uma ferramenta de pesquisa on-line que pretende orientar o consumidor na escolha de diversos equipamentos consumidores de energia, que utilizamos diariamente: eletrodomésticos, lâmpadas, equipamento de escritório e ainda automóveis.

www.topten.pt



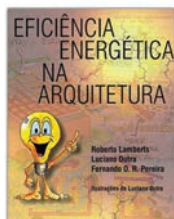
Guia de Aplicações de Gestão de Energia e Eficiência Energética

Ano 2010 (2ª Edição)

Autor André Fernando Ribeiro de Sá

Editora Publindústria

O objetivo deste livro é evidenciar algumas potenciais aplicações de gestão e energia e eficiência energética, nomeadamente: produção eficiente, quer sejam com fontes de energia renovável, quer sejam através de algumas fontes de energia convencional; minimização de perdas nas redes de distribuição de energia elétrica; otimização da utilização de equipamentos térmicos; sistemas de iluminação; sistemas de cogeração; sistemas de força motriz, sistemas de ar comprimido, sistemas frigoríficos, sistemas de bombagem, sistemas de ventilação, edifícios, transportes e gestão de tarifário. No entanto, ainda muitas aplicações poderiam ser incluídas. O desafio proposto é maximizar a aplicação das medidas de economia de energia de uma forma sustentável: pela economia, mas também pelo ambiente e pela sociedade.



Eficiência Energética na Arquitetura

Ano 1997

Autor Roberto Lambers, Luciano Dutra e Fernando O. R. Pereira

Editora PW Editores

Discute os principais conceitos relativos à gestão e controlo do consumo de energia nas edificações, tendo como critério central de projeto o conforto dos utilizadores. O livro é dirigido a todos os que atuam na área de projeto, construção e operação do ambiente construído, com uma linguagem adequada tanto para estudantes universitários quanto para profissionais.



Eficiência Energética em Edifícios

Editora World Business Council for Sustainable Development

Autor World Business Council for Sustainable Development

Dez empresas, com sede em seis países, investigaram e sintetizaram dados excepcionais refletindo mais de 100 mil milhões de metros quadrados de espaço e dois terços da procura de energia a nível mundial.

O resultado é uma panorâmica mais detalhada do estado atual da procura de energia no setor da construção, do que alguma vez foi compilado. Acima de tudo conclui que todos os partici-

pantes podem reduzir imediatamente a procura de energia mundial e reduzir as emissões de carbono utilizando as tecnologias e o conhecimento que hoje estão disponíveis.



Manual de Envelhecimento Ativo

Ano 2011

Autor Oscar Ribeiro e Constança Paúl

Editora Lidel

O Manual de Envelhecimento Ativo foi elaborado por profissionais do âmbito da Gerontologia e expõe um conjunto de indicações para que o envelhecimento seja uma experiência positiva e para que as pessoas invistam no seu potencial para o bem-estar físico, social e mental ao longo do curso da vida. Desde a autopromoção da saúde, tendo por base a importância do exercício físico e mental e uma alimentação adequada, à vivência plena dos afetos e das relações sociais, e à gestão dos múltiplos afazeres do quotidiano, esta obra procura também alertar para a importância da proteção e segurança nesta etapa de vida e de uma participação efetiva na sociedade, de acordo com as necessidades, direitos e capacidades individuais. É um livro que, em jeito de manual, se destina a todos aqueles que, encontrando-se cientes do seu processo de envelhecer, procuram manter-se ativamente comprometidos com a vida, dela retirando o máximo prazer, qualidade e vitalidade.



Ideias para um Envelhecimento Ativo

Ano 2011

Autores Luis Jacob, Hélder Fernandes, Augusta Branco, Lucia França, Emília Rodrigues, Teresa Almeida Pinto, Carla Santos, Dora Rodrigues e Helena Paiva

Reúne o contributo dos autores nos seguintes temas:

1. O Envelhecimento Ativo: Uma Perspetiva Psicossocial por Emília Magalhães
2. Gestão de emoções em Seniores por Augusta Veiga Branco
3. Memorize! por Hélder Fernandes
4. Sexualidade na idade maior por Luís Jacob
5. Universidades Seniores: Criar novos projetos de Vida por Luís Jacob
6. Novas Tecnologias por Teresa Almeida Pinto
7. Turismo sénior: Importância, Desafios e Estratégias por Carla Santos
8. Preparação para a reforma: responsabilidade individual e coletiva por Lúcia França
9. Testemunhos de um envelhecimento ativo por Dora Rodrigues e Helena Paiva
10. 21 Ideias para o envelhecimento ativo por Luís Jacob

Agenda



104

EcoSummit 2012 – Ecological Sustainability

Data 30 de setembro a 5 de outubro de 2012

Local Columbus, EUA

Organização Ohio State University, MORPC, ESA, INTECOL e Society of Ecological Restoration

Informações www.ecosummit2012.org

Feira Internacional do Portal da Construção Sustentável

Data 1 a 4 de outubro de 2012

Local Braga

Organização Portal da Construção Sustentável

Informações www.csustentavel.com

Alterações Climáticas – Escassez de Água e Eficiências Energética e Hídrica no Ciclo Urbano da Água

Data 2 de outubro de 2012

Local Lisboa (Auditório da Águas de Portugal)

Organização Organização APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas

Informações www.apda.pt

Fim de semana Europeu de Observação de Aves

Data 6 de outubro de 2012

Local Corroios

Organização Grupo Flamingo - Associação de Defesa do Ambiente

Informações geral@grupoflamingo.org

15.º Encontro de Engenharia Sanitária e Ambiental (15º ENaSB)

Data 10 a 12 de outubro de 2012

Local Évora

Organização Organização Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB)

Informações www.15enasb.org

1st International Off-grid Renewable Energy Conference

Data 10 a 12 outubro de 2012

Local Accra, GANA

Organização Alliance for Rural Electrification (ARE), ECOWAS Regional Centre for Renewable Energy e Energy Efficiency (ECREEE) e International Renewable Energy Agency (IRENA)

Informações www.ruralelec.org

7.ª Expo Conferência da Água

Data 16 e 17 de outubro de 2012

Local Lisboa

Organização Organização Jornal Água e Ambiente

Informações expoagua@about.pt

III Seminário Luso-Brasileiro de Ciências do Ambiente e Empresariais

Data 19 e 20 de outubro de 2012

Local Unilins, BRASIL

Organização Centro Universitário de Lins, Instituto Superior D. Afonso III e Universidade de São Paulo

Informações cicae@inuaf-studia.pt

Expobioenergía 2012

Data 23 a 25 de outubro de 2012

Local Valladolid, Espanha

Organização Avebiom e Cesefor

Informações www.expobioenergia.com

2ª Conferência Nacional sobre Sustentabilidade no Setor do Turismo

Data 27 de Outubro de 2012

Local Lisboa

Organização Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente

Informações conferencias.aape.pt

Feira Internacional de Meio Ambiente Industrial e Sustentabilidade – FIMAI 2012

Data 6 a 8 de novembro de 2012

Local São Paulo, Brasil

Organização Revista Meio Ambiente Industrial

Informações www.fimai.com.br

Workshop Europeu sobre Envelhecimento e Inovação Social

Data 19 e 20 de novembro de 2012

Local Lisboa

Organização Representação em Portugal da Comissão Europeia em 2012 e Fundação Calouste Gulbenkian

Informações ec.europa.eu/portugal

POLLUTEC 2012

Data 27 a 30 de novembro de 2012

Local Lyon, FRANÇA

Organização Reed Expositions France

Informações www.pollutec.com

Portugal Maior 2012 – Encontro Internacional para o Envelhecimento Ativo

Data 5 a 9 de dezembro de 2012

Local Lisboa

Organização AIP – Feiras, Congressos e Eventos e Escola Superior de Educação João de Deus

Informações juditemarote@escolasjoaodeus.pt

EWEA Annual Event

Data 4 a 7 de fevereiro de 2013

Local Viena, ÁUSTRIA

Organização The European Wind Energy Association

Informações events.ewe.org/annual2012/

World Energy Congress 2013

Data 13 a 17 de outubro de 2013

Local Daegu, COREIA DO SUL

Organização World Energy Council

Informações www.daegu2013.kr

bio rumo

CONSULTORIA EM AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, LDA.

fortalecemos as nossas competências
para juntos traçarmos um futuro mais sustentável

CONSULTORIA EM SUSTENTABILIDADE · EDUCAÇÃO AMBIENTAL · CONTEÚDOS · FORMAÇÃO

Sede: Edifício Capitólio - Avenida de França, 256, E 3.1 - 4050-276 Porto - Telf. 228 349 580 - Fax 228 349 589

Filial Sul: Rua Carlos Ribeiro, 31 Cave - 1170-067 Lisboa - Telf./Fax 218 138 856

geral@biorumo.com - www.biorumo.com



Somos Água, elemento de inclusão.



Somos água. A água que captamos, tratamos e levamos a mais de 80% da população portuguesa. Água que, depois de usada pelas populações e atividades produtivas, devolvemos à natureza em condições ambientalmente seguras. Somos também um elemento que permite aos atletas de natação adaptada chegarem mais longe e continuarem a treinar, a competir e a alcançar glórias para todos os portugueses.

Águas de Portugal. Somos elemento de mudança.



www.adp.pt



O presente projeto, cofinanciado pela União Europeia, constitui parte integrante das atividades sociais e económicas entre os membros da União Europeia.